



LOURES

câmara MUNICIPAL

**MOVIMENTO
ASSOCIATIVO
POPULAR
NO**  **CONCELHO
DE LOURES
2019**

Estudo em parceria com o Centro de Investigação e Estudos
de Sociologia - ISCTE Instituto Universitário de Lisboa
e Associação de Colectividades do Concelho de Loures - ACCL



**MOVIMENTO
ASSOCIATIVO
POPULAR**
NO ■■■■■
**CONCELHO
DE LOURES**
2019

Estudo em parceria com o Centro de Investigação e Estudos
de Sociologia - ISCTE Instituto Universitário de Lisboa
e Associação de Colectividades do Concelho de Loures - ACCL

Todos os direitos reservados. Este livro não pode ser reproduzido, no todo ou em parte, por qualquer processo mecânico, fotográfico, eletrónico, ou por meio de gravação, nem ser introduzido numa base de dados, difundido ou de qualquer forma copiado para uso público ou privado - além do uso legal como breve citação e críticas - sem prévia autorização do editor.

Título: Movimento Associativo Popular no Concelho de Loures 2019

Coordenação científica: Luís Capucha, Nuno Nunes e Patrícia Ávila

Organizadores: Alfredo Santos, Eugénia Abrantes, Luís Capucha, Nuno Nunes e Patrícia Ávila

Capa: Câmara Municipal de Loures

Fotos: Câmara Municipal de Loures

Paginação: Manuel Sereno

Impressão: ACD Print

ISBN: 978-989-9005-32-7

Depósito legal: 474390/20

1ª edição: novembro 2020

ÍNDICE

| | |
|--|----|
| Prefácio | 11 |
| Bernardino Soares | |
| Presidente da Câmara Municipal de Loures | |
| Capítulo 1: | 13 |
| Associativismo Popular, crise ou diversificação? | |
| Luís Capucha e Nuno Nunes, CIES-Iscte, | |
| Iscte-Instituto Universitário de Lisboa | |
| 1.1. Mudanças Locais e Globais..... | 13 |
| 1.2. Mudanças no Associativismo | 15 |
| 1.3. Tipos de Associações | 17 |
| 1.4. Associativismo Popular e Classes Sociais | 20 |
| 1.5. Atores Coletivos: as Organizações Associativas | 21 |
| 1.6. Agentes Associativos: os Presidentes de Direção..... | 24 |
| Capítulo 2: | 29 |
| O campo associativo popular no Concelho de Loures | |
| Jéssica Pereira, João Rodrigues, Inês Rafael, Luís Capucha, Nuno Nunes | |
| e Patrícia Ávila CIES-Iscte,Iscte-Instituto Universitário de Lisboa | |
| 2.1. Caracterização do campo associativo de Loures | |
| (tipologia, fundação e local da sede)..... | 29 |
| 2.2. Atividades, eventos, sócios e frequentadores | 39 |
| 2.3. Utilização das tecnologias de informação | |
| e comunicação | 47 |

| | |
|--|-----|
| Capítulo 3: | 51 |
| Os Presidentes de Direção: caracterização social | |
| Jéssica Pereira, Inês Rafael, João Rodrigues, Nuno Nunes, Luís Capucha e Patrícia Ávila, CIES-Iscte, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa | |
| 3.1. Caracterização social dos Presidentes | 51 |
| 3.2. Experiência, trabalho e perceções sobre o campo associativo de Loures | 58 |
| Capítulo 4: | 71 |
| Classes sociais e Participação Associativa | |
| Nuno Nunes, Luís Capucha, Patrícia Ávila e Viriato Queiroga, CIES-Iscte, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa | |
| 4.1. Posição Social no Trabalho dos Presidentes de Direção | 71 |
| 4.2. Classe social dos Presidentes de Direção | 76 |
| 4.3. Origens Sociais dos Presidentes de Direção | 83 |
| 4.4. Pertença associativa, trabalho e classes sociais | 86 |
| Capítulo 5: | 95 |
| Democracia e Transparência | |
| Sérgio Pratas, Associação das Colectividades do Concelho de Loures Viriato Queiroga, CIES-Iscte, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa | |
| 5.1. Relevância do tema e objetivos do capítulo | 95 |
| 5.2. Economia social, transparência e sustentabilidade..... | 96 |
| 5.2.1. A transparência na economia social. Mapear um objeto de estudo | 96 |
| 5.2.2. Transparência organizacional. Um conceito multidimensional | 99 |
| 5.3. O caso das associações de cultura, recreio e desporto do Concelho de Loures | 103 |

| | |
|--|-----|
| 5.3.1. Nível de transparência | 103 |
| 5.3.2. A perceção dos dirigentes..... | 107 |
| 5.3.3. Indutores de transparência..... | 109 |
| 5.4. Notas finais..... | 114 |
| ANEXO – Grelha de análise | 119 |
| Capítulo 6: | 121 |
| Relações Institucionais e Políticas Públicas Locais | |
| Alfredo Santos, Rita Romeiras e Sandra Bernardo, Câmara Municipal de Loures | |
| 6.1. Filiações e âmbito das organizações | 123 |
| 6.2. Relações institucionais e participação em ações e iniciativas..... | 124 |
| 6.3. Parcerias..... | 127 |
| 6.4. Relação com a Câmara Municipal de Loures e perceção sobre as políticas autárquicas para o movimento associativo .. | 131 |
| 6.5. Reflexões Finais..... | 140 |
| Capítulo 7: | 145 |
| Associativismo Popular em Loures: o que mudou? | |
| Eugénia Abrantes e Luís Gomes, Câmara Municipal de Loures | |
| 7.1. As Associações..... | 146 |
| 7.2. Os Líderes | 156 |
| 7.3. Notas finais..... | 159 |
| Posfácio..... | 161 |
| Luís Capucha e Nuno Nunes, CIES-Iscte, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa | |
| ANEXO 1 - Inquérito às Associações | 171 |
| ANEXO 2 - Inquérito aos Presidentes da Direção | 193 |



CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES 2020

AQUI TODOS CONTAMOS

PREFÁCIO

Temos em Portugal um associativismo popular com história (cerca de 200 anos de história), ativo, dinâmico e particularmente resiliente. Associativismo popular que continua a assumir um papel fundamental e insubstituível na sociedade portuguesa, é um garante do acesso por todos à cultura e ao desporto; é um fator de integração e coesão sociais; é uma escola de cidadania e de democracia; e é também um espaço de transformação social e de emancipação.

Assim é também no Concelho de Loures. Ciente desse papel e importância, a Câmara Municipal tem vindo a aprofundar o trabalho em parceria com as associações concelhias – e a reforçar o apoio à respetiva atividade. Foram reativados os conselhos municipais do associativismo e da juventude (que passaram a assumir novas e importantes responsabilidades). Reforçou-se (substancialmente) o apoio ao associativismo – que obedece a regras claras e transparentes, definidas com a participação do movimento associativo. Criou-se um Gabinete de Apoio ao Movimento Associativo (o Espaço A). E criou-se um novo Portal do Associativismo, com mais informação e novas funcionalidades.

O estudo que agora se apresenta faz parte dessa estratégia. Pretende-se conhecer melhor a realidade concelhia, os principais traços e características do associativismo popular; a sua evolução nas últimas décadas; as suas forças; os principais constrangimentos à atividade associativa; identificar oportunidades. Conhecer melhor para (em conjunto e em parceria) podermos fazer mais e melhor. E, no período atípico que atravessamos, com diversas atividades condicionadas e até suspensas, é indispensável garantir a recuperação e reforço do associativismo popular.

Acrescente-se que este estudo foi desenvolvido de forma colaborativa, envolvendo três diferentes entidades: o Município de Loures (que o financiou e coordenou), o ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa (que assegurou a coordenação científica) e a Associação das

Colectividades do Concelho de Loures (que participou quer no desenho do estudo, quer na discussão das principais problemáticas). Experiência que correu muito bem – e se revelou particularmente profícua.

Queremos por isso deixar aqui uma palavra de reconhecimento a esses parceiros, ISCTE-IUL e Associação das Colectividades do Concelho de Loures. Uma palavra também para valorizar o trabalho rigoroso, dedicado e competente quer dos organizadores do estudo, quer dos investigadores e autores. E uma palavra final para as associações do Concelho de Loures, de agradecimento pela participação no estudo e também pela forma abnegada e generosa como, todos os dias, nos ajudam a construir um concelho mais solidário, inclusivo e plural – um concelho onde é bom viver!

Bernardino Soares

Presidente da Câmara Municipal de Loures

CAPÍTULO 1:

ASSOCIATIVISMO POPULAR, CRISE OU DIVERSIFICAÇÃO?

*Luis Capucha e Nuno Nunes, CIES-Iscte, Iscte-Instituto
Universitário de Lisboa*

1.1. MUDANÇAS LOCAIS E GLOBAIS

Difícilmente se poderia abrir este livro dizendo, como em 1989/1990, que “o associativismo constitui o principal alicerce do desenvolvimento sociocultural do concelho de Loures”, frase que abriu o prefácio de uma obra de Rui Banha (1994) a todos os títulos excepcional, pela inovação, pelo rigor, pelo sentido de responsabilidade e pela riqueza da informação disponibilizada, que a Câmara Municipal de Loures publicou com o título “O Associativismo em Loures. Retrato das Associações Locais em Atividades Culturais, Recreativas e Desportivas” (Banha, 1994). Envolvendo cerca de 110 mil habitantes, as 201 associações populares inquiridas eram, efetivamente, uma força considerável. Mas, sem dar com isto crédito a teses relativas a uma efabulada queda do movimento associativo (Capucha, 1990; Nunes e Fernandes, 2019), concordar-se-á hoje que, num mundo global, as dinâmicas económicas, demográficas, comunicacionais e administrativas que atravessam o tecido social do concelho têm um impacto na vida local, quer a nível público, quer na vida privada das famílias, que o associativismo não pode determinar. O que não significa irrelevância, mas antes inclusão em redes que influenciam a organização social, cultural, política e económica do concelho, as sociabilidades e os processos de permanente (re)construção do território.

Para ilustrar esta ideia basta referir que o estudo em referência (Banha, 1994) envolvia o que são hoje os concelhos de Loures e de Odivelas. Ora, das 201 associações inquiridas então (oito não estavam ativas), 61 situavam-se no território daquele que é hoje o concelho de Odivelas. Assim, no estudo que aqui se apresenta, foram inquiridas 141 associações, de uma listagem que ronda as 200. Por razões diversas não foi possível inquirir todas, mas fácil está de ver que o número de associações não diminuiu. Pelo contrário, pode até ter aumentado desde esses já distantes anos 89/90.

O campo de observação alterou-se ligeiramente, em função de uma avaliação das mudanças ocorridas no perfil das organizações associativas. Essa mudança é globalmente determinada por mudanças no contexto. Para apenas mencionarmos alguns exemplos, diga-se que o concelho de Loures, como referido um pouco acima, perdeu o território do que é hoje Odivelas; perdeu também o território em que se localiza o Parque das Nações, anteriormente densamente ocupado pela indústria transformadora; aliás, este setor de atividade sofreu um grande recuo, nomeadamente na linha contínua de empresas industriais que antes acompanhava o Tejo desde Marvila (no concelho de Lisboa) ao Carregado (no extremo norte do concelho de Vila Franca de Xira, ocupando assim Cabo Ruivo, Moscavide, Sacavém, Bobadela e Santa Iria da Azoia); em contrapartida desenvolveram-se os serviços e os grandes bairros-dormitório hoje fortemente implantados no concelho, trazendo consigo um novo tipo de sociabilidades menos intensas e frequentes com os vizinhos, e um novo tipo de relação das pessoas com a sua comunidade de residência, geradora de menos implicação e identificação, tipo de sociabilidade e identidade comunitária que se cruzam com os que prevalecem em locais mais antigos; com a recomposição económica e as transformações nas funções do espaço mudaram as profissões e a composição de classe das populações (Mauritti e Nunes, 2013); a escolaridade, por outro lado, conheceu uma grande expansão e as famílias diversificaram os modelos de organização doméstica, com a respetiva multiplicação; parte destas mudanças associam-se, de diferentes maneiras, ao reconhecimento dos direitos das mulheres, incluindo o de exercer atividade profissional fora de casa em condições que se desejariam de dignidade e parida-

de em relação com os homens. Do mundo do trabalho esta exigência de reconhecimento estende-se à reivindicação de abertura das mais diversas estruturas e posições sociais às mulheres; demograficamente a população envelheceu extraordinariamente, quer no topo, com um magnífico aumento da esperança média de vida, quer na base da pirâmide etária, com a forte diminuição dos índices de fecundidade e das taxas de natalidade; o concelho de Loures, como o restante país, tinha em 1989/90 estancado os fluxos emigratórios em massa, manteve fluxos emigratórios de carácter mais temporário e viu crescer a imigração, diversificando a origem nacional e cultural dos seus habitantes; por outro lado, as migrações pendulares diárias para e de Lisboa intensificaram-se muito fortemente. Poderíamos prolongar a lista das fortíssimas dinâmicas de mudança, mas estas bastam para sublinhar a ideia de que inquirir as associações em 1989/90 e em 2019 é entrar em mundos muito diversos.

1.2. MUDANÇAS NO ASSOCIATIVISMO

Estas mudanças refletem-se nas características dos dirigentes associativos do Concelho de Loures. São hoje claramente mais idosos (mais 14 anos), em média, embora no extremo inferior se encontre um pequeno número de jovens, como acontecia há 30 anos. São muito mais escolarizados e a essas características associam-se outras, como uma maior utilização das novas tecnologias de informação e comunicação (que entrou como rotina nas práticas destas pessoas, como aconteceu com toda a população residente no país). As mulheres, ainda mais escolarizadas do que os homens (como acontecia há 30 anos, mas agora noutros patamares), são em muito maior proporção, embora estejam muito longe da paridade ou de qualquer situação que sequer se aproxime. A maior escolaridade continua a ser indicador dos maiores obstáculos enfrentados por elas no acesso ao dirigismo associativo. Curiosamente, e ilustrando o efeito da urbanização na vida local, as freguesias mais densamente povoadas são aquelas em que residem menos dirigentes associativos. Algumas dessas freguesias eram em tempos fortemente marcadas pela presença do operariado industrial, classe que fornecia o maior contingente de dirigentes associativos, a que se seguiam os empregados executantes. O processo de mobilidade social ocorrido em Portugal, e

naturalmente também em Loures, refletiu-se no predomínio atual de classes caracterizadas pela maior escolaridade e pelo exercício de profissões técnicas e de enquadramento nos serviços, incluindo os serviços públicos que não pararam de expandir-se (Mauritti et al., 2016).

Mudou também o perfil funcional e os objetos sociais das associações. Muitas das mais antigas mantêm-se ativas e conservam o seu dinamismo. Foram geralmente as que souberam inovar dentro das atividades tradicionais de desporto, recreio, cultura e lazer. Outras desapareceram e, em seu lugar nasceram novas. Algumas, geralmente com âmbito de ação nacional ou regional, mudaram-se para o concelho, por encontrarem aqui melhor acolhimento do que em concelhos vizinhos, nomeadamente.

Esta mudança está espelhada no modo como se tipificaram as associações nos dois estudos. A tabela 1 inclui as duas tipologias.

| Estudo de 1989/90 | Estudo de 2019 |
|---|-----------------------------------|
| Colectividades | Todas tratadas como “associações” |
| Desportivas | Desportiva |
| Culturais | Cultural/Recreativa |
| Lazer mistas | |
| Outras Associações | |
| Comunitárias/Humanitárias | Solidariedade Social |
| Bombeiros | Bombeiros e Proteção Civil |
| Moradores | Moradores |
| Pais | |
| Outras | |
| Interesses Económicos | |
| Cooperativas (consumo, habitação e produção | |
| CCDs de Empresas | |
| Religiosas | |
| Juvenis locais | Escoteiros/Escuteiros; Juventude |
| Juvenis grupos paroquiais | Escoteiros/Escuteiros; Juventude |
| Outras | Ambiental |

Tabela 1 - Tipologia das Associações nos estudos de 1989/90 e 2019

Na tipologia de 1989/1990 existia uma espécie de partição entre o núcleo duro do associativismo, as Colectividades (desportivas, culturais e de lazer mistas) e as restantes, onde se incluem associações especializadas na prestação de serviços sociais (Bombeiros/Proteção Civil), na representação da população na defesa política dos seus interesses (associações de moradores), associações de pais, cooperativas e clubes de empresa.

Alguns destes tipos de associações continuaram a ser consideradas no estudo de 2019, como as de desporto e cultura/lazer (e seguramente muitas também mistas), as associações juvenis, as associações de bombeiros e as associações de moradores. As associações de pais continuam a existir, mas dado o seu carácter muito instrumental e específico, ficaram de fora no estudo de 2019. As cooperativas de consumo, habitação e de produção perderam presença, e não aparecem como tipo autónomo. Aparece por fim uma nova categoria, as associações com fins ambientais, refletindo desse modo a evolução dos problemas que nos nossos dias mais refletem as preocupações das populações. Em nenhum dos períodos são incluídas as IPSS, embora em 2019 se tenha construído uma categoria das associações de solidariedade social.

Como vimos, estas mudanças não se associam a nenhum declínio do associativismo, mas apenas a uma mudança no seu perfil, devido às transformações profundas que ocorreram na sociedade e, por extensão, nos mecanismos de institucionalização das formas que assume a solidariedade entre as pessoas que o associativismo continua a traduzir.

1.3. TIPOS DE ASSOCIAÇÕES

O quadro concetual básico que presidiu à escolha das associações a integrar no estudo mantém-se: na obra “Les associations dans l'enjeu démocratique. Étude sur les participants aux groupements organisés” (1974, Lausanne, Éditions Payot), Jean Kellerhals distinguia, por um lado, as associações das organizações estatais – ainda quando desenvolvem atividades no mesmo âmbito das organizações associativas da sociedade civil – bem como das instituições de mercado, cuja fronteira com as associações também tem um carácter mais estatutário e final (elas visam o lucro) do que funcional, e por outro lado as organizações e grupos sociais inorgâni-

cos (grupos de amigos, excursionistas, comensais e organizados em torno de uma prática, gosto ou ritual específico) daquilo que classificou como “grupo com fim não lucrativo, de acesso, do ponto de vista legal, livre e voluntário, possuindo fins, uma divisão do trabalho e procedimentos de decisão codificados em estatutos e perseguindo os seus objetivos principalmente na base de interações entre os seus membros”.

As fronteiras entre as organizações associativas da esfera da sociedade civil, as organizações públicas (Estado) e as empresas (mercado) não são sempre fáceis de estabelecer, principalmente porque os fins que prosseguem são frequentemente partilhados. Por exemplo, uma companhia de bailado pertencente a um serviço público realiza atividades de recreio, cultura e lazer, tal como muitas associações. Do mesmo modo, uma empresa desportiva (um ginásio ou uma SAD do futebol tem o mesmo objeto das associações desportivas). Podíamos multiplicar os exemplos, mas o estatuto estabelece uma fronteira clara, por trás da qual está uma filosofia não coincidente: no primeiro exemplo temos uma organização que promove uma política pública de cultura, e no segundo temos empresas que procuram rentabilizar e tirar dividendos dos seus investimentos, enquanto as associações assentam no voluntariado e na prestação de serviços mútuos entre os membros sem fins lucrativos, a partir da auto-organização e autodeterminação, com vista a viabilizar os seus fins com base nas contribuições de diversos tipos (financeiras, em trabalho, em logística, etc.).

Muitas instituições cujo estatuto legal é o de associações possuem, porém, fronteiras ainda menos claras do que o normal, pelo que não foram incluídas. Falamos, por exemplo, do caso das IPPS ou das cooperativas. Falamos em ambos os casos de organizações que compõem o universo do chamado “terceiro setor” da economia (Corry, 2010), aproximando-se as primeiras do Estado, já que executam políticas sociais (de grande alcance) por ele delegadas, e no segundo de agentes económicos que podem distribuir resultados pelos seus membros.

Ainda assim, a tipologia de associações envolvidas no estudo apresenta uma considerável diversidade (Nunes e Fernandes, 2019). Por isso mesmo dizemos em título que o associativismo não está em crise,

mas também já não é como era, sendo a diversificação um dos aspetos principais da mudança.

Como já há mais de um século explicava Simmel (1999), as sociedades modernas caracterizam-se por uma crescente complexidade e diferenciação das suas estruturas e sistemas. Seguindo as propostas deste autor de referência, podemos distinguir as associações que se constroem com base em relações sociais de tipo primário (interconhecimento, copresença) e as que assentam em relações sociais de tipo secundário (associações formadas por pessoas que partilham interesses e atributos vários, mas não interagem face-a-face na vida quotidiana, podem mesmo não se conhecer pessoalmente e a localização no espaço pode ser distante). As primeiras aproximam-se da imagem que nós temos das “coletividades locais”, as associações de desporto, cultura e lazer, de bombeiros, de moradores ou de jovens ao nível paroquial, enquanto as segundas se aproximam de estruturas institucionais com funções de representação política e social alargada (sindicatos, associações patronais, associações nacionais de juventude, de mulheres, de imigrantes, de defesa de traços de identidade de género ou de etnicidade, entre outras) ou de federação de entidades de menor dimensão (por exemplo, federações de desporto, de cultura e lazer, de campismo, de caçadores, de pescadores, de radioamadores, etc.).

Mas podemos distinguir as associações segundo outros critérios, que não apenas o tipo de sociabilidades e de integração que apresentam. Apesar de, por definição, todas as associações juntarem pessoas que prosseguem fins comuns, esses fins podem ter natureza diferente.

Existem associações cujos fins consistem em prestar serviços aos seus membros, os quais eles não encontram disponíveis noutras instâncias, ou apenas encontram com maiores custos – financeiros, de distância, de abertura ao acesso – podendo esses fins variar enormemente, indo do desporto (prática e identificação clubística) até ao associativismo juvenil para fins de lazer e complemento formativo, como são os escuteiros e os escoteiros. Cabem ainda aqui os serviços culturais – uma vez mais proporcionando quer a prática, quer a assistência – em áreas tão variadas como a música, o teatro, as artes plásticas, a fotografia, o cinema – e de lazer (festas, convívios, turismo, etc.).

Um segundo grupo de associações junta aquelas em que a motivação principal não é a prestação de serviços e a satisfação de necessidade de convívio, lazer, cultura e desporto aos associados (apesar de encontrarmos neste primeiro grupo uma tendência crescente para alargar as atividades à população), mas sim a prestação de serviços às populações. Isto é, embora as associações deste segundo grupo também possam desenvolver atividade de cultura, lazer, desporto e outras para os seus sócios, a orientação principal é a solidariedade, os cuidados de saúde (por exemplo, transporte de doentes), e a proteção civil. Os casos mais destacados e conhecidos deste grupo são as Associações Humanitárias de Bombeiros, mas outras existem que possuem o mesmo caráter solidário e a mesma orientação para as populações em geral.

Um terceiro grupo é constituído por associações que prosseguem fins de representação de um determinado segmento da população ou de uma causa junto do poder político ou económico, a nível local, concelho, nacional e internacional. As associações de moradores, as associações de residentes estrangeiros, as associações de defesa do património e as ambientalistas podem integrar-se todas nesta lógica.

A um quarto grupo chamaríamos “associativismo por oportunidade em Loures”. Integra, no essencial, federações ou associações de âmbito nacional que se localizam no concelho ou porque nele residem os máximos dirigentes, ou porque lhes foram cedidas instalações que não poderiam manter em Lisboa. Mesmo tendendo a estar fracamente imbrincadas com as populações locais (pelo menos de forma direta) mantêm com a autarquia uma relação de cooperação entendida como benéfica pelas partes.

1.4. ASSOCIATIVISMO POPULAR E CLASSES SOCIAIS

Quer no estudo de 1989/90, quer no que agora se apresenta, a adjetivação merece um pequeno esclarecimento. Porque falamos de associativismo “popular”? Fazemo-lo principalmente para deixar vincada a ideia de que não nos interessa estudar associações baseadas em princípios de fechamento social por exclusão, como seja o associativismo corporativo e as “sociedades” de acesso muito reservado e

socialmente conotado com grupos de elite. A adjetivação não significa que as associações consideradas integrem apenas elementos oriundos ou pertencentes às chamadas “classes populares” (Bourdieu, 1983; Lahire, 2005). Elas são interclassistas e tomam a noção de “povo” com a conotação que a liga ao conjunto da população, precisamente por oposição às que se apresentam marcadas por um cunho de fechamento social marcado. O associativismo popular é, assim, o associativismo que reúne o conjunto do “povo”, ou, dito de outro modo, da população residente no concelho, independentemente da sua condição social.

Não quer isto dizer que não se possam encontrar associações onde predominam as classes populares (campesinato, operários, pequena burguesia de execução, etc.), mas que não se fecham a pessoas com outras origens de classe (frequentemente, aliás, procuram-nas para ocupar os lugares de direção, sentindo-se assim em melhores condições para representar os interesses do coletivo junto dos órgãos de poder), ao lado de outras onde, por razões diversas, nomeadamente ligadas às disposições e padrões culturais que convocam e promovem, têm uma composição de classe com mais recursos, sem com isso se fecharem formalmente na sua constituição e acesso.

O conceito de “popular” é ele próprio mutável e o mesmo se aplica às “alianças” entre as diferentes classes sociais. Therborn (2013) salienta que uma das mais que prováveis dinâmicas da ação coletiva contemporânea, será a construção de cada vez maiores convergências entre as classes médias e as classes populares, ou seja, entre setores e camadas mais desfavorecidas, com outros setores de estrato intermédio e qualificado.

1.5. ATORES COLETIVOS: AS ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS

O nível meso-social das sociedades, constituído fundamentalmente pelas instituições e atores coletivos (Mouzelis, 2008), nos quais se incluem as associações do concelho de Loures, confere diferenciadas capacidades organizacionais a cada ator coletivo, que variam em função do seu contexto externo, contexto interno e da interação entre grupos, organizações e instituições no meio social no qual atuam. Tal significa que no campo associativo popular do concelho de Loures,

vale a pena determinar quais os fatores externos, internos e relacionais que determinam as capacidades organizacionais de cada associação, as razões de tais diferenças, bem como quais as melhores estratégias para as efetivamente capacitar no seu desempenho associativo.

Nesta capacitação organizacional, o meio social local e os modos de vida dos seus habitantes, ocupam uma importância fundamental nas formas de construção do associativismo (Capucha, 1990; Costa, 1995). A heterogeneidade territorial do concelho de Loures, sedimentada nos vários processos de mudança já caracterizados, criaram as condições para desigualdades socio-espaciais que também influenciam as organizações associativas existentes neste concelho da Área Metropolitana de Lisboa. O tipo e a morfologia do território (bairro, lugar, localidade e/ou freguesia), as características de classe, as ligações identitárias ao território, os laços sociais que persistem ou que se transformam e a natureza de tais laços, bem como os graus de produção de comunidade, integração, solidariedade e coesão social, constituem fatores a considerar nas capacidades organizacionais que as associações revelam e que poderão vir a revelar no futuro.

As organizações associativas são influenciadas pelas características estruturais e territoriais onde se inserem, mas também por características culturais. Os modos de produção de cultura, os padrões culturais e o seu grau de implantação social, e a diferenciação cultural que determinados grupos sociais incorporam, são igualmente geradores de enormes desafios às capacidades organizacionais das associações. Para compreender as dinâmicas do associativismo, torna-se necessário observar, de forma interligada, para as relações entre as estruturas sociais, os padrões culturais e os quadros de interação, construtoras das dinâmicas de atuação dos atores coletivos (Costa, 1999; Nunes, 2013; Nunes et al., 2016).

A vida diária das organizações associativas é cada vez mais complexa e exigente, a “aceleração social” que sentimos quotidianamente também se reflete no campo associativo. O quadro institucional normativo e o recuo, ou progressivo abandono, por parte do Estado em muitas das competências a si atribuíveis, trouxeram ainda maiores dificuldades

às associações. A «mercadorização» de muitos bens e serviços públicos e sociais (Esping-Andersen, 1990), transferidos para a esfera do mercado ou sob uma regulação mínima por parte do Estado, indiretamente delegaram muitas competências e responsabilidades para os atores da sociedade civil, também eles obrigados a “competir” no mercado e a serem capazes de responderem segundo elevados padrões de serviço público e de bem-estar das populações.

O que define uma organização associativa ou ator coletivo associativo? De acordo com a caracterização e a tipologia das associações (Nunes e Fernandes, 2019), são inúmeros os parâmetros que poderemos ter em conta: o tipo de associação, a localização da sua sede, a data da fundação, a personalidade jurídica, a existência de estatuto de utilidade pública, o seu horário de funcionamento (sede, secções e atividades), os tipos de atividades praticadas e a sua frequência, a abertura exclusiva ou não para sócios, as modalidades/atividades federadas, os eventos organizados, os meios de comunicação utilizados, as características dos sócios, frequentadores e praticantes, a residência dos sócios e frequentadores, e as características sociais dos praticantes de atividades.

No que diz respeito aos órgãos sociais e recursos humanos, poderemos analisar as organizações associativas relativamente à duração dos mandatos e realização de assembleias gerais, periodicidade das eleições, listas concorrentes às eleições, dificuldades na constituição das listas, elaboração e apresentação de planos de atividades, relatórios de atividades, contabilidade organizada e relatórios de avaliação de resultados e de impacto, o número de funcionários/trabalhadores, o seu regime de trabalho, os encargos anuais com pessoal e as atividades formativas desenvolvidas.

Quanto às instalações e equipamentos, as capacidades organizacionais das associações também serão medidas tendo em conta a existência de sede, o seu regime de utilização, a entidade responsável pela cedência de instalações, os espaços usados na ausência de sede, a realização de obras, os tipos de instalações existentes, o seu regime de utilização e estado de conservação, e a posse e o número de viaturas.

A sustentabilidade e transparência constituem dois vetores fundamentais para a vida das associações. Vale a pena investigar-se sobre as entidades às quais são solicitados apoios, os tipos de apoios requeridos, o conhecimento e/ou usufruto do mecenato desportivo e cultural como forma de apoio, as principais fontes de financiamento da associação, o valor mensal das quotas, a verificação obrigatória ou não do pagamento das quotas por parte dos associados, a existência ou não de diferenciação no valor das quotas, o respetivo tipo de diferenciação no valor das quotas, a aferição sobre o pagamento atempado das quotas, as razões para a sua falta de pagamento, os montantes globais das receitas e despesas das associações, a relação entre receitas e despesas, a publicação de documentos e de outra informação, a dinamização ou não de projetos de promoção da participação dos associados, e a elaboração de projetos de médio e/ou longo prazo.

As organizações associativas relacionam-se num determinado espaço social, formado por muitas outras organizações congéneres com quem interagem, e em estreita relação com determinadas instituições. É neste campo inter-relacional de organizações e instituições que vão construindo o seu quotidiano diário presente e futuro. Para uma agenda pública de desenvolvimento associativo será importante compreender quais as suas filiações, o âmbito das organizações em que são filiadas, bem como a participação em ações/iniciativas de outras entidades. Associações fechadas ao seu meio social e sem relações consistentes e duradouras com outras associações e com as instituições que a rodeiam, dificilmente serão capazes de resistir às dificuldades. Pelo contrário, muita da resiliência que as associações poderão obter (Estevão et al., 2017; Dagdeviren et al., 2020), advém ou advirá precisamente da capacidade que tiverem em cimentarem relações com outras associações e instituições, oriundas da sociedade civil, privadas, públicas e nomeadamente com o poder local, parceiro estratégico fundamental de bem-estar e progresso social.

1.6. AGENTES ASSOCIATIVOS: OS PRESIDENTES DE DIREÇÃO

As relações macro-meso-micro no estudo do associativismo popular no concelho de Loures interpretam-se ao nível macrosocial, pela

compreensão dos processos de mudança observados desde o final da década de oitenta; ao nível meso-social, analisando as organizações associativas e a sua capacitação organizacional e resiliência para fazer face às transformações em curso; e ao nível micro, ao conferir-se centralidade aos agentes associativos, neste caso os Presidentes de Direção, atores individuais fundamentais para a compreensão das dinâmicas contemporâneas do associativismo popular.

Tal implica a necessidade de analisar o associativismo à escala individual, em inter-relação com o âmbito da ação e da sociabilidade local, esfera decisiva para o carácter “popular” do associativismo. Os meios e os agentes de socialização local, assim como os contextos locais de sociabilidade e de interação, poderão propiciar formas intensas e regulares de associativismo. Em muitos casos é a proximidade local aquela que mais contribui para a incorporação de experiências marcantes, com influência decisiva nas trajetórias dos agentes associativos (Nunes et al., 2016).

O espaço social das classes, e a distribuição dos seus capitais e recursos económicos, culturais, sociais e simbólicos, contextualizam estruturalmente as práticas dos agentes associativos. Este é um patamar analítico fundamental para a construção de uma sociologia do mundo associativo (Cottin-Marx, 2019). Para esta sociologia, prenhe de desafios teóricos, analíticos e empíricos, caracterizámos os Presidentes de Direção em função do seu lugar de classe, condição perante o trabalho, recursos educativos (escolaridade), género/sexo, idade, origens sociais e trajetórias de mobilidade, recursos digitais (frequência de utilização da internet), espaço residencial e mobilidade geográfica, e adesão a outros atores coletivos.

Uma atualizada sociologia do mundo associativo deverá igualmente procurar compreender a experiência, dinâmica associativa e perceções dos dirigentes, considerando, nomeadamente: o número de anos como associado, o tempo enquanto membro da direção, os anos consecutivos e não consecutivos de exercício do cargo diretivo, as razões pelas quais se tornou membro da associação, o tipo de relação com a associação antes de pertencer aos órgãos sociais, as razões

pelas quais se tornou membro dos órgãos diretivos, a conjugação da atividade associativa com a vida familiar e profissional, as horas que os dirigentes dedicam à associação e os períodos do dia durante a semana e ao fim de semana que nela estão presentes.

A produção de capital social constitui outro dos grandes desafios que o associativismo popular enfrenta. Para a formação de capital social, fundamentalmente inclusivo, será decisiva a rede de relações sociais que os dirigentes associativos conseguirão consolidar enquanto agentes num determinado campo associativo. Os inquéritos realizados aos Presidentes de Direção no concelho de Loures, entre outras questões, procuraram saber sobre a duração dos mandatos na associação, se havia acumulação de cargos diretivos em mais associações, quais os tipos de associações onde são exercidos tais cargos diretivos, a natureza da pertença a outras associações ou estruturas associativas, se existe trabalho em parceria com outras organizações, quais os tipos de organizações parceiras, e sobre quais as vantagens que são percebidas em estabelecerem-se redes/parcerias entre organizações associativas.

As características pessoais e relacionais dos agentes associativos serão igualmente relevantes para uma sociologia do mundo associativo. Os Presidentes de Direção, agentes dotados de diferentes intencionalidades e estratégias sociais, enquanto construtores ativos de associativismo, incorporam esquemas de perceção social, recursos e modos de agir derivados da sua participação no mundo social; são indivíduos com histórias pessoais, mas que se inscrevem, igualmente, nas histórias coletivas mais amplas, das quais fazem parte com a sua trajetória de vida. O estudo do associativismo popular ficará ainda mais rico se traçarmos a história biográfica dos agentes associativos, a complexidade interna e subjetiva de cada indivíduo, as suas singularidades produzidas a partir das formas de socialização e da interseção das diferentes esferas da sua vida em sociedade.

Longe de esgotar os temas abordados, as notas que aqui fomos deixando têm como fim enquadrar a apresentação do estudo sobre o associativismo popular no concelho de Loures que, com a vontade que tinha mostrado de valorizar essa importante componente da

nossa vida coletiva, a Câmara Municipal de Loures mais uma vez quis pôr em destaque, como o havia feito há 30 anos. Temos a dupla expectativa que a análise dos resultados do estudo seja lida como ilustração detalhada do que foi dito nestas notas, e ao mesmo tempo ajude a melhorar a compreensão da informação fornecida e da exploração analítica a que se procederá nos próximos capítulos.

BIBLIOGRAFIA

- Banha, Rui (1994), O Associativismo em Loures – Retrato das Associações Voluntárias com Atividades Culturais, Recreativas e Desportivas – 1989/90, Loures, Câmara Municipal de Loures.
- Bourdieu, Pierre (1983), Vous avez dit “populaire” ?. In: *Actes de la recherche en sciences sociales*, Vol. 46, pp. 98-105.
- Capucha, Luís (1990), “Associativismo e modos de vida num bairro de habitação social”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, N° 8, pp.29-41.
- Capucha, Luís (2014), “Envelhecimento e políticas sociais em tempos de crise”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 74, pp. 113-131.
- Corry, Olaf (2010), “Defining and Theorizing the Third Sector”, in Rupert Taylor (ed.), *Third Sector Research*, London, Springer, pp.11-20.
- Costa, António Firmino da (1995), “Modes de vie et action collective”, *Espaces et Sociétés*, 79, pp. 107-124.
- Costa, António Firmino (1999), *Sociedade de Bairro. Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Lisboa, Celta Editora.
- Costa, António Firmino da (2012), “Desigualdades globais”, *Sociologia Problemas e Práticas*, 68, pp. 9-32.
- Cottin-Marx, Simon (2019), *Sociologie du Monde Associatif*, Paris, La Découverte.
- Dagdeviren, Hulya, Luís Capucha, Alexandre Calado, Mathew Donoghue, and Pedro Estêvão, (2020), “Structural Foundations of Social Resilience”, *Social Policy and Society*, 1-14. doi:10.1017/S1474746420000032.
- Esping-Andersen, Gøsta (1990), *The Three Worlds of Welfare Capitalism*, Princeton, Princeton University Press.

Estevão, Pedro, Luís Capucha, e Alexandre Calado (2017), “Resilience: moving from a “heroic” notion to a sociological concept”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 85, pp. 9-26.

Kellerhalls, Jean (1974), *Les Associations dans L’Enjeu Démocratique. Étude sur les Participants aux Groupements Organisés*, Lausanne, Éditions Payot.

Mauritti, Rosário, e Nuno Nunes (2013), “Processos de recomposição social: continuidades e mudanças”, em Renato Miguel do Carmo (org.), *Portugal uma Sociedade de Classes: Polarização Social e Vulnerabilidade*, Lisboa, Edições 70/Monde Diplomatique, pp. 29-48.

Mauritti, Rosário, Susana da Cruz Martins, Nuno Nunes, Ana Lúcia Romão, e António Firmino da Costa (2016), “The social structure of European inequality: a multidimensional perspective”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 81, pp. 75-93.

Mouzelis, Nicos (2008), *Modern and Postmodern Social Theorizing*, Cambridge, Cambridge University Press.

Nunes, Nuno (2013), *Desigualdades Sociais e Práticas de Ação Coletiva na Europa*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.

Nunes, Nuno, Rita Cachado, Otávio Raposo, Daniela Ferreira, e Renato Miguel do Carmo (2016), “Ação coletiva à escala individual e local: perfis e retratos sociológicos”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 81, pp. 95-113.

Nunes, Nuno, e Cristina Fernandes (2019), “Campos da ação coletiva e associativismo no Concelho do Seixal: explorações sociológicas”, *Análise Associativa*, 6, pp. 84-101.

Piketty, Thomas (2020), *Capital and Ideology*, Cambridge, MA, The Belknap Press of Harvard University Press.

Silva, Augusto Santos (1994), *Tempos Cruzados. Um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*, Porto, Edições Afrontamento.

Simmel, Georg (1999), *Sociologie. Études sur les Formes de la Socialisation*, Paris, Presses Universitaires de France.

Therborn, Göran (2013), *The Killing Fields of Inequality*, Cambridge e Malden, Polity Press.

CAPÍTULO 2:

O CAMPO ASSOCIATIVO POPULAR NO CONCELHO DE LOURES

*Jéssica Pereira, João Rodrigues, Inês Rafael, Luís Capucha,
Nuno Nunes e Patrícia Ávila CIES-Iscte, Iscte-Instituto
Universitário de Lisboa*

O associativismo popular no Concelho de Loures é composto por cerca de 200 associações, cujas histórias, finalidades e atividades se distinguem e complementam, num território vasto e heterogéneo. Influenciado pela passagem do tempo e conhecidas mudanças mundiais, nacionais, regionais e também locais, o mosaico associativo de Loures reconfigurou-se dando lugar a um perfil diversificado que acompanha os desafios colocados às sociedades contemporâneas. Observar este movimento associativo é, por isso, observar uma dinâmica particular que, não estando em crise se alterou sem deixar de desempenhar um papel fundamental para a população e para o Concelho de Loures.

2.1. CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO ASSOCIATIVO DE LOURES (TIPOLOGIA, FUNDAÇÃO E LOCAL DA SEDE)

No final da década de 2010 encontramos no município de Loures um movimento associativo composto por associações populares com os mais diversos fins, áreas e tipos. Essa variedade conduz a um especial desafio quando se intenta construir uma tipologia que abarque toda a riqueza, similaridades e diferenças aí presentes. Todavia, apesar da dificuldade reconhecida pelas ciências sociais, em geral, e pela sociologia, em particular, em se abarcar todas as características tipológicas do campo associativo, essa análise é imprescindível para, por um lado, conseguirmos uma caracterização precisa e justa do mosaico associa-

tivo “presente nos tecidos sociais locais”, neste caso em Loures e, por outro, para termos uma visão mais clara da importância social que as associações populares têm na vida do município e das suas populações (Nunes e Fernandes, 2019: 94).

No âmbito da tipologia, atores coletivos como as associações populares podem ser divididos em vários grupos que englobam as suas múltiplas causas, o contexto em que surgiram e os objetivos a que respondem. Seguindo a tipologia construída por Nunes e Fernandes (2019), pode-se dividir as associações populares em dezasseis tipos: ambientais, culturais, recreativas e desportivas, associações de docentes e portadores de deficiência, de escoteiros/escuteiros, de estudantes, associações humanitárias, de imigrantes, de juventude, associações de moradores e proprietários, de mulheres, de pais e encarregados de educação, associações profissionais, regionais e nacionais, sem personalidade jurídica, associações de solidariedade social e outras. Esta ampla estrutura permite abranger uma grande variedade de associações e, a partir daqui, partirmos para a caracterização das associações populares de Loures.

O associativismo popular no concelho de Loures divide-se, principalmente, entre associações de cariz desportivo (41,1%), nomeadamente grupos desportivos, academias, clubes atléticos e comitês das mais variadas modalidades, desde do atletismo ao basquetebol, passando pelo futebol, pelas artes marciais como karaté, aikido, pela esgrima, pela caça, pelo motociclismo e pela patinagem, e associações culturais e/ou recreativas (36,9%), que englobam centros culturais e recreativos, grupos musicais, ranchos folclóricos e grupos etnográficos, companhias e grupos de teatro, dança e cantares e ainda associações de festas. Estas associações perseguem fins relacionados com a prestação de serviços, facilitando aos seus membros um acesso que de outra forma seria mais difícil (gráfico 2.1.1). Detêm assim uma importância inegável para a vida local e comunitária. No conjunto das associações populares de Loures que foram entrevistadas, mais de 77% são de cariz desportivo e cultural.

As associações de escoteiros/escuteiros surgem em terceiro lugar (6,4%) com objetivos relacionados com a formação integral de jovens para a vida em comunidade, seguidas das associações de solidariedade social (5,7%) que correspondem a associações com fins específicos de apoio humanitário e social e que visam promover o bem-estar da comunidade, quer seja através de ações concertadas para grupos-alvo específicos (imigrantes, operários e pessoas em países em desenvolvimento) ou da promoção de atividades que permitam a dinamização social. Estas distinguem-se das associações de bombeiros e proteção civil (4,3%), com objetivos ligados à promoção de cuidados de saúde, socorrismo e proteção civil. Os restantes 5,6% distribuem-se por associações de causas e/ou representatividade que atuam junto do poder local, nacional e internacional, como associações de moradores (2,8%) com fins ligados à melhoria das condições para a comunidade envolvente e/ou bairro; associações de juventude (1,4%) e associações ambientais (1,4%) que procuram valorizar e proteger os ecossistemas, o ambiente e o património.

A classificação da tipologia das associações do concelho de Loures permite dar conta da heterogeneidade e do dinamismo presente no movimento associativo. De facto, as associações atuam enquanto redes de cariz social (a nível comunitário, concelhio, regional, nacional ou internacional) proporcionando tempo, espaço e atividades que promovem o convívio e a sociabilidade no concelho. Como vimos, estas mudanças não se associam a nenhum declínio do associativismo, mas pelo contrário a uma capacidade de reinvenção para a adaptação a novos tempos, produzindo uma mudança no seu perfil, devido às transformações profundas que ocorreram na sociedade (Sztompka, 1993) e, por extensão, nos mecanismos de institucionalização das formas que assume a solidariedade entre as pessoas que o associativismo continua a traduzir (Nunes, 2012; Nunes et. al., 2016). O mundo, o país e o município de Loures mudaram, especificaram-se e diversificaram-se. Fenómeno ao qual as associações não são alheias.

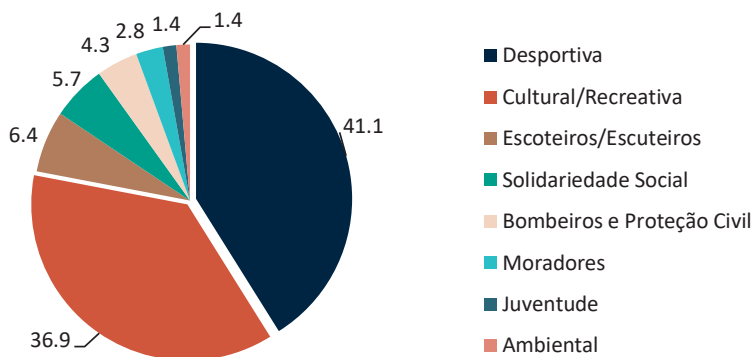


Gráfico 2.1.1 - Tipologia das Associações

A data da fundação é também um marco importante da história de cada associação, assim como do território onde se situa e no qual desenvolve a sua atividade. É o carimbo do tempo passado e presente, das mudanças e continuidades, das necessidades, dos esforços e da resiliência das comunidades. A riqueza do campo associativo de Loures está também, desta forma, vinculada à sua longevidade: a associação inquirida ativa mais velha remonta a 1863, enquanto as mais recentes procuram responder a novos valores e preocupações da sociedade e/ou ir ao encontro de oportunidades específicas no concelho para se estabelecerem e desenvolverem.

A fundação das coletividades inquiridas no concelho de Loures inicia-se quase em paralelo com o início da criação de associações voluntárias por todo o território nacional e remonta à segunda metade do século XIX (gráfico 2.1.2). Imbuídas num contexto de vitória das ideias liberais, ainda sob o regime de monarquia, estas coletividades surgiram da ânsia popular de procurar, através do associativismo, respostas para problemas coletivos, que iam desde a criação de espaços de convívio e de promoção de atividades culturais e recreativas, à urgência de resposta a situações de carência, nas quais associações de bombeiros e solidariedade social assumiram um papel fundamental (tabela 2.1.1). Ao passo que as últimas se constituíram e ainda se

constituem como associações fundamentais de previdência, de prestação de cuidados e de socorro das populações e, por isso, talvez mais resilientes à passagem do tempo, as primeiras compõem o exemplo geral de associações que se souberam recriar e adaptar, mantendo o seu dinamismo ao longo dos tempos.

Desse período em diante, o número de associações fundadas e o seu peso na dinâmica social, económica e política do Concelho foi aumentando, sempre em consonância com a história local e o contexto nacional. Neste sentido, como seria de esperar, os acontecimentos que pautaram o século XX foram manifestamente marcantes e frutíferos, embora difíceis, para o movimento associativo em geral e, especificamente, local.

Componente essencial da participação cívica, política e democrática das sociedades, o associativismo constituiu-se, não poucas vezes, como fundamental para a luta política e a resistência à ditadura fascista, contribuindo para o envolvimento e criação de movimentos de cidadãos através da lógica do trabalho coletivo. O envolvimento associativo, nas várias funções e atividades, dava aos homens e mulheres do concelho de Loures e de todo o país o espaço de liberdade da sociedade civil que o regime oprimia. Os espaços sociais e físicos das associações funcionavam também como redutos de resistência que o regime não conseguiu encerrar. Muitas coletividades constituíam-se como locais de encontro, de camuflagem e de salvaguarda para militantes políticos da oposição operando na clandestinidade contra a ditadura e pelo direito à liberdade, à solidariedade, à fraternidade e à igualdade.

Foi num duro contexto de opressão que nasceu grande parte das associações desportivas (32,7%), culturais/recreativas (34,6%) e de moradores (25%) presentes no Concelho. Ainda no ativo, mantêm-se algumas das atividades que recordam esses tempos como as Cegadas, símbolo da cultura popular portuguesa, muitas vezes censuradas por se constituírem como meio de resistência e crítica ao regime através da sátira. Manifestações encabeçadas pelo movimento associativo num tempo de resistência e dificuldade, que continua a ter espaço e tempo na história do Concelho e na memória de quem as viveu.

Após a Revolução de Abril, constitucionalizada a liberdade de expressão e de associação, assistiu-se ao florescimento de associações várias, num período de elevada participação cívica e social. Num contexto há muito esperado, estas associações materializaram a vontade das populações em retomarem o futuro nas suas mãos, a partir do trabalho coletivo para o bem-comum. Ao associativismo popular de cariz mais tradicional até aí conhecido, juntaram-se novas tipologias de associações que respondiam a grupos-alvo específicos, como as de juventude (por exemplo os escoteiros/escuteiros) e também a causas que, em todo o mundo, foram surgindo a partir das décadas de sessenta e setenta do século XX, como as ambientais.

Com o passar dos anos, o associativismo de Loures soube assegurar a sua existência, mesmo em tempos de grandes dificuldades, como foi o da última crise económica e financeira. Apesar das adversidades, o número de associações fundadas não oscilou drasticamente. Na verdade, observa-se uma evolução das associações fundadas nas últimas décadas. Entre essas novas associações encontram-se principalmente as de escoteiros/escuteiros, culturais/recreativas e desportivas. A nova vaga parece relacionada com as condições gerais, incluindo os apoios vários, nomeadamente da parte do município, ao movimento associativo popular. Muitas dessas associações, principalmente as desportivas, revelaram ter encontrado oportunidades distintas no concelho para se estabelecerem e desenvolverem as suas atividades.

Perante esta imagem, reforça-se a ideia de que o associativismo popular de Loures mudou face ao que era, mas não enfrenta uma crise. Assiste-se a uma mudança no perfil associativo em torno da sua diversificação, continuando a funcionar segundo uma lógica coletiva e de promoção do bem-estar comum.

Câmara Municipal de Loures

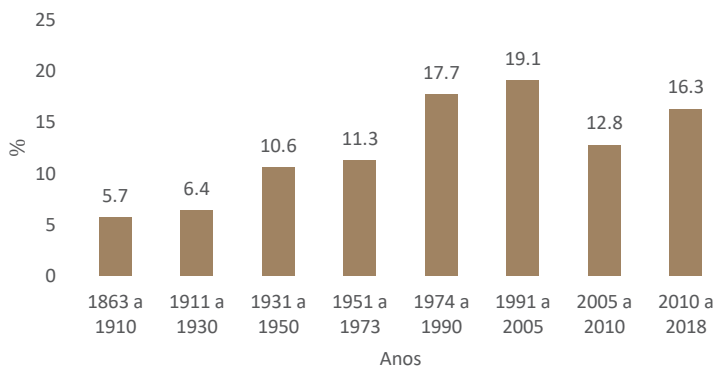


Gráfico 2.1.2 - Data de Fundação das Associações

| % | Anterior a 1900 | 1901 a 1933 | 1934 a 1973 | 1974 a 2000 | 2001 a 2010 | Depois de 2010 | Total | |
|----------------------------|-----------------|-------------|-------------|-------------|-------------|----------------|-------|----|
| | | | | | | | % | n |
| Solidariedade Social | 12,5 | -- | 12,5 | 50 | 12,5 | 12,5 | 100 | 8 |
| Desportiva | -- | 8,6 | 24,1 | 24,1 | 25,9 | 17,2 | 100 | 58 |
| Cultural/Recreativa | 3,8 | 9,6 | 25 | 28,8 | 13,5 | 19,2 | 100 | 52 |
| Ambiental | -- | -- | -- | 50 | 50 | -- | 100 | 2 |
| Escoteiros/Escuteiros | -- | -- | -- | 44,4 | 33,3 | 22,2 | 100 | 9 |
| Moradores | -- | -- | 25 | 50 | 25 | -- | 100 | 4 |
| Bombeiros e Proteção Civil | 33,3 | 50 | 16,7 | -- | -- | -- | 100 | 6 |
| Juventude | -- | -- | -- | 50 | 50 | -- | 100 | 2 |

Tabela 2.1.1 - Tipo de associações segundo o ano de fundação (%)

Outro dado importante para a caracterização das coletividades é o local da sua sede. Analisar as associações à luz do território onde estão sediadas permite compreender o seu enraizamento local e as suas dinâmicas com o espaço envolvente. Essa característica não só influencia o desenvolvimento da associação, como também as comunidades e espaços nos quais se insere, transformando a vivência associativa. De acordo com a atual divisão administrativa, Santa Iria de Azoia, São João da Talha e Bobadela é a união de freguesias que acumula mais sedes de associações (17,5%), seguida de Loures (16,7%) e das uniões de freguesias de Camarate, Unhos e Apelação (13,8%), Santo Antão do Tojal e São Julião do Tojal (11,6%) e de Sacavém e Prior Velho (10,9%) (gráfico 2.1.3). No extremo oposto, com menos sedes, aparece a união de freguesias de Santo António dos Cavaleiros e Frielas (4,4%), Fanhões (4,3%) e Lousa (2,9%).

Em termos de tipologia, ao passo que o interior norte, mais agrícola e tradicionalmente produtor de queijo, vinhos e hortícolas, alberga mais associações culturais/recreativas e desportivas, as associações de solidariedade social encontram-se maioritariamente concentradas nas uniões de freguesias de Santa Iria de Azoia, São João da Talha e Bobadela (37,5%) e em Sacavém e Prior Velho (25%) (tabela 2.1.2). Espaços e lugares marcados pela reconfiguração territorial que se verificou na globalidade do Concelho a partir da segunda metade do século XX, onde a existência de uma forte rede de suporte social é premente. A partir dessa altura e até ao presente, os objetivos de utilização dos territórios foram-se alterando, nomeadamente com o desaparecimento dos bairros operários, convertendo-se em locais meramente de habitação, vulgo “dormitórios”, onde o tempo para a interação com a comunidade mais próxima escasseia.

As associações desportivas estão homogeneamente distribuídas por todo o território do Concelho, com uma ligeira maior concentração na freguesia de Loures (21,4%) e em Santa Iria de Azoia, São João da Talha e Bobadela (19,6%), união de freguesias elegida como local de sede de algumas das mais recentes associações do Concelho, sobretudo ligadas às artes marciais.

Além disso, acresce também o fator histórico e a dinâmica do próprio território. Isto é, diversas associações desta área são oriundas, do ponto de vista histórico da sua constituição, da prática desportiva por parte de operários e ferroviários que se foram estabelecendo nestas áreas do território de Loures no início do século XX e que nos tempos livres recorriam aos jogos coletivos e às atividades desportivas como forma de entretenimento e lazer. Ora, por maioria de razão e oportunidade, foram-se criando coletividades, grupos desportivos, clubes que corporizam não só o retrato da organização territorial à altura, mas também a lógica de funcionamento coletivo destes sectores da sociedade. Espaços estes que vão permanecendo no tempo, adaptando-se - inclusive no tipo de prática desportiva que vão fornecendo aos seus residentes - e trilhando o objetivo de expandir a prática desportiva a todos.

Entre as inquiridas, as associações culturais/recreativas apenas não têm presença na união de freguesias de Santo António dos Cavaleiros e Frielas. Por outro lado, as associações ambientais situam-se exclusivamente na união de freguesias de Santa Iria de Azoia, São João da Talha e Bobadela; as de juventude dividem-se por Camarate, Unhos e Apelação (50%) e Moscavide e Portela (50%) e as associações de moradores por Camarate, Unhos e Apelação (50%), Moscavide e Portela (25%) e Santo António dos Cavaleiros e Frielas (25%), zonas de elevada densidade populacional e construção em altura. As associações de escoteiros/escuteiros estão mais concentradas em Santo António do Tojal e São Julião do Tojal (33,3%), distribuindo-se igualmente por quase todo o Concelho, assim como as de Bombeiros e Proteção Civil, naturalmente pela natureza da sua própria missão.

Movimento Associativo Popular no Concelho de Loures 2019

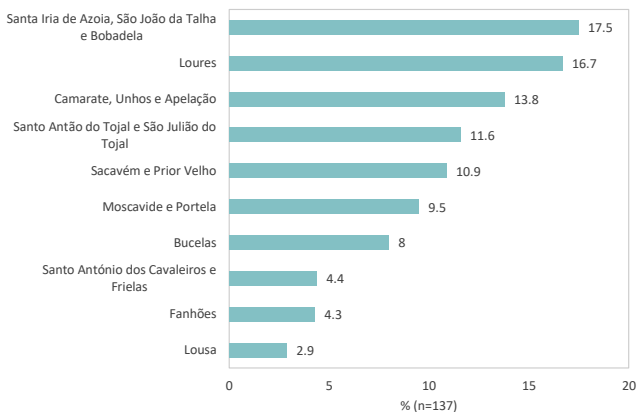


Gráfico 2.1.3 – Sede da Associação, por freguesias no concelho de Loures

| % Associação | Freguesias | | | | | | | | | | | Total | |
|----------------------------|------------|----------------------------|---------|--------|-------|---------------------|-----------------------|---|--|--|---------------|-------|----|
| | Bucelas | Camarate, Unhos e Apelação | Fanhões | Loures | Lousa | Moscavide e Portela | Sacavém e Prior Velho | Santa Iria de Azoia, São João da Talha e Bobadela | Santo Antão do Tojal e São Julião do Tojal | Santo António dos Cavaleiros e Frielas | Outros locais | % | n |
| Solidariedade Social | -- | 12,5 | -- | 12,5 | -- | 12,5 | 25 | 37,5 | -- | -- | -- | 100 | 8 |
| Desportiva | 3,6 | 7,1 | 5,4 | 21,4 | 3,6 | 7,1 | 12,5 | 19,6 | 8,9 | 7,1 | 3,6 | 100 | 56 |
| Cultural/Recreativa | 15,4 | 17,3 | 3,8 | 17,3 | 1,9 | 7,7 | 9,6 | 13,5 | 13,5 | -- | -- | 100 | 52 |
| Ambiental | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 100 | -- | -- | -- | 100 | 2 |
| Escoteiros/Escuteiros | -- | 11,1 | -- | 11,1 | 11,1 | 11,1 | -- | 11,1 | 33,3 | 11,1 | -- | 100 | 9 |
| Moradores | -- | 50 | -- | -- | -- | 25 | -- | -- | -- | 25 | -- | 100 | 4 |
| Bombeiros e Proteção Civil | 16,7 | 16,7 | 16,7 | -- | -- | 16,7 | 16,7 | -- | 16,7 | -- | -- | 100 | 6 |
| Juventude | -- | 50 | -- | -- | -- | 50 | -- | -- | -- | -- | -- | 100 | 2 |

Tabela 2.1.2 – Freguesia da sede da associação segundo o tipo de associação (%)

2.2. ATIVIDADES, EVENTOS, SÓCIOS E FREQUENTADORES

Observar o campo associativo popular de Loures significa depararmo-nos com uma dinâmica própria do concelho, que se constitui como um fator enriquecedor para os espaços e para as comunidades em que se insere. Concretizada em ações, iniciativas pontuais e/ou atividades de caráter mais frequente e regular, essa dinâmica constitui-se como uma das partes mais importantes da vida associativa pois, se por um lado representa a materialização quotidiana das finalidades e objetivos para os quais as associações foram criadas, por outro lado permite a sustentabilidade e manutenção das mesmas. A nível comunitário, o papel fundamental na providência de acesso à cultura, desporto e recreio, através de inúmeras iniciativas, permite a criação de espaços físicos e sociais comuns de lazer, mas também de fomento da participação na vida social local.

As atividades, na sua maioria de frequência rotineira e, consequentemente, a grande alavanca da dinâmica regular das associações de Loures acompanham, naturalmente, a tipologia associativa presente no Concelho. Apesar de não ser pouco frequente encontrar-se associações com diversos fins e objetivos, procurando intervir complementarmente na melhoria de vida das populações, grande parte das atividades promovidas concentra-se no âmbito cultural/recreativo e desportivo (gráfico 2.2.1). No primeiro tipo encontramos atividades ligadas ao folclore, a bandas filarmónicas, ao teatro, às artes circenses, à dança e à música, enquanto o segundo grupo se subdivide em dois. Por um lado, as atividades desportivas individuais, como as artes marciais, o atletismo, a ginástica e o motociclismo, e por outro os desportos coletivos e de equipa, como o futebol, o futsal e o basquetebol.

Como parte integrante de uma grande tradição na tipologia associativa popular de Loures, as associações de bombeiros e proteção civil são as principais responsáveis pelas atividades ligadas ao socorro e assistência das populações. Por sua vez, as atividades de escotismo/escutismo englobam iniciativas várias, desde atividades rotineiras aos fins-de-semana, a acampamentos e viagens internacionais.

Estas atividades, nas suas mais diversas expressões, contribuem para a realização pessoal e coletiva, para a organização da vida em sociedade, promovendo a participação cívica, mas também a saúde física e mental de quem as pratica. Para as associações, estas atividades fazem parte da sua génese e das razões para as quais foram criadas e, não raras vezes, substituem o papel do Estado na providência de acesso a apoios sociais, à cultura, desporto e recreio.



Gráfico 2.2.1 – Tipos de atividade que desenvolvem

De caráter mais pontual, os eventos, convívios e outras atividades culturais, por exemplo excursões e passeios culturais, surgem como os mais promovidos entre as associações populares. Aqui estão representadas iniciativas de natureza cultural e recreativa, como garraíadas, atuações de grupos de folclore, noites de fados e peças de teatro, mas também jantares de convívio. Com origem popular, estas iniciativas carregam a representação de um povo, da sua identidade social, do território onde vivem, das suas tradições e costumes. São, por isso, momentos de confraternização, nos quais o espaço social das associações se constitui como um local de reencontro, convívio e lazer, propício à descontração da azáfama do dia-a-dia.

Eventos específicos e anuais como as festas de aniversário das coletividades, comemorações como o 25 de Abril, o Natal, o Ano Novo, a Páscoa, o Dia Internacional da Mulher e o Dia Internacional da Criança, constituem-se igualmente como momentos importantes na vida associativa de Loures (gráfico 2.2.2). Pela sua simbologia e importância para o município, destacam-se as comemorações do Carnaval. Como um dos maiores eventos do Concelho e também do país, o Carnaval de Loures conta anualmente com a presença e empenho de milhares de pessoas, sendo naturalmente um momento importante para a vida local. Com mais de um século de existência, o Carnaval de Loures faz parte da história do município e das associações que nele participam. Proibido durante a época da ditadura, pela sua enorme popularidade, sátira e crítica ao regime, o Carnaval não se limita unicamente à atividade dos desfiles, compondo-se também dos famosos bailes, enterro do Carnaval e outras atividades, que são também organizados por algumas associações populares do Concelho.

Mais uma vez, de forma natural, por haver uma forte presença de associações desportivas, elas promovem inúmeros eventos como torneios, campeonatos, saraus e outras competições. Entre esses aparecem, a título de exemplo, o Torneio Internacional de Loures, o Santa Iria Race e o Torneio 25 de Abril. São eventos com a capacidade de mobilizar diversos setores, públicos e privados, com maior ou menor complexidade de organização e dimensão, mas contando, de forma frequente, com elevados índices de participação, quer pela sua natureza competitiva, quer também “pelo convívio que se proporciona”.

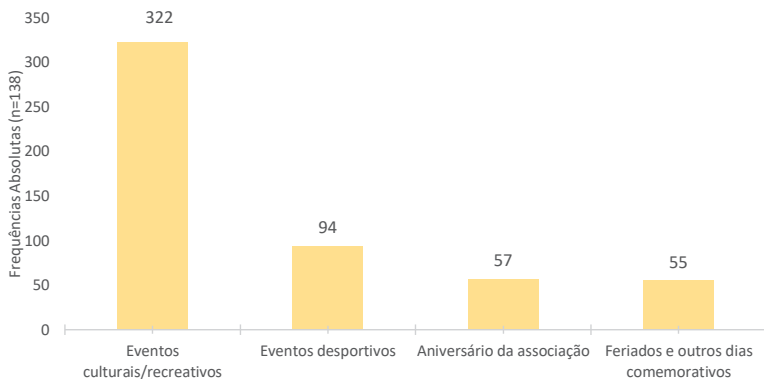


Gráfico 2.2.2 - Eventos e iniciativas organizados pelas associações

Todas estas ações, atividades e iniciativas são, na sua grande maioria, abertas à população, independentemente do seu elo com a associação e da sua condição socioeconómica (gráfico 2.2.3). Imbuídas no espírito popular e com objetivos altruísticos, as associações do concelho de Loures são, por isso, espaços abertos fundamentais na coesão social, dinamização económica e participação individual e coletiva, não apenas em zonas rurais e, por vezes, mais despovoadas, mas também em áreas urbanas pautadas pelo movimento característico da periferia de Lisboa. Sem espaços coletivos e sociais como as associações, o acesso a iniciativas culturais, desportivas, etnográficas, informativas, recreativas e de solidariedade, seria mais difícil para parte da população. Assente na solidariedade e no trabalho coletivo, o associativismo popular de Loures continua, até aos dias de hoje, a desempenhar um papel importante no desenvolvimento local e na integração social, sendo um parceiro importante e estratégico do poder local e central e um ator imprescindível nas relações sociais, na promoção do convívio, do sentido de comunidade e da democracia.

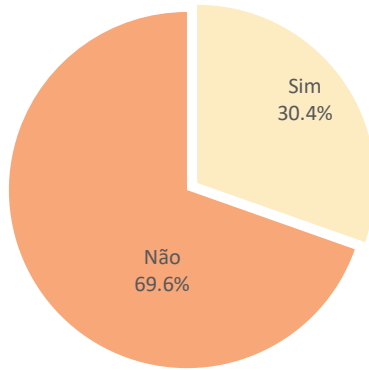


Gráfico 2.2.3 - Reserva de atividades somente para sócios

Importa também compreender quem são e como são os sócios e os frequentadores das coletividades, a força do movimento associativo, pois sem eles as associações não têm propósito de subsistir ou a quem servir. Neste sentido, entende-se também que os dirigentes se esforçam por pensar em estratégias que permitam atrair um maior número de pessoas, principalmente de faixas etárias mais jovens, potenciando, assim, a renovação e adaptação ao presente que está sempre em mudança.

Analisando a realidade dos sócios das associações populares de Loures, e fazendo uma breve caracterização, verifica-se que 18,8% das associações declararam que a maioria dos seus associados têm até 29 anos. Por outro lado, 43,6% reportaram que os seus sócios têm maioritariamente idades compreendidas entre os 30 e os 65 anos e 14,5% das associações referiram que os seus sócios têm maioritariamente mais de 65 anos (gráfico 2.2.4). A análise destes dados revela a predominância de sócios em idade ativa, com uma presença forte, também, de jovens.

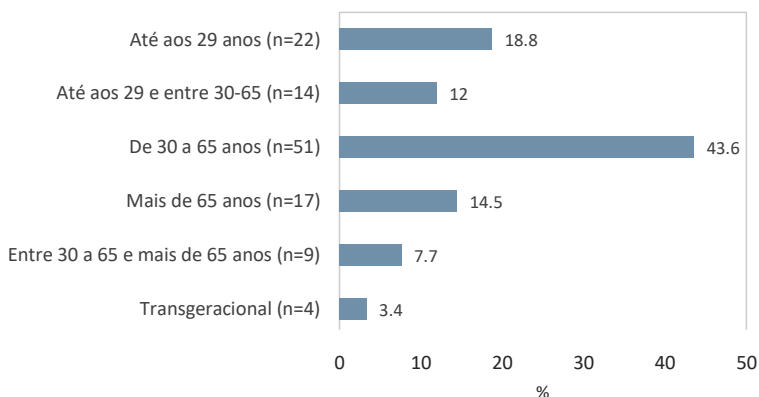


Gráfico 2.2.4 - Idade (categoria maioritária) dos sócios da associação

Quando se atenta na distribuição dos sócios por sexo, 50,4% das associações que responderam à questão declararam existir uma percentagem de sócios homens e mulheres equivalente (gráfico 2.2.5). Aproximadamente 42% das associações declararam que a maioria dos seus sócios são do sexo masculino e 7,7% indicaram que o grupo maioritário dos seus sócios são mulheres. Os dados indiciam uma participação associativa ainda muito no masculino, embora a clivagem seja bastante menos significativa do que anteriormente (Banha, 1994). Discrepâncias que têm lugar num país ainda desigualitário no que respeita à participação e direitos das mulheres. Denota-se, ainda assim, uma maior participação feminina em termos globais na vida das associações, comparativamente com o último estudo sobre associativismo no concelho de Loures. De resto, entre os mais jovens a participação é feita maioritariamente no feminino. Esta imagem impõe, assim, alguns desafios futuros às associações, nomeadamente relacionados com a atração de sócios mais jovens e, principalmente, mulheres.

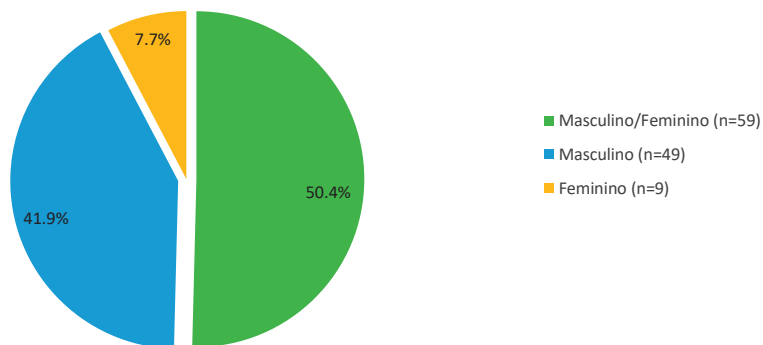


Gráfico 2.2.5 - Sexo (categoria maioritária) dos sócios da associação

Considerando agora a caracterização dos frequentadores/praticantes por atividade, depreende-se que as diferentes atividades das associações atraem pessoas com diferentes perfis (gráfico 2.2.6). A análise das atividades segundo a idade dos sócios que as praticam e/ou frequentam possibilita perceber que as atividades culturais e recreativas (14,5%) e a música (14,7%), assim como as atividades ligadas à proteção civil e saúde (20%) são as que têm os sócios mais velhos. Essa situação poderá estar relacionada com uma tipologia de associativismo mais tradicional e com as suas finalidades, que atraem camadas da população mais envelhecida.

Faixas etárias mais jovens, dos 15 aos 29 anos, por sua vez preferem os desportos de equipa (43,9%), muitas vezes motivados pela própria prática desportiva nos respetivos clubes a que estão associados. Adicionalmente, também as atividades ligadas ao escotismo/escutismo (65%) são as que, pela sua natureza, atraem os sócios mais novos.

Resumidamente, através da análise dos dados, é possível constatar que os mais jovens preferem atividades de escotismo ou desportivas, enquanto os mais velhos preferem atividades culturais/recreativas.

O convívio e os eventos proporcionados pelas associações são, a seguir às atividades regulares, o principal motivo de visita por parte dos sócios e frequentadores (54,1%). As associações constituem-se assim como espaços privilegiados de interação social, quer através da existência de bar/café, quer pelos eventos que fomentam o “sentimento de pertença e bem-estar”.

Em seguida aparecem os serviços da associação (disponibilização de equipamentos para atividades diversas da comunidade) e o auxílio em cuidados de saúde (39,6%): “testes (medição da tensão, glicemia, fazer pensos), cuidados de saúde primários e pronto socorro” ou “cedências de espaço para casamentos, aniversários, festas de empresas, jantares de Natal”. Não esquecer ainda as atividades lúdicas, como os jogos de mesa, que assumem um papel relevante enquanto “entretenimento para a população envelhecida” (6,4%).

Como espaço privilegiado de interação social, pelas instalações que promovem o convívio diário bem como a existência de eventos sociais, o associativismo em Loures fomenta os laços sociais através da partilha de interesses. Neste sentido, sublinha-se a importância do movimento associativo não só por continuar a contribuir para o acesso à cultura, ao desporto e a serviços solidários e de saúde, mas enquanto elo e rede de suporte da população. Em suma, um ponto de encontro para as populações e comunidades locais que faz reavivar e valorizar o convívio e a atividade social.

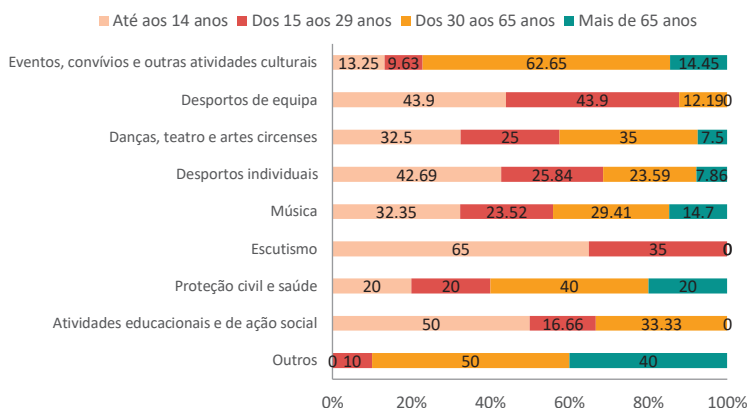


Gráfico 2.2.6 - Atividade segundo a idade dos frequentadores

2.3. UTILIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Em termos da difusão e utilização de tecnologias de informação e comunicação (TIC) reconhece-se que esta é uma realidade cada vez mais habitual entre os agregados familiares portugueses e, naturalmente, entre o campo associativo. Todavia, o acesso a estas, assim como as taxas de utilização continuam a ser significativamente mais elevadas entre pessoas que completaram o ensino secundário e o ensino superior, comparativamente com a restante população, menos escolarizada e envelhecida (INE, 2019).

O movimento associativo popular de Loures parece acompanhar este processo nacional e global: muito perto da totalidade das associações utiliza telefone e e-mail para comunicar, as redes sociais como o Facebook (82%) e o Instagram (14%), e também Sites (34%), Blogs (14%) e Newsletters (4%), que também têm alguma expressão (gráfico 2.3.1).

Muitas associações começaram por criar blogs com o intuito de divulgar as atividades realizadas e fornecer informação sobre a

vida associativa. Todavia, ao depararem-se com a penetração das redes sociais nas comunidades, nomeadamente o Facebook, foram gradualmente substituindo um meio pelo outro. Essa rede parece ser mais útil à atividade associativa pelas ferramentas que disponibiliza, como a possibilidade de se criar eventos permitindo dar conta do volume de frequentadores esperado; o contacto mais próximo com a associação, à distância de uma mensagem privada e a reunião de um conjunto de itens como a localização da sede, a descrição do trabalho realizado e a partilha de fotografias das ações/atividades desenvolvidas. O Facebook parece aproximar os sócios, os frequentadores e os órgãos sociais das coletividades, num período de aceleração social onde nem sempre há tempo para sociabilidades mais demoradas e frequentes. É neste sentido compreensível que a formação em “novas tecnologias de informação” esteja entre as formações consideradas mais importantes. Muitos dirigentes compreendem esta formação como fundamental, nomeadamente para conseguirem “aumentar a frequência da prestação de informação das atividades” aos sócios.

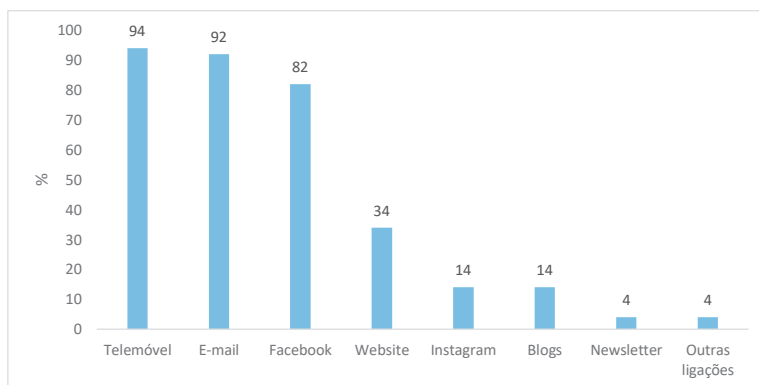


Gráfico 2.3.1 - Meios de Comunicação

Num mundo cada vez mais online, parece ser consensual a inevitabilidade da utilização destas tecnologias para a partilha de informação, desenvolvimento e divulgação das ações, atividades e iniciativas. O campo associativo de Loures assume-se na capacidade de se reinventar

para acompanhar a dinâmica digital, trazendo novos meios e formas de trabalhar e de se aproximar dos sócios, frequentadores e dirigentes, para além procurar chegar a outras pessoas. De facto, o movimento associativo de Loures está em constante processo adaptativo, fruto das transformações sociais inerentes à sociedade de que faz parte e ajuda a construir. Torna-se, pois, necessário entender se o perfil dos dirigentes associativos acompanhou estas mudanças e de que forma os protagonistas do movimento as percecionam.

BIBLIOGRAFIA

Banha, Rui (org.) (1994), *O Associativismo em Loures – Retrato das Associações Voluntárias com Atividades Culturais, Recreativas e Desportivas – 1989/90*, Loures, Câmara Municipal de Loures.

INE (2017), *Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.

INE (2019), *Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.

Nunes, Nunes (2012), “Desigualdades sociais e ação coletiva: propostas teóricas para o estudo das práticas associativas em contexto local”, *CIES e-Working Papers*, Nº 137/2012.

Nunes, Nunes, Rita Cachado, Otávio Raposo, Daniela Ferreira, e Renato Miguel do Carmo (2016), “Ação coletiva à escala individual e local: perfis e retratos sociológicos”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 81, pp. 95-113.

Nunes, Nunes, e Cristina Fernandes (2019), “Campos da ação coletiva e associativismo no Concelho do Seixal: explorações sociológicas”, *Análise Associativa*, 6, pp. 84-101.

Sztompka, Piotr (1993), *The Sociology of Social Change*, Oxford, Blackwell.

Jéssica Pereira, Inês Rafael, João Rodrigues, Nuno Nunes, Luís Capucha e Patrícia Ávila

CIES-Iscte, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa

CAPÍTULO 3:

OS PRESIDENTES DE DIREÇÃO: CARACTERIZAÇÃO SOCIAL

*Jéssica Pereira, Inês Rafael, João Rodrigues, Nuno Nunes,
Luís Capucha e Patrícia Ávila CIES-Iscte, Iscte-Instituto
Universitário de Lisboa*

O retrato do movimento associativo popular de Loures estaria incompleto sem uma caracterização social acerca das pessoas que dirigem o projeto associativo. Aqui, os presidentes assumem um papel de destaque. O Presidente da Direção é o primeiro rosto da associação, o seu representante e, geralmente, o principal dinamizador do trabalho voluntário de caráter regular que normalmente acumulam com a carreira profissional e a vida pessoal.

Como peça fundamental deste puzzle, as mudanças e continuidades que se presenciam no perfil associativo de Loures são assim também resultado das mudanças e continuidades nas características dos seus dirigentes. Interessa, por isso, caracterizar quem vive o quotidiano associativo do Concelho, assim como importa compreender as suas perceções presentes e futuras sobre o campo em que atuam.

3.1. CARACTERIZAÇÃO SOCIAL DOS PRESIDENTES

Os Presidentes das Direções são maioritariamente homens (83%), com idades compreendidas entre 51 e 65 anos (43,1%) (gráfico 3.1.1). A composição da liderança associativa é, assim, feita no masculino e está, em média, mais envelhecida que há trinta anos, o que parece ser reflexo do envelhecimento da própria sociedade portuguesa (INE, 2017). O presidente mais novo tem 18 e o mais velho 78 anos. Ao mesmo tempo, os presidentes associativos com mais de 65 anos

(18,2%) não são o grupo, em termos etários, mais frequente, principalmente comparando com as faixas etárias intermédias (31 e 65 anos com 78,9%), o que contraria a ideia de uma eventual dificuldade na renovação do movimento associativo, ao nível do rejuvenescimento dos seus quadros.

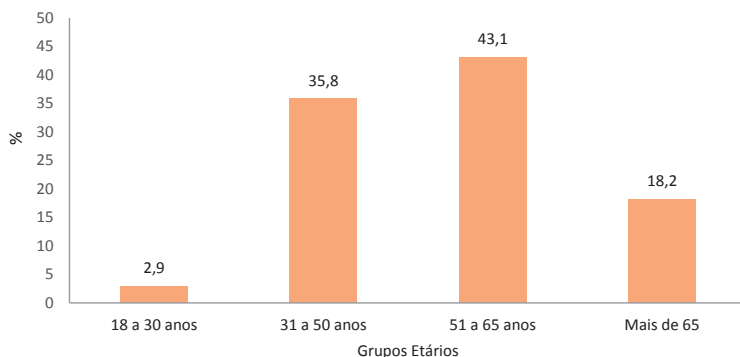


Gráfico 3.1.1 - Idade dos Presidentes por escalões etários

Por outro lado, a disparidade entre sexos é ainda mais marcante que na caracterização dos sócios e frequentadores das associações: a presença de mulheres na presidência das associações não alcança os 20% (gráfico 3.1.2). Neste sentido, apesar de ser inegável a crescente proporção de mulheres no cargo de Presidente de Direção, esta presença continua a ficar muito aquém de uma realidade paritária. De realçar que a paridade, para além de ser normativa do ponto de vista da justiça social, é, igualmente, recomendada por diversos organismos públicos. O Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ), a título de exemplo, estabelece - em determinados sectores do associativismo onde intervém ou fornece apoios - como critério prioritário de atribuição de patrocínios a norma de “promoção da paridade entre homens e mulheres no processo de decisão” (IPDJ, 2019: 33).

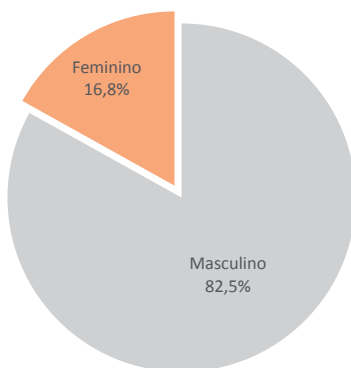


Gráfico 3.1.2 – Sexo dos Presidentes

Conhecer o local de residência dos Presidentes de direção revela-nos informações muito importantes para a caracterização dos dirigentes associativos, mas também do campo por si dirigido. Em primeiro lugar, permite-nos saber que a larga maioria dos dirigentes entrevistados reside no concelho de Loures (75,1%). Neste sentido, as associações são dirigidas, na sua maioria, por residentes locais e não de outros concelhos. Na verdade, apenas um em quatro dirigentes não reside no Concelho, o que revela algum enraizamento local por parte dos Presidentes.

Ao examinar-se mais pormenorizadamente, ao nível das freguesias, percebe-se que as freguesias mais a Norte são aquelas onde menos dirigentes associativos habitam, o que seria de esperar face ao atual retrato de povoamento do Concelho (gráfico 3.1.3). Todavia, de forma paradoxal, a freguesia de Moscavide e Portela, apesar de ser a que tem maior densidade populacional a nível concelhio, conta com apenas 3,6% dos presidentes inquiridos aí a residir.

A freguesia de Loures e as freguesias de Santa Iria de Azoia, São João da Talha e Bobadela são as que somam mais inquiridos residentes (13,9%, cada uma). Logo em seguida, surge Santo Antão do Tojal

e São Julião do Tojal com 9,5%. Fanhões é a freguesia com um menor número de Presidentes (2,9%).

Por sua vez, Bucelas é a única das dez freguesias em que os Presidentes das associações residem todos no Concelho (gráfico 3.1.4). Essa evidência parece relacionar-se com a própria tipologia das associações e os fins sociais, culturais, recreativos e desportivos que prosseguem. No extremo oposto, a união de freguesias Moscavide e Portela é a que tem mais associações dirigidas por Presidentes que residem fora do concelho de Loures, materializando-se também como espaço de fronteira entre dois concelhos, sentindo as consequências dessa situação (54%). Por fim, entre os relatos de dirigentes que habitam fora do concelho de Loures (24,1%), foi habitual ouvirem-se referências à vontade de continuarem a desenvolver atividade associativa dentro das fronteiras do Concelho, também devido ao papel e missão pública desempenhados pela Câmara Municipal de Loures e pelos seus profissionais.

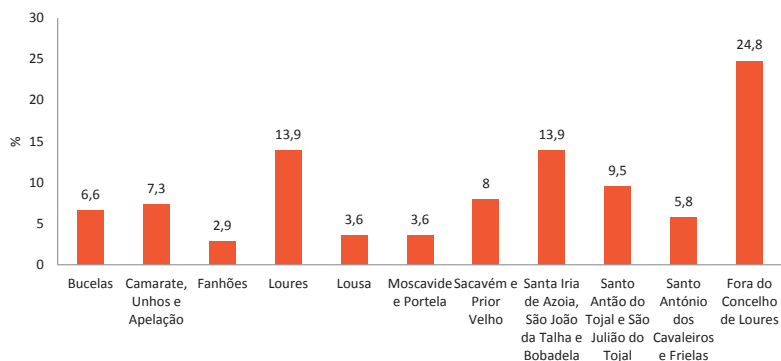


Gráfico 3.1.3 – Freguesia de Residência dos Presidentes da Direção

Câmara Municipal de Loures

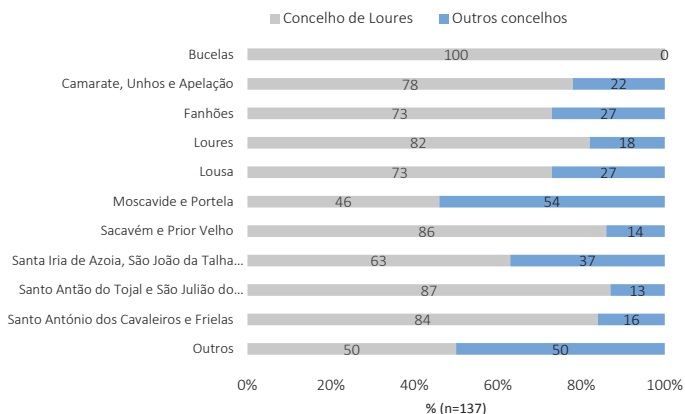


Gráfico 3.1.4 – Concelho de residência dos Presidentes segundo a freguesia da sede da Associação

Em termos de escolaridade, a análise dos dados apresentados permite constatar que os dirigentes do concelho de Loures têm maioritariamente entre o ensino secundário e o ensino superior concluído (67,2%), o que revela uma maior escolarização face aos seus pares no passado, mas também face à população portuguesa em geral (gráfico 3.1.5). A percentagem de Presidentes que concluíram o ensino superior é maior (33,6%) que o peso desse nível de escolaridade no plano nacional (19,6%)¹. Dos 32,8% dos Presidentes que têm o ensino básico, 13,1% concluíram o 3º ciclo, 8,8% o 2º ciclo e 10,9% o primeiro ciclo. Na população portuguesa, 20% possui o ensino básico - 3ºciclo, 10% o ensino básico – 2º ciclo, e 21,5% o ensino básico – 1ºciclo².

As mulheres que presidem a associações são mais escolarizadas que os homens no mesmo cargo: 65,2% das presidentes concluiu o ensino superior, o que compara com 26,5% dos homens (gráfico 3.1.6).

1 - Indicador “População residente com 15 e mais anos: total e por nível de escolaridade completo mais elevado”; Fonte: Inquérito ao Emprego; Ano de 2019.

2 - Indicador “População residente com 15 e mais anos: total e por nível de escolaridade completo mais elevado”; Fonte: Inquérito ao Emprego; Ano de 2019.

Aparentemente, o peso do diploma escolar para aceder a cargos de topo nas associações é muito maior para as mulheres, às quais tende a ser exigido o ensino superior. Esta situação, em conjunto com uma menor participação das mulheres como sócias e frequentadoras das associações, alimenta a evidência de que o mundo associativo continua a ser um mundo marcadamente masculino.

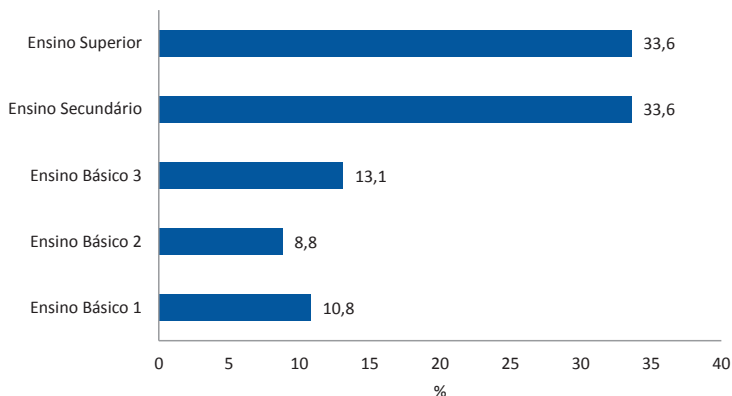


Gráfico 3.1.5 - Graus de escolaridade dos Presidentes

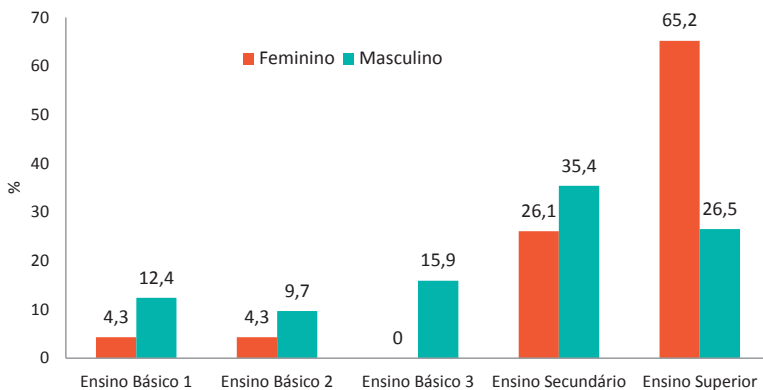


Gráfico 3.1.6 - Escolaridade dos Presidentes de Direção segundo o sexo

Num contexto global em que a utilização de tecnologias da informação e comunicação é cada vez mais alargada e determinante, interessa perceber a sua utilização por parte dos Presidentes. Os dados indicam que a crescente escolarização tem impacto inequívoco na maior frequência de utilização da internet por parte dos dirigentes associativos, pois embora a grande maioria utilize a internet todos os dias (84,7%), a frequência de utilização é tanto maior quanto maior for a escolarização: entre os dirigentes com ensino secundário e superior, apenas 4,3% e 2,2%, respetivamente, não utilizam a internet todos os dias, reproduzindo o que acontece a nível nacional³ (gráfico 3.1.7).

Ao mesmo tempo, o nível de incidência da internet na vida dos Presidentes não difere muito em função dos tipos de associações: a frequência de utilização de internet é sempre muito elevada em todos os tipos de associações, sendo, contudo evidente que em associações culturais/recreativas existe uma maior percentagem de Presidentes que não utilizam a internet todos os dias (29,4%) (tabela 3.1.1). A experiência dos dirigentes com a utilização da internet traz vantagens e ferramentas na sua função e organização da associação. O campo associativo adapta-se, assim, a tempos mais digitais, sendo isso evidente na proliferação de utilização de meios de comunicação.

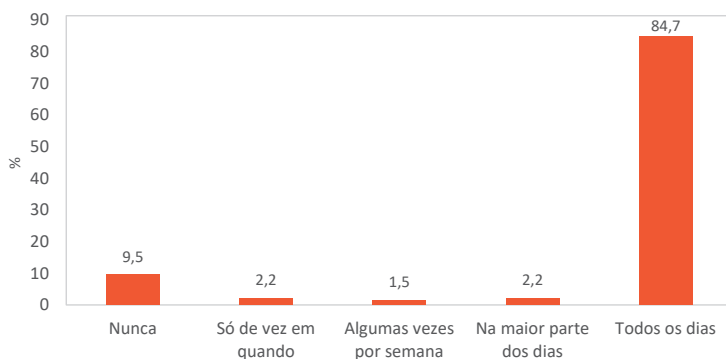


Gráfico 3.1.7 – Frequência de utilização da Internet

3 - INE, Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias – 2019.

| % | Nunca | Só de vez em quando | Algumas vezes por semana | Na maior parte dos dias | Todos os dias | Total | |
|----------------------------|-------|---------------------|--------------------------|-------------------------|---------------|-------|----|
| | | | | | | % | n |
| Solidariedade Social | -- | -- | -- | -- | 100 | 100 | 8 |
| Desportiva | 3,6 | 1,8 | -- | 3,6 | 91,1 | 100 | 56 |
| Cultural/Recreativa | 21,6 | 3,9 | 3,9 | -- | 70,6 | 100 | 51 |
| Ambiental | -- | -- | -- | -- | 100 | 100 | 2 |
| Escoteiros/Escuteiros | -- | -- | -- | 11,1 | 88,9 | 100 | 9 |
| Moradores | -- | -- | -- | -- | 100 | 100 | 3 |
| Bombeiros e Proteção Civil | -- | -- | -- | -- | 100 | 100 | 6 |
| Juventude | -- | -- | -- | -- | 100 | 100 | 2 |

Fonte: ISCTE-IUL, Inquérito aos dirigentes associativos do Concelho de Loures, 2019.

Tabela 3.1.1 - Frequência de utilização de internet por parte dos Presidentes de Direção segundo o tipo de associação

3.2. EXPERIÊNCIA, TRABALHO E PERCEÇÕES SOBRE O CAMPO ASSOCIATIVO DE LOURES

Tão importante como caracterizar socialmente os dirigentes associativos do concelho de Loures, é perceber a experiência, o trabalho e as perceções dos homens e das mulheres que dirigem as coletividades e que dedicam, habitualmente, muito tempo à vida associativa. Refletir sobre essas informações é, também, assinalar e reconhecer o importante papel que os dirigentes, particularmente os Presidentes, desempenham nas associações e nas suas comunidades, papel esse que não pode ser desenleado do que é o espírito associativo.

Representar, organizar e contribuir, na esmagadora maioria das vezes de forma benévola e voluntária, para o dia-a-dia de uma associação é uma realidade comum para a maior parte dos Presidentes das associações do concelho de Loures (gráfico 3.2.1). Aproximadamente 57% dos Presidentes já ocupou funções iguais ou similares noutras entidades associativas. Isso não significa, porém, a acumulação de cargos, mas antes a evidência de outras experiências passadas. Na verdade, a grande maioria dos Presidentes assume o cargo diretivo unicamente na associação inquirida (79,6%).

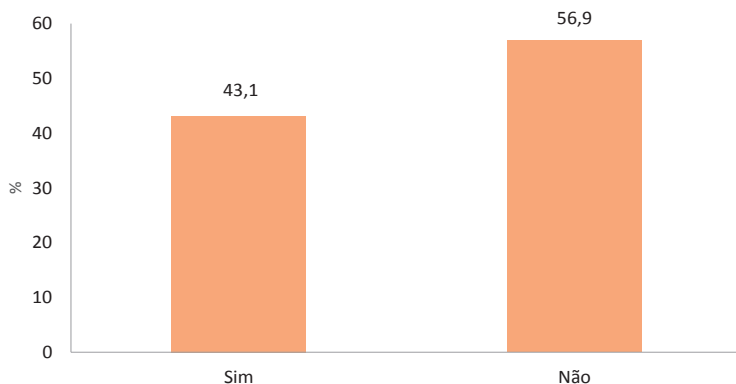


Gráfico 3.2.1 - Primeira vez que exerce um cargo numa associação

Esse retrato permite perceber duas características dos dirigentes associativos de Loures e, conseqüentemente, do próprio campo associativo. Por um lado, demonstra que à frente das associações do Concelho estão, em grande parte, dirigentes com experiência nas funções, isto é, com conhecimento do que é a vida associativa popular, das suas características e exigências. Por outro lado, essa experiência não se baseia na acumulação simultânea de cargos (gráfico 3.2.2). Na verdade, quando ela existe (20,4%), a maioria dos dirigentes assume funções noutras associações do concelho de Loures, como a Associação das Colectividades do Concelho de Loures ou noutros concelhos das redondezas ou de nível nacional.

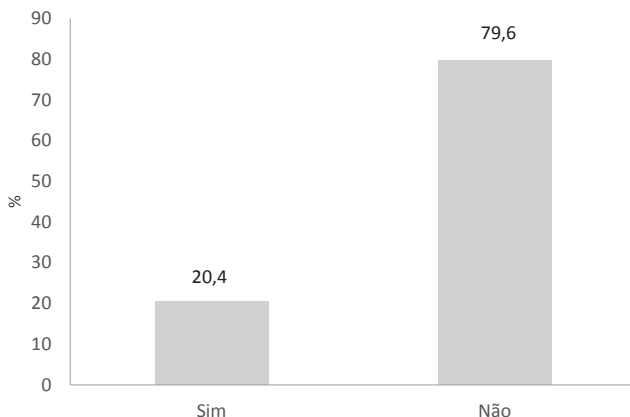


Gráfico 3.2.2 - Acumulação de cargos diretivos em mais associações

Quando se tem em conta o número de anos como membro da direção das associações a que atualmente presidem percebe-se que aproximadamente 1/3 dos dirigentes (30,9%) ocupa o cargo de Presidente entre quatro e dez anos, 25% entre onze e vinte anos e cerca de 18% preside à associação pela qual foi entrevistado até três anos (gráfico 3.2.3). Cerca de 25% dos Presidentes fazem parte da direção da associação há mais de vinte anos, o que representa uma dedicação prolongada à associação em que trabalham pro bono e em que assumem grandes responsabilidades. Por outro lado, em 74% dos casos a permanência como membro deste órgão não ultrapassa as duas décadas, o que indica a existência de processos de renovação no dirigismo associativo.

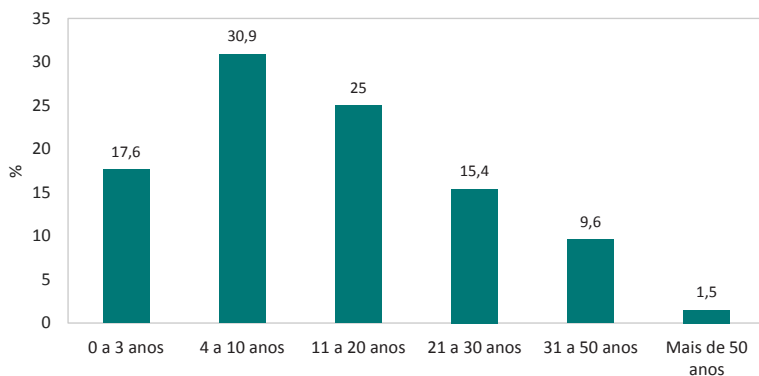


Gráfico 3.2.3 - Tempo enquanto membro da Direção

O envolvimento com a vida associativa parece extravasar, ainda hoje, muitas vezes, uma ligação pontual e individual das pessoas às associações. Pelo contrário, parece ser frequente no campo associativo popular um envolvimento pautado por relações antigas, de identificação e comprometimento que vêm do tempo dos avós, pais, tios e irmãos. Os quais frequentavam as instalações e atividades da coletividade e, algumas vezes, assumiam funções na direção das mesmas. É, por isso, frequente encontrar-se entre os dirigentes, uma ligação longa. Neste sentido, quando proposto o exercício de se pensar as razões pelas quais se tornaram associados das organizações que dirigem, mais de 45% dos dirigentes apontou o “gostar da atividade” como a principal justificação (gráfico 3.2.4). Apontaram-se também razões como a vontade de “ajudar os outros”, a célebre “carolice”, expressão tão caracterizante do associativismo popular, e também o anseio de trabalhar “por uma sociedade melhor”. Indissociável do seu âmbito popular, como escola de consciência cívica e política, promotora do acesso à cultura, ao desporto, e também de participação na vida democrática, as motivações do dirigismo associativo de Loures, em regra, remetem para as ideias fundacionais do associativismo, onde a cooperação, a entreatajuda e a luta por uma sociedade mais justa e igualitária são valores-chave.



Gráfico 3.2.4 - Razões pelas quais se tornou membro da associação

É, assim, compreensível que razões como o desejo de se “candidatar aos respetivos órgãos sociais” ou “possibilidade de influenciar a vida na freguesia” estão entre as opções menos escolhidas. Estamos diante de homens e mulheres para os quais a “ansiedade de estatuto social” parece ser pouco determinante, talvez porque foi o estatuto que os levou aos cargos (por exemplo, o facto de serem escolarmente mais qualificados), e não o contrário. Por outro lado, razões como a tradição familiar de associação, razões culturais e a responsabilidade e pertença comunitária, não incluídas nas opções, foram adicionadas pelos dirigentes. A sua adição revela, mais uma vez, o interesse em contribuir para o bem-estar da comunidade onde se encontram inseridos.

Num cenário em que o desejo de se “poder candidatar aos órgãos sociais” fora uma das razões com menor preponderância para a adesão como membros da associação, interessa perceber como é que se construiu o caminho destes homens e mulheres enquanto dirigentes associativos e as razões que os levaram a assumir funções de direção.

De forma expectável, a maioria dos dirigentes tornaram-se membros dos órgãos diretivos das coletividades principalmente “porque reconhecem a importância da associação e dessa função para a sociedade”, “por gostarem”, mas também “por incentivo de outros membros” (gráfico 3.2.5). Enquanto as duas primeiras razões apontam para valo-

res como o altruísmo, a dádiva e o serviço ao outro tão característicos do campo associativo e do trabalho de dirigente associativo, a terceira concretiza a ideia de que, por um lado, estes homens e mulheres são reconhecidos pelo seu papel fundamental e, por outro, também revelam uma dificuldade em encontrar pessoas que os substituam nos cargos que ocupam, em que a valorização do trabalho coletivo e voluntário é primordial. Contrariamente, foram escassas as respostas em que os Presidentes defendem terem-se tornado membros de direção por ser uma aspiração pessoal. As outras razões (15,3%) comportam ideias como: desenvolver e ajudar a comunidade/associação e encorajados pela tradição familiar/cultural. Noutros casos, os presidentes candidataram-se aos órgãos diretivos por considerarem que a sua experiência profissional poderia trazer benefícios à associação. Evidencia-se, novamente, uma motivação direcionada para o serviço ao outro, à comunidade, em detrimento dos interesses pessoais.

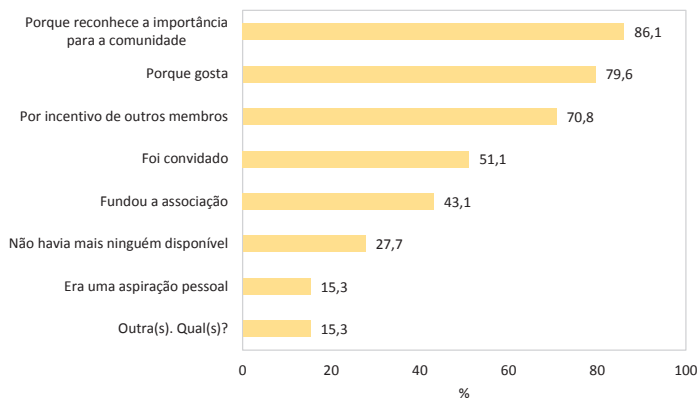


Gráfico 3.2.5 - Razões pelas quais se tornou membro do órgão diretivo da associação

Sendo o trabalho associativo um trabalho fortemente voluntário, de esforço e de muita dedicação, importa entender não apenas os anos dedicados ao cargo de dirigente associativo e as razões pelas quais se enveredou na via do associativismo, mas principalmente o tempo real que estes atores sociais dedicam à associação. E os números são claros:

24,8% dedica até 10 horas semanais ao trabalho associativo; 29,4% entre 11 e 20 horas; aproximadamente 35% entre 21 e 40 horas, e 8,2% dos dirigentes trabalha mais de 40 horas semanais (gráfico 3.2.6).

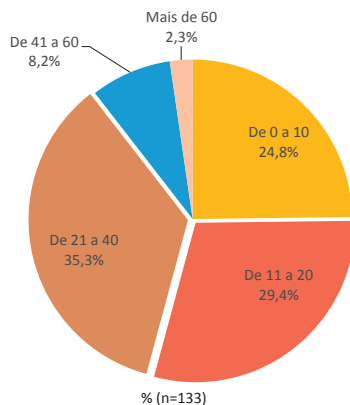


Gráfico 3.2.6 - Número aproximado de horas semanais que dedica à associação

Estes dados revelam que o trabalho associativo extravasa muitas vezes o tempo de uma jornada laboral de oito horas. Adicionalmente, como acontece frequentemente, a maioria dos dirigentes (69,1%) exerce profissão ao mesmo tempo que dirige as coletividades o que revela a grande acumulação de trabalho que a maioria dos dirigentes enfrenta, retirando, não raras as vezes, tempo para se dedicar à família. Apesar disso, perto da totalidade dos Presidentes referiu conjugar razoavelmente e muito bem o trabalho associativo com a vida profissional (95,9%).

Funções que exigem, comumente, muito tempo, esforço e trabalho, concretizando-se num envolvimento profundo e num comprometimento muito característico do associativismo. Não é por isso de estranhar que mais de 95% dos Presidentes tenha afirmado que se sente satisfeito ou muito satisfeito com o trabalho realizado na associação que dirige (gráfico 3.2.7). Deste modo, constata-se que a dedicação,

muitas vezes de uma vida, ao movimento associativo é recompensada com elevados níveis de satisfação e de realização pessoal.

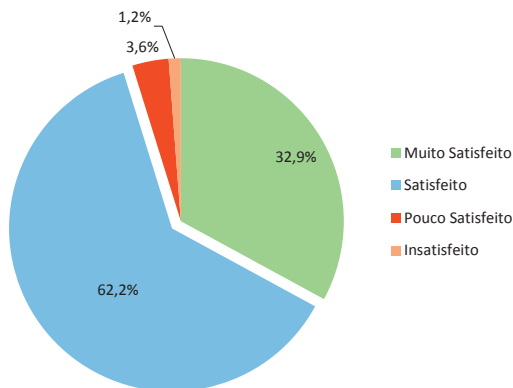


Gráfico 3.2.7 - Sentimento em relação ao trabalho realizado na associação

De facto, o trabalho associativo tem impacto na comunidade onde é desenvolvido, mas também na vida de quem o pratica. Quando questionados sobre as mudanças que sentiram desde que ocupam o cargo diretivo da associação, vários foram os sentimentos revelados, entre eles: o sentimento de que estão a ser úteis; que a experiência associativa contribuiu para o enriquecimento da sua experiência de vida, assim como um maior incremento de consciência comunitária.

De forma geral, este cenário evidencia que o trabalho associativo contribui para o aumento da realização pessoal dos Presidentes, por os dotar de uma maior noção quer das necessidades, como da riqueza da sua comunidade e permitir atuar perante isso. Assim sendo, percebe-se que a afirmação referente ao aumento do prestígio junto de colegas e amigos tenha sido menos escolhida, pois há um grande sentimento de ‘dever’ e de indiferença pelos ‘louros’ e/ou ambições de prestígio, como foi muitas vezes afirmado durante as conversas (gráfico 3.2.8). Alguns Presidentes declararam ainda, no mesmo sentido, sentir que desde que são membros da associação sentem uma responsabilidade

social/comunitária acrescida, que vai além da consciência e se materializa em ações.



Gráfico 3.2.8 – Desde que é membro desta associação sente...

É sabido que o trabalho desempenhado em várias coletividades do Concelho, mas não só, adquire uma vertente comunitária muito forte, uma vez que as associações se esforçam por fornecer ou garantir a existência de atividades culturais, desportivas, recreativas e sociais à comunidade onde se inserem. Neste sentido e como foi sendo relatado, muitas vezes investe-se dinheiro da associação (até pessoal) para garantir que os participantes continuam a ter acesso a estas atividades, mesmo que não tenham condições financeiras para tal, sendo demonstrativo da responsabilidade social com que se encabeça o cargo diretivo e se concretiza os princípios fundadores do movimento associativo. Houve dirigentes que confessaram ainda sentir um “maior reconhecimento” e/ou aprofundamento das relações sociais: “sinto que o clube é a minha segunda família”.

Quando questionados sobre qual o perfil que um dirigente associativo deve ter, dois em cada três dirigentes consideram que a dedicação, a honestidade e a capacidade de liderança são elementos fundamentais para se ser dirigente (gráfico 3.2.9). O empenho, o sentido de respon-

sabilidade e a motivação aparecem de seguida, embora de forma menos destacada. De forma inversa, o altruísmo, o compromisso e a lealdade estão entre as características menos escolhidas. Assim, os valores mais instrumentais acabam por ser os mais escolhidos (dedicação, liderança, empenho, sentido de responsabilidade) face a valores mais essencialistas (honestidade, motivação, solidariedade, criatividade). Isto é, em resumo, aponta-se mais para um “saber fazer” do que para um “ser” dirigente.

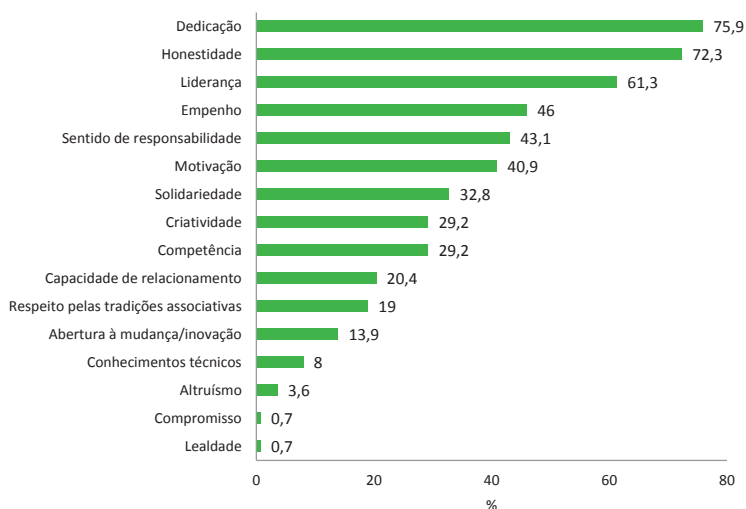


Gráfico 3.2.9 - Cinco principais características que um dirigente associativo deve ter

Quando se olha para o associativismo popular de Loures olha-se também para o passado, presente e futuro do Concelho e da sua população. Não perder de vista as raízes do associativismo é, assim, tão importante como não deixar de olhar para diante, para os futuros projetos, desafios e para as gerações vindouras que os enfrentarão. Neste sentido, importa ouvir os dirigentes de hoje, as suas expectativas e anseios quanto ao amanhã do movimento que dirigem e ao qual se dedicam.

A multiplicidade de dirigentes, experiências e caminhos trouxe também uma diversidade de respostas sobre o que pensam do associativismo de Loures, das dificuldades que sentem, das ideias que têm e do que o associativismo representa para si. Para aproximadamente $\frac{1}{3}$ dos Presidentes o associativismo está vivo, é autossustentável e tem vindo a melhorar “porque têm aparecido associações com boas iniciativas que motivam as restantes a fazer mais e melhor”. Reconhecem que o tecido associativo do Concelho é muito diverso, responde às necessidades da comunidade no qual se insere e que, apesar de existirem associações mais tradicionais, a maioria está aberta à mudança:

“Existem bastantes coletividades muito diversificadas em Loures e a maioria trabalha bem para a sociedade. O associativismo em Loures está bem representado. As que trabalham mal e são pouco transparentes são a exceção” (sexo masculino, 50 anos, dirigente de associação cultural/recreativa).

Para outros é impossível fazer o exercício de pensar sobre o movimento associativo de Loures sem abordar a crise que esse atravessa, pelo envelhecimento dos seus corpos dirigentes e associados, pela falta de modernização, fechamento e dificuldade de interação entre associações. Paradoxalmente, muitos Presidentes de Direções Associativas incorporaram um discurso sobre a crise do associativismo que os dados sobre eles próprios não confirmam. Desta perceção advêm duas ideias: por um lado, a de que a instituição do individualismo veio roubar espaço ao sentido de coletivo e de comunidade; por outro, que o próprio movimento associativo não soube enfrentar estas mudanças, reforçando-se através da cooperação entre associações.

Dos momentos de partilha e conversa sobre o que pensam sobre o associativismo em Loures surgiram também os desafios que, na sua opinião, o associativismo enfrenta. Aqui, a dificuldade na renovação dos corpos sociais ocupa um lugar de destaque, uma vez que, na opinião dos dirigentes, os jovens se estão a afastar do associativismo, privilegiando outras fontes de entretenimento. Uma vez mais, reforçando o paradoxo acima mencionado, é um jovem que diz:

“Existem grandes dificuldades para arranjar diretores para assumirem responsabilidades diretivas, na mobilização de jovens e maior envolvimento da população nas coletividades e na fixação dos mais jovens na freguesia. Há pouca participação dos jovens e da população no geral nas atividades e iniciativas promovidas” (sexo masculino, 26 anos, dirigente de associação cultural/recreativa).

Presentes na idealização sobre o movimento associativo de Loures estiveram também questões relacionadas com a saúde financeira das associações, a escassez de apoios e a sua justa distribuição. De forma geral, prevalece a visão de que a Câmara Municipal de Loures assume um papel fundamental no auxílio às despesas, adquirindo um peso muito importante no constante esforço de sobrevivência das associações do Concelho. Entre partilhas, o papel e o apoio prestado pelo Espaço A mereceu principal destaque.

“A Câmara procura dinamizar, envolver-se e tem interesse em promover o associativismo. Se não fossem os apoios que dão, a sobrevivência da associação poderia estar em causa” (sexo masculino, 77 anos, dirigente de associação cultural/recreativa).

Peça fundamental da diversidade do movimento associativo de Loures, estas ideias e perceções têm espaço num campo rico assente na entreatajuda e na cooperação da sociedade civil. Reconhecer o papel dessas pessoas para uma sociedade civil mais coesa e resiliente é reconhecer que os dirigentes associativos em geral, e os Presidentes em particular, desempenham todos os dias funções vitais sem as quais não haveria associações. Personificam atos de cidadania, organizando e dando o seu melhor por uma causa que abraçam, muitas vezes em detrimento da sua vida pessoal. Lutam para que o associativismo se mantenha dinâmico e criativo, contrariando diariamente as visões mais negativas com esforço e um sentimento de missão que chega a quem os ouve entre conversas e vê entre ações. Neste trabalho constante, os Presidentes esforçam-se por acompanhar os progressos da sociedade e, conforme os valores basilares do associativismo popular, continuar ao serviço da comunidade e das suas necessidades.

BIBLIOGRAFIA

- INE (2017), Projeções de População Residente. 2015-2080, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2019), Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.

CAPÍTULO 4:

CLASSES SOCIAIS E PARTICIPAÇÃO ASSOCIATIVA

Nuno Nunes, Luís Capucha, Patrícia Ávila e Viriato Queiroga, CIES-Iscte, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa

Uma boa parte daquilo que fazemos e pensamos, quer enquanto indivíduos, quer enquanto coletivos, é fortemente afetado pela posição ocupada nas estruturas sociais. Um dos indicadores clássicos de caracterização dessas posições é a classe social. Remetendo em larga medida para a condição laboral e para indicadores complementares como a escolaridade, a posição de classe ultrapassa largamente o campo do trabalho para se estender aos sistemas de gosto, aos valores e orientações de vida, às disposições e visões do mundo, à família e ao modo de ocupar o espaço ou de relacionamento com os outros.

É, por isso, de grande interesse caracterizar a posição social, isto é, a posição de classe dos Presidentes de Direção das associações do concelho de Loures. No presente capítulo procede-se a essa caracterização, partindo dos principais indicadores de posição face ao trabalho e de localização dos Presidentes na estrutura das classes sociais, para seguir com a análise da sua origem social e com o cruzamento entre a estrutura do associativismo e a posição social dos dirigentes.

4.1. POSIÇÃO SOCIAL NO TRABALHO DOS PRESIDENTES DE DIREÇÃO

A comparação entre a posição social no trabalho e a posição de classe dos Presidentes de Direção das associações populares no concelho de Loures e a estrutura das classes sociais em geral no concelho e no continente português mostra, como seria de esperar, que os dirigen-

tes, em termos médios, são recrutados entre as classes mais dotadas de recursos. A elite associativa é maioritariamente recrutada em meios sociais próximos do topo da estrutura das classes sociais.

Comecemos por olhar para a “condição perante o trabalho” dos Presidentes de Direção (gráfico 4.1.1). 69,1% dos Presidentes de Direção exercem uma profissão e 26,5% são reformados. Os desempregados são 2,9%, e os/as domésticos/as são apenas 0,7%, tantos quantos os estudantes. Ora, segundo os Censos de 2011 (INE, 2012), no concelho de Loures o peso dos que exerciam uma profissão é de 51,9% da população em idade ativa e no continente é de 48,5%, pelo que os ativos empregados estão em muito maior proporção entre os dirigentes associativos do que no concelho e no continente.

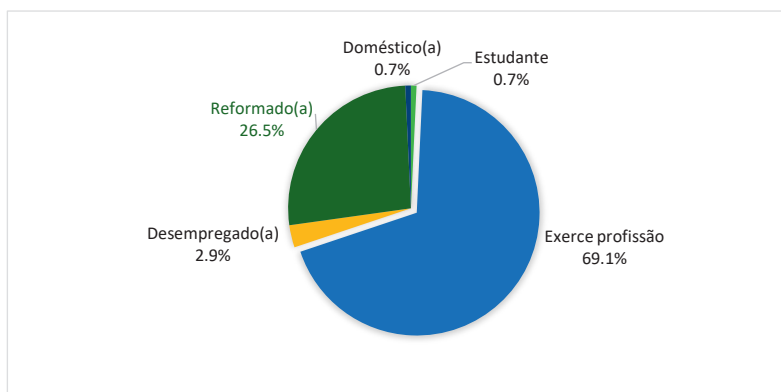


Gráfico 4.1.1 - Condição perante o trabalho dos Presidentes de Direção

Já os desempregados eram 7,7% e 7,4% da população em idade ativa respetivamente no concelho e no continente, o que compara com os 2,9% entre os Presidentes de Direção, que parecem assim estar muito mais protegidos contra esse risco do que a média dos cidadãos do continente.

Por outro lado, sendo um grupo em que a esmagadora maioria das pessoas está numa idade em que tendencialmente já não se tem essa condição perante o trabalho, naturalmente que os 0,7% dos Presidentes de Direção estudantes contrastam com os 7,0% de pessoas integrantes dessa categoria no concelho e os 7,3% no continente (sempre tomando como referência a população em idade ativa), ainda segundo os censos de 2011.

Segundo as mesmas fontes, o peso dos reformados é semelhante entre os dirigentes associativos de Loures (26,5%), a população do concelho (24,2%) e a população do continente (26,4). Já os/as domésticas/os em idade ativa são 3,4% no concelho de Loures, 4,6% no continente e, como vimos, 0,7 entre os dirigentes associativos inquiridos.⁴

A situação na profissão de 73,4% dos Presidentes de Direção das associações do concelho de Loures inquiridos é “trabalhador por conta de outrem” (gráfico 4.1.2). Essa é também a situação de 83,6% e 81,1% dos ativos empregados respetivamente no concelho e no continente (ainda segundo os Censos de 2011).

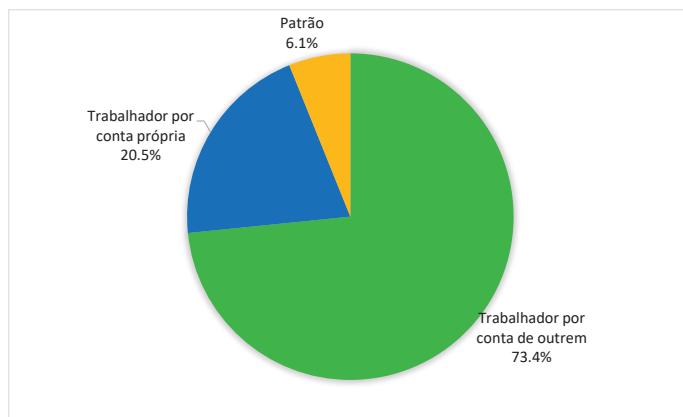


Gráfico 4.1.2 - Situação na Profissão dos Presidentes de Direção

4 - Nos censos de 2011 existem duas categorias que não se encontram no Inquérito aos Dirigentes Associativos do concelho de Loures, a dos “Incapacitados permanentes para o trabalho” (1,5% no concelho e 1,2% no país) e a dos “outros casos” (respetivamente 4,6% e 4,4%).

Já os “trabalhadores por conta própria” são 20,5% dos Presidentes de Direção do concelho de Loures, valor muito superior aos 4,9% dos ativos empregados no concelho e 6,6% no continente. Por sua vez, o peso dos patrões é visivelmente menor entre os dirigentes associativos (6,1%) do que no total do concelho (9,9%) e do continente (10,6%).⁵

As profissões dos Presidentes de Direção registam a existência de “agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas” (0,3% no total do concelho e 1,2% no continente), que não estão representados entre os dirigentes associativos do concelho de Loures (tabela 4.1.1).

Os trabalhadores não qualificados são apenas 2,0% dos Presidentes de Direção, enquanto no concelho representam 6,4% e no continente 5,9%, distribuídos entre “trabalhadores da limpeza, serviços e comércio” (respetivamente 4,4% e 3,1%), os “trabalhadores não qualificados da agricultura, da produção animal, pesca e flores” (0,04% e 0,3%) e ainda os “trabalhadores não qualificados da indústria extrativa, construção, indústria transformadora e transportes” (2,0% no concelho e 2,5% no continente). No geral, portanto, os trabalhadores não qualificados têm um peso triplo no concelho e no continente comparando com os dirigentes associativos.

Em sentido oposto, os “representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos” são 18,5% dos dirigentes associativos, enquanto o grande grupo profissional correspondente nos censos de 2011 regista 3,9% no concelho e 4,0% no continente.

5 - Nos censos existem ainda as categorias residuais de “trabalhadores familiares não remunerados” (0,3% no concelho e 0,5% no país), de “membro de uma cooperativa de produção” (0,04% nos dois quadros territoriais) e de “outra situação” (1,1% também para o concelho e o país).

Câmara Municipal de Loures

| Profissões | % |
|---|--------------|
| Profissões das Forças Armadas | 0,7 |
| Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos | 18,5 |
| Especialistas das atividades intelectuais e científicas | 17,0 |
| Técnicos e profissões de nível intermédio | 27,4 |
| Pessoal administrativo | 7,4 |
| Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores | 11,1 |
| Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices | 11,1 |
| Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem | 4,4 |
| Trabalhadores não qualificados | 2,2 |
| Total | 100,0 |

Nota: n=136

Tabela 4.1.1 - Profissão dos Presidentes de Direção

Entre os Presidentes de Direção regista-se também uma presença muito reforçada de outras profissões a que se tendem a associar maiores recursos. Entre os “especialistas das atividades intelectuais e científicas”, estes têm um peso de 17,0% face a 7,5% e 7,9% no concelho de Loures e no continente, respetivamente; entre os “técnicos e profissões de nível intermédio”, registam-se, pela mesma ordem, os valores de 27,4%, 7,1% e 6%; e, embora de forma menos nítida, entre o “pessoal administrativo”, que apresenta 7,4% entre os dirigentes associativos, 6,5% no concelho e 4,9% no continente.

O peso relativo de cada grupo profissional só aparece equilibrado entre os “trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores” (11,1% no caso dos Presidentes de Direção, 11,4% no concelho e 10,5% no continente), entre os “trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices” (respetivamente 11,1%, 6,2% e 8,2%), e entre os “operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem” (pela mesma ordem, 4,4%, 2,5% e 3,3%).

4.2. CLASSE SOCIAL DOS PRESIDENTES DE DIREÇÃO

Como seria de esperar, a estrutura da distribuição segundo a situação na profissão e segundo os grandes grupos profissionais dos dirigentes associativos no concelho de Loures e dos ativos no concelho e no continente reflete-se na distribuição destes três universos pelas diferentes posições de classe social construídas, precisamente, através do cruzamento entre essas duas variáveis (Costa, 1999; Machado et al., 2003; Almeida, Machado e Costa, 2006; Costa, Machado e Almeida, 2007; Mauritti et al., 2016; Costa e Mauritti, 2018)⁶. A posição social dos Presidentes de Direção é mais elevada do que a média da população ativa que exerce profissão no concelho e no continente do país.

6 - O indicador socioprofissional de classe social que se apresenta é elaborado a partir da tipologia de lugares de classe de Almeida, Costa e Machado ACM (tipologia ACM), construído a partir do cruzamento da profissão, segundo a classificação internacional das profissões (atualmente ISCO 2008) e a situação na profissão.

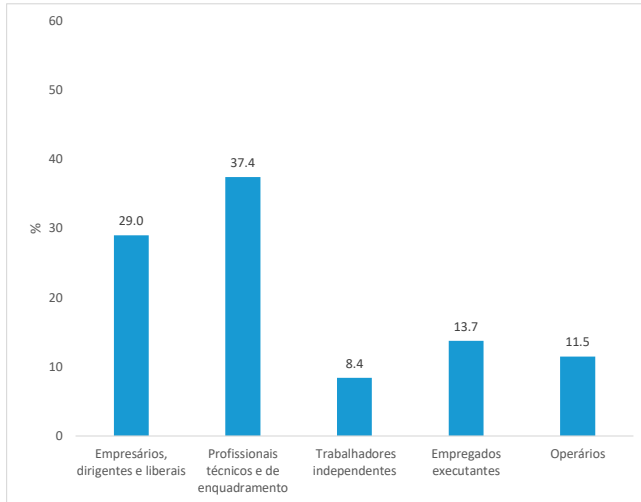


Gráfico 4.2.1 - Classe Social dos Presidentes de Direção

Assim, começando pela classe social dos “empresários, dirigentes e profissionais liberais”, verificamos que o seu peso é ligeiramente maior no continente (15,2%) do que no concelho (14,8%). Mas em ambos o caso é muito inferior ao que se verifica entre os Presidentes de Direção das associações do concelho de Loures (29,0%). Uma diferença da mesma amplitude se regista na classe social dos “profissionais técnicos e de enquadramento”, que tem um peso de 24,6% no concelho, 22,8% no continente e 37,4% entre os dirigentes associativos (gráfico 4.2.1). Sendo estas as duas classes sociais de topo na hierarquia de distribuição de recursos de diverso tipo, elas somam dois terços (66,4%) dos dirigentes associativos, contra apenas 48,0% no continente de Portugal e 49,5% no concelho de Loures.

Mas o desequilíbrio é ainda relevante e no mesmo sentido na classe social dos “trabalhadores independentes”, que possuem um peso entre os ativos empregados de 4,2% no concelho, 5,1% no continente e 8,4% no total dos Dirigentes Associativos. O desequilíbrio muda de sentido na classe social dos “operários”, que são apenas 11,5% dos

dirigentes associativos, os quais comparam com 17,8% no concelho e 24,0% no continente. É particularmente marcado na classe social dos “empregados executantes”, que registam valores de 38,0% para o concelho, 30,3% para o continente e apenas 13,7% para os Presidentes de Direção das associações do concelho de Loures.⁷

Revela-se nesta distribuição dos Presidentes das Direções das associações do Concelho de Loures, por um lado, a presença de uma pluralidade de pertenças de classe social, e, por outro lado, uma tendência nítida para as classes de maiores recursos predominarem entre estes dirigentes associativos.

O acentuado desequilíbrio numérico entre homens e mulheres nas direções das associações, em desfavor das mulheres, cruzado com a classe social (tabela 4.2.1), revela que as mulheres dirigentes associativas são sobretudo profissionais técnicos e de enquadramento (40,9%) e empresárias, dirigentes e profissionais liberais (36,4%). 13,6% das mulheres presidentes são empregadas executantes, 4,5% são trabalhadoras independentes, tal como também apenas 4,5% são operárias. Este perfil feminino classista, diferente do que se verifica na estrutura de classes nacional, salienta que são sobretudo as mulheres pertencentes a classes sociais mais favorecidas as que conseguem ocupar o cargo de presidentes de direção.

No caso dos homens presidentes de direção, o seu perfil é mais interclassista. 13,9% dos homens são empregados executantes, 13% são operários e 9,3% pertencem à classe social de trabalhadores independentes. As maiores percentagens de homens empresários, dirigentes e profissionais liberais (26,9%) e de profissionais técnicos e de enquadramento (37%) são, contudo, comparativamente mais baixas que as das mulheres pertencentes a estas duas classes sociais.

7 - Os censos do INE 2011 permitem ainda avaliar a presença da classe social dos “agricultores independentes” (respetivamente 0,1% e 0,8% no concelho e no continente) e dos “assalariados agrícolas” (0,5% e 1,8%). Nenhuma delas está presente entre os dirigentes associativos que temos vindo a caracterizar.

Câmara Municipal de Loures

| % | Sexo | | Idade | | |
|---|-----------|----------|-----------------|-----------------|--------------------|
| | Masculino | Feminino | 18 - 50 anos | 51 - 65 anos | Mais de 65 anos |
| Empresários, dirigentes e liberais | 26,9 | 36,4 | 36,5 | 23,2 | 26,1 |
| Profissionais técnicos e de enquadramento | 37,0 | 40,9 | 30,8 | 39,3 | 47,8 |
| Trabalhadores independentes | 9,3 | 4,5 | 5,8 | 10,7 | 8,7 |
| Empregados executantes | 13,9 | 13,6 | 19,2 | 14,3 | 0,0 |
| Operários | 13,0 | 4,5 | 7,7 | 12,5 | 17,4 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| n | 108 | 22 | 52 | 56 | 23 |

Tabela 4.2.1 - Presidentes de Direção por classe social, segundo o sexo e a idade

O gráfico 4.2.2 é revelador destas diferenças de classe por parte dos homens e mulheres dirigentes associativos. Apesar de maiores percentagens no universo dos Presidentes de Direção de “empresários, dirigentes e profissionais liberais” e de “profissionais técnicos e de enquadramento” e menor presença das classes sociais “trabalhadores independentes”, “empregados executantes” e “operários”, as mulheres são mais empresárias, dirigentes e profissionais liberais do que os homens, enquanto que os homens são mais trabalhadores independentes e operários do que as mulheres.

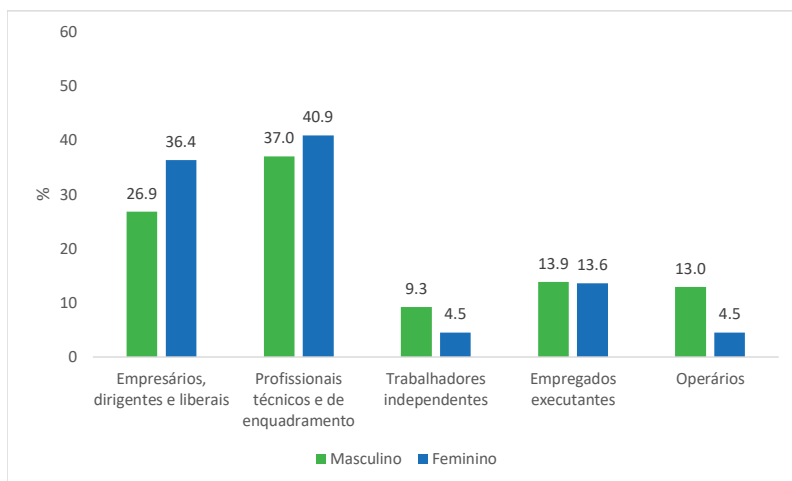


Gráfico 4.2.2 - Presidentes de Direção por classe social, segundo o sexo

Relativamente à classe social dos presidentes de direção segundo a idade (tabela 4.2.1), na faixa etária 18-50 anos, 36,5% pertencem à classe social “empresários, dirigentes e profissionais liberais”, 30,8% são profissionais técnicos e de enquadramento e 19,2% constituem empregados executantes. Na faixa etária 51-65 anos, quase 40% destes dirigentes associativos são profissionais técnicos e de enquadramento. Nos Presidentes de Direção que têm mais de 65 anos, 47,8% também pertencem à classe social “profissionais técnicos e de enquadramento”, 26,1% inscrevem-se na categoria de classe “empresários, dirigentes e profissionais liberais” e depois seguem-se os operários (17,4%).

Uma análise comparativa das diferentes faixas etárias dos presidentes de direção (gráfico 4.2.3), permite verificar que há uma maior tendência relativa para os mais novos serem “empresários, dirigentes e profissionais liberais” e “empregados executantes”, enquanto que nos mais velhos são os “profissionais técnicos e de enquadramento” e os “operários” que mais se destacam, em termos relativos e em comparação com as restantes faixas etárias. Estas tendências acompanham a própria evolução das estruturas de classes nacionais e internacionais

(Nunes, 2013; Mauritti et al., 2016; Costa et al., 2018), com maior prevalência dos setores dos serviços e menor industrialização com base no setor secundário. Apesar destas mudanças, não deixa de ser significativo que quase metade dos dirigentes associativos com mais de 65 anos pertença à classe social “profissionais técnicos e de enquadramento”, uma classe social emergente e que acompanhou as transformações mais recentes e significativas da estrutura económica e social portuguesa (Mauritti e Nunes, 2013).

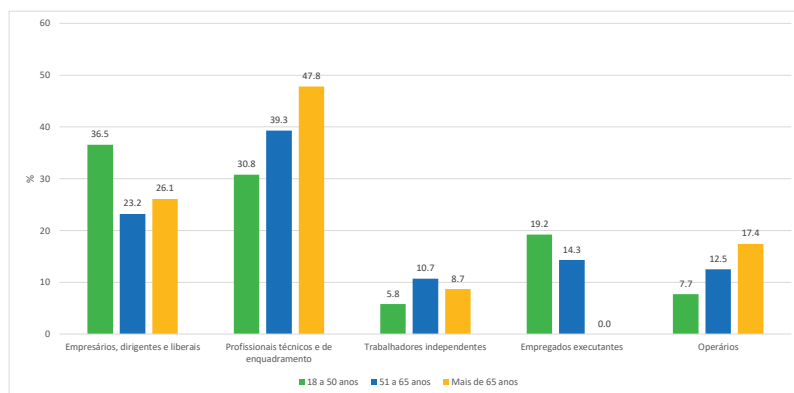


Gráfico 4.2.3 - Presidentes de Direção por classe social, segundo a idade

Em termos de escolaridade dos presidentes de direção, segundo a classe social (gráfico 4.2.4), verificamos que as classes sociais mais bem posicionadas estruturalmente são também as mais escolarizadas. Metade dos empresários, dirigentes e profissionais liberais do universo associativo popular do concelho de Loures possui o ensino superior, 23,7% o ensino secundário e 26,3% o ensino básico. Nos que pertencem à classe social “profissionais técnicos e de enquadramento”, 38,8% detém o ensino superior, 40,8% o ensino secundário e 20,4% o ensino básico. Os presidentes de direção empregados executantes apresentam a seguinte distribuição de recursos educativos: 44,4% o ensino superior, 33,3% o ensino secundário e 22,2% o ensino básico. Relativamente a esta última classe social, e comparativamente com a

distribuição do capital educativo das classes sociais em termos nacionais, verifica-se que estes Presidentes de Direção possuem mais escolaridade que os seus congéneres de classe em termos nacionais, e são também mais jovens, o que explicará em parte o seu capital escolar, mas também que será relevante possuírem recursos educativos para o seu desempenho enquanto dirigentes associativos

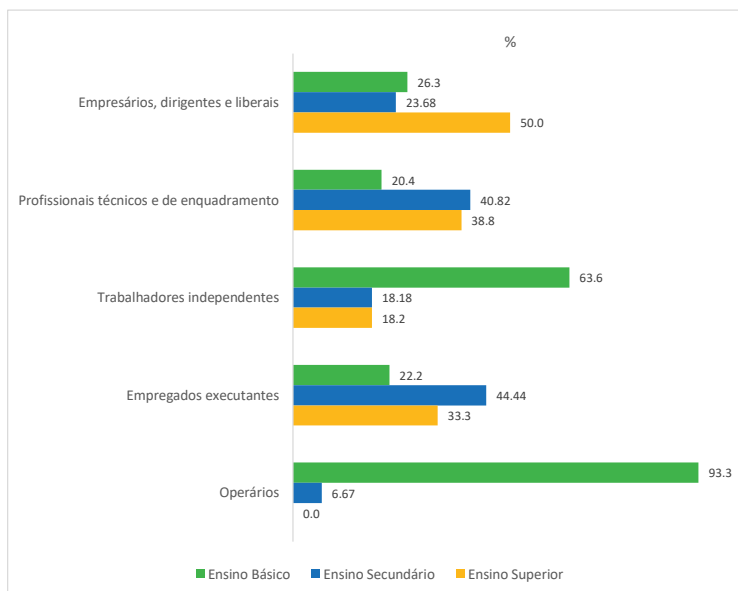


Gráfico 4.2.4 - Presidentes de Direção por classe social, segundo a escolaridade

O perfil de escolarização altera-se quando analisamos as restantes classes sociais. Nos trabalhadores independentes, 63,6% completou o ensino básico, 18,2% o ensino secundário e igual percentagem também possui o ensino superior. No caso dos operários a quase totalidade deles (93,3%) possui apenas o ensino básico, 6,7% obteve o ensino secundário e nenhum presidente de direção operário detém o ensino superior. A classe social “operários”, que representa 11,5% do universo dos Presidentes de Direção, possui um perfil de reduzida escolaridade, é mais masculina e mais velha.

4.3. ORIGENS SOCIAIS DOS PRESIDENTES DE DIREÇÃO

Os processos de socialização e de mobilidade social constituem duas problemáticas autónomas, interligáveis e de grande significado para as ciências sociais em geral, e para a sociologia em particular. A partir delas é possível compreender um conjunto significativo de processos e dinâmicas sociais, ao nível macrossocial no funcionamento das sociedades, ao nível meso no que diz respeito às organizações e atores coletivos, e ao nível microsocial no plano dos atores individuais e agentes, relativamente às suas trajetórias e disposições, valores, percepções, atitudes e práticas (Bourdieu, 1979; Lahire, 2004; Mouzelis, 2008; Martins et al., 2016).

Os processos de socialização e de mobilidade social, em íntima relação com a estrutura das classes sociais, também nos ajudam a perceber as dinâmicas de ação coletiva nas sociedades contemporâneas (Nunes, 2013; Nunes et al, 2016; Nunes e Raposo, 2018; Carmo et al., 2019). As origens sociais dos presidentes de direção do associativismo popular do concelho de Loures, poderão desvendar-nos determinadas trajetórias sociais de envolvimento associativo, potencialmente reveladoras de determinadas configurações socioculturais e identidades coletivas que estarão, de forma resiliente (Estêvão et al., 2017), a caracterizar o associativismo popular contemporâneo.

Se já observámos que os Presidentes de Direção pertencem maioritariamente às classes sociais “empresários, dirigentes e profissionais liberais” e “profissionais técnicos e de enquadramento”, as suas origens sociais são diversificadas, distribuindo-se por toda a estrutura das classes sociais (gráfico 4.3.1). Contudo, verifica-se que prevalece uma forte presença de operários, ou seja, 39,4% dos pais dos dirigentes associativos inquiridos pertencem a esta classe social, seguindo-se 18,9% de profissionais técnicos e de enquadramento. Tal significa que mais de metade dos presidentes de direção possuem origens sociais pertencentes a classes sociais assalariadas, e principalmente ao operariado, o que salienta uma ligação ao passado industrial outrora existente no concelho de Loures, na altura a classe social mais envolvida no associativismo (Banha, 1994), bem como uma possível identidade coletiva associativista transmitida de pais para filhos.

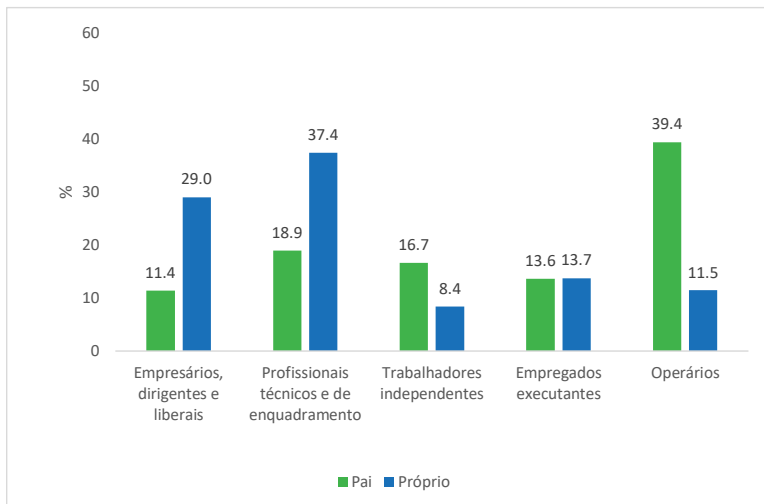


Gráfico 4.3.1 - Classe social dos Presidentes de Direção e classe social dos pais

A investigação realizada no concelho de Loures também nos permite compreender a mobilidade social intergeracional dos Presidentes de Direção, ou seja, compreender quais as origens sociais e respetiva trajetória de mobilidade social de cada uma das classes sociais (tabela 4.3.1). Todas as classes sociais têm uma significativa origem de classe operária. 60% dos presidentes de direção operários mantêm as suas origens de classe; os pais de 54,5% dos dirigentes associativos “trabalhadores independentes” são/foram operários e 47,1% dos pais dos presidentes da classe social “empregados executantes” também são/foram operários; mesmo os presidentes de direção pertencentes às classes sociais “empresários, dirigentes e profissionais liberais” e “profissionais técnicos e de enquadramento” possuem origens sociais operárias, respetivamente 33,3% e 36,2%.

| Classe social próprio Classe social pai | Empresários, dirigentes e liberais | Profissionais técnicos e de enquadramento | Trabalhadores independentes | Empregados executantes | Operários |
|--|--|---|--------------------------------|---------------------------|-----------|
| Empresários, dirigentes e liberais | 11,1 | 12,8 | 9,1 | 17,6 | 0,0 |
| Profissionais técnicos e de enquadramento | 22,2 | 23,4 | 0,0 | 11,8 | 6,7 |
| Trabalhadores independentes | 13,9 | 12,8 | 27,3 | 11,8 | 33,3 |
| Empregados executantes | 19,4 | 14,9 | 9,1 | 11,8 | 0,0 |
| Operários | 33,3 | 36,2 | 54,5 | 47,1 | 60,0 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| n | 36 | 47 | 11 | 17 | 15 |

Tabela 4.3.1 - Mobilidade social intergeracional dos Presidentes de Direção (% coluna)

Acompanhando a evolução da estrutura de classes nacional, grande parte dos presidentes de direção ascenderam hierarquicamente relativamente à sua classe social de origem. Os dirigentes associativos pertencentes à classe social “empresários, dirigentes e profissionais liberais” são filhos de operários (33,3%), de profissionais técnicos e de enquadramento (22,2%), empregados executantes (19,4%), trabalhadores independentes (13,9%) e de empresários, dirigentes e profissionais liberais (11,1%). Os Presidentes de Direção empresários, dirigentes e profissionais liberais revelam claramente trajetórias de mobilidade social ascendente.

No caso dos profissionais técnicos e de enquadramento a sua trajetória de mobilidade social é igualmente ascendente, aliás muito semelhante à que se verifica com os empresários, dirigentes e profissionais liberais. Estas são as duas classes sociais com melhor posicionamento na estrutura de classes e com mais significativas trajetórias de mobilidade intergeracional. A reprodução de classe, ou seja, serem coincidentes a classe social do próprio e do pai, verifica-se em 23,4% dos profissionais técnicos e de enquadramento e em 11,1% dos empresários, dirigentes e profissionais liberais.

Os trabalhadores independentes são sobretudo oriundos do operariado ou então reproduzem a classe social do pai (em 27,3% dos casos). Os empregados executantes em quase metade das situações são de origem social operária. Finalmente, no caso dos operários presidentes de direção, estes praticamente só têm origens operárias (em 60% deles) ou nos trabalhadores independentes (33,3%). Os operários são a classe com mais reduzida mobilidade social e que revela características mais homogêneas do ponto de vista das trajetórias sociais de origem.

4.4. PERTENÇA ASSOCIATIVA, TRABALHO E CLASSES SOCIAIS

Quando nos referimos a uma certa ambiguidade do termo “associativismo popular” estamos a referir-nos à distinção entre a conotação da palavra “popular” como referência a uma condição de classe (as classes populares) e uma outra conotação que remete para uma realidade mais ampla e interclassista, associada a uma noção de “povo” como entidade distinta de certas categorias sociais, como as elites políticas, religiosas, culturais, económicas e militares. Trata-se do coletivo que reúne toda a massa populacional não pertencente a essas elites, como diriam os clássicos Mosca (1939), Mills (1951) ou Pareto (1968).

Veremos como, na verdade, a pertença de classe dos dirigentes associativos do concelho de Loures constitui uma estrutura na qual as classes populares são, de facto, uma minoria. Tal não significa que as associações percam o seu carácter popular. Significa apenas que nas associações populares tendem a ser sócios com maior estatuto social os que são chamados a exercer cargos dirigentes, provavelmente por se considerar estarem eles em melhores condições de falar “de igual para igual” com os poderes com quem as associações se relacionam, para além da reprodução das assimetrias sociais objetivamente existentes no recrutamento para as funções diretivas nas associações. Trata-se de uma espécie de reconhecimento implícito da legitimidade dessas assimetrias para a manutenção de uma certa “ordem” social facilmente reconhecível e reproduzida nas responsabilidades associativas.

A condição perante o trabalho não fornece um quadro nítido deste curioso fenómeno social. De facto, a esmagadora maioria dos Presi-

dentes de Direção exerce uma profissão (tabela 4.4.1). As exceções são (i) as associações de juventude, das quais um Presidente é estudante e o outro exerce uma profissão, (ii) as associações de moradores, onde dos três Presidentes dois são reformados e o outro exerce uma profissão, (iii) nas duas associações ambientais, que têm um Presidente a exercer uma profissão e outro desempregado, e (iv) nas associações de Bombeiros e Proteção civil, em que dos seis quatro exercem uma profissão, um está desempregado e outro reformado.

| % | Estudante | Exerce profissão | Desempregado | Reformado | Doméstico | Total | n |
|-------------------------|-----------|------------------|--------------|-----------|-----------|-------|----|
| Solidariedade Social | -- | 75,0 | -- | 25,0 | -- | 100 | 8 |
| Desportiva | -- | 83,9 | 1,8 | 14,3 | -- | 100 | 56 |
| Cultural/Recreativa | -- | 50,0 | 2,0 | 46,0 | 2,0 | 100 | 50 |
| Ambiental | -- | 50,0 | 50,0 | -- | -- | 100 | 2 |
| Escoteiros/Escuteiros | -- | 100,0 | -- | -- | -- | 100 | 9 |
| Moradores | -- | 33,3 | -- | 66,7 | -- | 100 | 3 |
| Bombeiros e Prot. Civil | -- | 66,7 | 16,7 | 16,7 | -- | 100 | 6 |
| Juventude | 50,0 | 50,0 | -- | -- | -- | 100 | 2 |

Tabela 4.4.1- Tipo de associação e condição perante o trabalho dos Presidentes de Direção

Nas associações de solidariedade social, três quartos dos Presidentes trabalham e os restantes dois são reformados, nos escuteiros/escuteiros todos exercem uma profissão. Os dois tipos de associações mais representadas comportam uma maior diversidade de condições perante o trabalho, como seria de esperar. Assim, nas associações desportivas encontramos, para além de 83,9% de Presidentes que exercem uma profissão, 1,8% de desempregados (apenas uma pessoa) e 14,3% estão reformados. As associações culturais e recreativas apresentam um padrão que difere do caso anterior porque metade dos 50 presidentes exercem uma profissão e 46% (23 pessoas) são reformados, um está desempregado e uma é a única Presidente cuja condição perante o trabalho é “doméstica/o”.

Já quando olhamos para a classe social dos Presidentes de Direção a tendência de que falávamos para colocar no topo dos órgãos sociais pessoas mais aproximadas do topo das hierarquias sociais, torna-se evidente.

| % | Empresários, dirigentes e liberais | Profissionais técnicos e de enquadramento | Trabalhadores independentes | Empregados executantes | Operários | Total | n |
|----------------------------|------------------------------------|---|-----------------------------|------------------------|-----------|-------|----|
| Solidariedade Social | 25,0 | 50,0 | -- | 25,0 | -- | 100 | 8 |
| Desportiva | 28,3 | 37,7 | 5,7 | 20,8 | 7,5 | 100 | 53 |
| Cultural/Recreativa | 24,5 | 34,7 | 12,2 | 6,1 | 22,4 | 100 | 49 |
| Ambiental | 50,0 | 50,0 | -- | -- | -- | 100 | 2 |
| Escoteiros/Escuteiros | 22,2 | 44,4 | 22,2 | 11,1 | -- | 100 | 9 |
| Moradores | 33,3 | 66,7 | -- | -- | -- | 100 | 3 |
| Bombeiros e Proteção Civil | 66,7 | 16,7 | -- | 16,7 | -- | 100 | 6 |
| Juventude | 100,0 | -- | -- | -- | -- | 100 | 1 |

Tabela 4.4.2 - Tipo de associação e classe social dos Presidentes

Nas associações de Solidariedade Social apenas 2 Presidentes são Empregados Executantes; nas associações Desportivas apenas quatro Presidentes são Operários e 11 (20,8%) são empregados executantes; nas associações culturais e recreativas a proporção de operários é maior (22,4%, correspondente a 11 Presidentes) e 3 (6,1%) são empregados executantes; não encontramos mais nenhum operário nos outros tipos de associações e nos escuteiros encontramos apenas 1 empregado executante, o mesmo acontecendo entre os Presidentes de Associações de Bombeiros e Proteção Civil (tabela 4.4.2).

Os trabalhadores independentes, classe média não assalariada com recursos muito variáveis (aqui encontram-se desde pequenos patrões de empresas familiares sem trabalhadores a cargo, mas também os “falsos recibos verdes” e situações laborais precárias, pelo que a leitura da relação entre a pertença de classe e os recursos não é unívoca), representam apenas 3 (5,7%) Presidentes de Direção de Associações Desportivas; 6 (12,2%) nas associações de cultura e recreio, e 2 (22,2%) nas associações de escuteiros/escoteiros.

Os profissionais técnicos e de enquadramento são a classe social que se encontra com maior frequência entre os Presidentes de Direção: 50% nas associações de solidariedade, 37,7% nas associações desportivas, 34,7% nas associações culturais e recreativas, 50% (1 pessoa) nas associações ambientais, 44,4% nos escuteiros/escoteiros, e 66,7% nas associações de moradores. Eles só não fornecem o maior contingente nas associações de bombeiros e proteção civil, onde representam 16,7% do total, contra 66,7% de empresários, dirigentes e profissionais liberais, e nas associações de juventude, cujos 2 Presidentes de Direção integram esta mesma classe social.

De resto, os empresários, dirigentes e profissionais liberais são 25 dos Presidentes de Direção das associações de solidariedade, 28,3% das associações desportivas, 24,5% das associações culturais e recreativas, 50% das associações ambientais (1 pessoa), 22,2% entre os escuteiros/escoteiros e 33,3% nas associações de moradores.

Realizou-se uma análise de correspondências múltiplas (figura 4.1) para apurarmos que interdependências poderão ser identificadas convocando, em simultâneo, vários indicadores estruturais caracterizadores dos Presidentes de Direção e o tipo de associação que dirigem. Estes indicadores, nomeadamente a idade, sexo, escolaridade, classe social do próprio, classe social do pai e tipo de associação, formam o que chamamos de espaço social associativo do concelho de Loures, com vista a uma caracterização multivariada das suas dinâmicas sociais e principais regularidades estruturais.

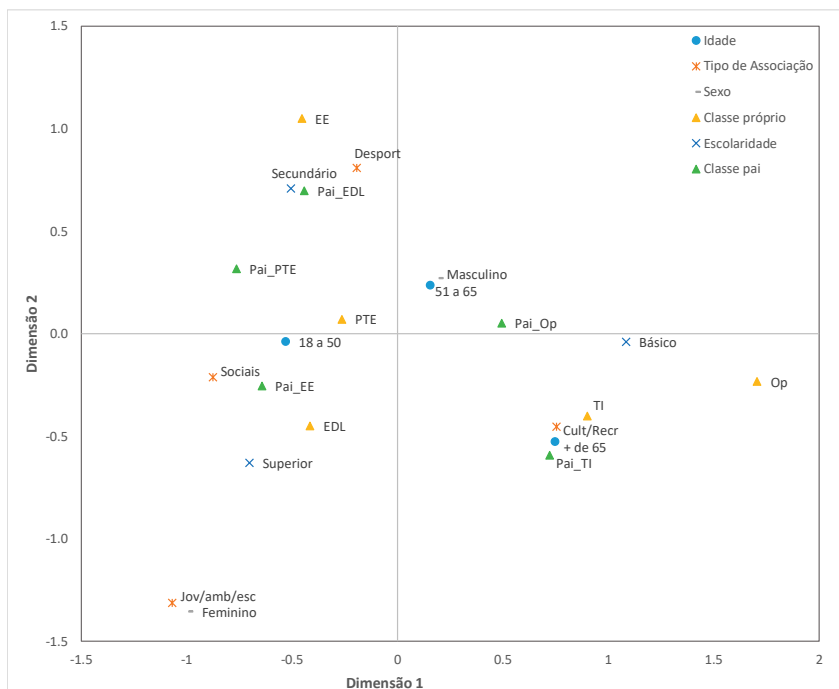


Figura 4.1 - Espaço social associativo do concelho de Loures (análise de correspondências múltiplas)

ABREVIATURAS:

EDL: Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais

PTE: Profissionais Técnicos e de Enquadramento

TI: Trabalhadores Independentes

EE: Empregados Executantes

Op: Operários

Desport: Associações desportivas

Cult/Recr: Associações culturais e recreativas

Sociais: Associações de solidariedade social, bombeiros e proteção civil.

Jov/amb/esc: associações de juventude, ambientais, de moradores, escoteiros e escuteiros.

Uma primeira leitura, apoiada na leitura da dimensão 1 (eixo horizontal), permite identificar a oposição entre dois perfis de dirigentes associativos. Por um lado (categoriais com valores positivos nesse eixo), surgem os dirigentes oriundos de categorias de classe mais desfavorecidas, atuais e dos seus pais, com baixos níveis de escolarização, com idades mais avançadas (mais de 65 anos) e associados à direção de associações culturais e recreativas. Por outro lado, (categoriais com valores negativos nesse mesmo eixo), observam-se os dirigentes associativos mais jovens (até 50 anos), com origens de classe mais favorecidas e intermédias e com níveis de escolaridade também médios ou elevados, associados aos restantes tipos de associações.

A leitura combinada das duas dimensões revela a diversidade interna que atravessa este segundo perfil: os dirigentes de associações de tipo desportivo tendem a ter ensino secundário e a estar associados à categoria dos empregados executantes (EE); os dirigentes de associações de tipo social (solidariedade social, bombeiros e proteção civil) estão associados sobretudo às categorias de escolaridade mais elevadas (ensino superior) e também às classes sociais elevadas (PTE e EDL); e, finalmente, os dirigentes de outros tipos de associações (juventude, ambiente, moradores, escoteiros e escuteiros), partilham estes mesmos traços distintivos (origens sociais e escolares elevadas), mas surgem mais especificamente associados ao sexo feminino.

Fica assim bem evidenciado que, não obstante os traços dominantes identificados dos dirigentes associativos do concelho de Loures, estamos em presença de um espaço social heterógeno, no qual se cruzam dinâmicas sociais e condições estruturais variadas. Em particular, percebe-se que o perfil social dos dirigentes associativos apresenta diferenças assinaláveis consoante os atores coletivos e os agentes associativos. O espaço social associativo do Concelho de Loures é um espaço social diversificado, diferenciado por regularidades estruturais-organizacionais, no que diz respeito ao tipo de associação em causa, e regularidades estruturais-posicionais, muito marcadas pelas classes sociais, trajetórias de mobilidade social e distribuição de recursos.

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, João Ferreira de, Fernando Luís Machado, e António Firmino da Costa (2006), “Classes sociais e valores em contexto europeu”, em Jorge Vala e Anália Torres (orgs.), *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 69-96.
- Banha, Rui (org.) (1994), *O Associativismo em Loures – Retrato das Associações Voluntárias com Atividades Culturais, Recreativas e Desportivas – 1989/90*, Loures, Câmara Municipal de Loures.
- Bourdieu, Pierre (1979), *La Distinction. Critique Sociale du Jugement*, Paris, Minuit.
- Carmo, Renato Miguel, Nuno Nunes, e Daniela Ferreira (2019), “Social inequalities and collective action in times of crises: the case of the Lisbon Metropolitan Area”, *Journal of Civil Society*, 15(2), pp. 178-196.
- Costa, António Firmino (1999), *Sociedade de Bairro. Dinâmicas da Identidade Cultural*, Lisboa, Celta Editora.
- Costa, António Firmino da, Fernando Luís Machado, e João Ferreira de Almeida (2007), “Classes sociais e recursos educativos: uma análise transnacional”, em António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado, e Patrícia Ávila (orgs.), *Portugal no Contexto Europeu*, vol. II: *Sociedade e Conhecimento*, Oeiras, Celta Editora, pp. 5-20.
- Costa, António Firmino, e Rosário Mauritti (2018), “Classes sociais e

interseções de desigualdades: Portugal e a Europa”, em Renato Miguel do Carmo, João Sebastião, Joana Azevedo, Susana da Cruz Martins, e António Firmino da Costa (orgs.), *Desigualdades Sociais. Portugal e a Europa*, Lisboa, *Mundos Sociais*, pp. 109-129.

Costa, António Firmino, Rosário Mauritti, Susana da Cruz Martins, Nuno Nunes, e Ana Lúcia Romão (2018), “Distributional and categorical inequalities in Europe: structural configurations”, in Renato Miguel do Carmo, Cédric Rio, e Márton Medgyesi (eds.), *Reducing Inequalities: a Challenge for the European Union?*, London, Palgrave Macmillan, pp. 63-74.

Estêvão, Pedro, Alexandre Calado, e Luís Capucha (2017), “Resilience: from a “heroic” notion to a sociological concept”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 85, pp. 9-25.

INE (2012), *Censos 2011 Resultados Definitivos – Portugal*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.

Lahire, Bernard (2004), *La Culture des Individus: Dissonances Culturelles et Distinction de Soi*, Paris, La Découverte.

Machado, Fernando Luís, António Firmino da Costa, Rosário Mauritti, Susana da Cruz Martins, José Luís Casanova, e João Ferreira de Almeida (2003), “Classes sociais e estudantes universitários: origens, oportunidades e orientações”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, pp. 45-80.

Martins, Susana da Cruz, Rosário Mauritti, Nuno Nunes, Ana Lúcia Romão, e António Firmino da Costa (2016), “A educação ainda é importante para a mobilidade social? Uma perspetiva das desigualdades educacionais da Europa do Sul no contexto europeu”, *Revista Portuguesa de Educação*, 29(1), pp. 261-285.

Mauritti, Rosário, Susana da Cruz Martins, Nuno Nunes, Ana Lúcia Romão, e António Firmino da Costa (2016), “The social structure of European inequality: a multidimensional perspective”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 81, pp. 75-93.

Mauritti, Rosário, e Nuno Nunes (2013), “Processos de recomposição social: continuidades e mudanças”, in Renato Miguel do Carmo (ed.), *Portugal uma Sociedade de Classes: Polarização Social e Vulnerabilidade*, Lisboa, *Edições 70/Monde Diplomatique*, pp. 29-48

Mills, Charles Wright (1951), *White Collar: The American Middle Classes*, Oxford, Oxford University Press.

Mosca, Gaetano (1939), *The Ruling Class*, New York and London, McGraw-Hill Book Company.

Mouzelis, Nicos (2008), *Modern and Postmodern Social Theorizing. Bridging the Divide*, Cambridge, Cambridge University Press.

Nunes, Nunes (2013), *Desigualdades Sociais e Práticas de Ação Coletiva na Europa*, Lisboa, *Mundos Sociais*.

Nunes, Nunes, Rita Cachado, Otávio Raposo, Daniela Ferreira, e Renato Miguel do Carmo (2016), “Ação coletiva à escala individual e local: perfis e retratos sociológicos”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 81, pp. 95-113.

Nunes, Nunes, e Otávio Raposo (2018), “Desigualdades de classes e práticas de ação coletiva: escalas de análise”, in Renato Miguel do Carmo, João Sebastião, Susana da Cruz Martins, Joana Azevedo, e António Firmino da Costa (eds.), *Desigualdades Sociais: Portugal e a Europa: Mundos Sociais*, pp. 211-224.

Pareto, Vilfredo (1968), *The Rise and Fall of Elites*, New York, The Bedminster Press Inc.

CAPÍTULO 5:

DEMOCRACIA E TRANSPARÊNCIA

*Sérgio Pratas, Associação das Colectividades do Concelho de Loures
Viriato Queiroga, CIES-Iscte,
Iscte-Instituto Universitário de Lisboa*

5.1. RELEVÂNCIA DO TEMA E OBJETIVOS DO CAPÍTULO

Com as sociedades contemporâneas, o tema da transparência – dos órgãos do Estado, das empresas, da economia social – tornou-se recorrente. Como nota Chevallier (1988: 241), o sucesso da temática está relacionado com o facto de transportar consigo uma forte carga simbólica e afetiva: “Caracterizado por uma considerável polissemia, na medida em que integra um conjunto de significações complexas (...), a palavra é objeto de conotações positivas e suscita ressonâncias profundas”. Para este autor (1988: 242), a transparência acede mesmo ao estatuto de um verdadeiro “mito”, uma vez que se transformou numa “imagem simplificada e ilusória”, mas capaz de produzir uma série de efeitos sociais importantes através das ressonâncias que suscita na “consciência coletiva”.

A democracia – tal como a conhecemos hoje – é no essencial o exercício de poder num processo de delegação em representantes, no qual os delegantes não abdicam da sua prerrogativa de exercer vigilância sobre o comportamento daqueles que os representam (Cardoso, 2005: 220). É por isso que Bobbio (1988: 110) define a democracia como o governo “do poder visível”. A transparência constitui, assim, uma das instituições ou dimensões da democracia – e também da democracia interna (ou democracia organizacional).

Como sublinha Carvalho (2016: 58), o tema da transparência na economia social só muito recentemente começou a ser estudado. Esta realidade tem vindo, no entanto, a mudar nos últimos anos, face a alguns escân-

dalos e casos de corrupção; face à elaboração de leis que colocam novas exigências (e deveres) às organizações – como é o caso da Lei de Acesso aos Documentos Administrativos (LADA); face a uma maior exigência por parte da sociedade (em parte, impulsionada pela evolução ocorrida no âmbito da transparência do setor público); e face à constante procura de informação por parte de doadores externos (Carvalho, 2016: 59).

Apesar de terem sido tomadas várias medidas, legislativas e organizacionais, que contribuíram para um incremento da transparência, faltam ainda estudos que ajudem a perceber o impacto desse percurso; e também que permitam ir mais longe – fazer mais e melhor.

O presente capítulo parte dessa constatação. E pretende contribuir para o aprofundamento do tema – tendo como referência as associações de cultura, recreio e desporto. Pretende-se concretamente:

- a. Conhecer a perceção dos dirigentes relativamente ao nível de transparência das suas associações;
- b. Avaliar do nível de transparência organizacional das associações de cultura, recreio e desporto do Concelho de Loures;
- c. E de cada tipo associativo; e
- d. Perceber quais os principais indutores e quais os obstáculos mais relevantes à transparência.

5.2. Economia social, transparência e sustentabilidade

5.2.1. A TRANSPARÊNCIA NA ECONOMIA SOCIAL. MAPEAR UM OBJETO DE ESTUDO

São poucos os estudos que procuram analisar o fenómeno da transparência organizacional de uma forma abrangente¹. No presente ponto, procurar-se-á dar nota desses estudos (mais gerais). Para além disso, com base numa análise crítica desses estudos, será proposto um

conceito de transparência para as organizações da economia social – e um modelo para a avaliar.

Uma das questões que tem sido abordada por vários estudos é a dos efeitos da transparência na economia social. E as conclusões apontam num mesmo sentido:

- a. A transparência é necessária, pelas funções desempenhadas pelas organizações da economia social (funções de interesse público). O Estado deve intervir, de modo a assegurar um nível mínimo de transparência (Ebrahim, 2003).
- b. A transparência (até determinado ponto e em determinados contextos) desencadeia um conjunto de efeitos positivos, devendo ser aprofundada pelas organizações – para além dos mínimos legais. Que efeitos positivos? Fundamentalmente os seguintes:
 - Reforço da confiança, credibilidade e legitimidade perante os stakeholders (Carvalho, 2016: 62; Schnackenberg e Tomlinson, 2016, ou Auger, 2014);
 - Melhoria do desempenho geral – mais eficiência (Valencia et al., 2015);
 - Reforço do controlo e combate à corrupção (Trapero et al., 2014: 411);
 - Auxilia as organizações na captação de recursos (Tondolo et al., 2018: 3)⁸.

Isso faz com que a transparência seja apresentada como um índice (ou indicador) de sustentabilidade organizacional (Amaro, 2016). E isso tem um significado claro: o de que a gestão transparente promove a sustentabilidade. Como referem Trapero et al. (2014: 411), “uma empresa corrupta [pouco transparente] dificilmente consegue aguentar-se a longo prazo”.

8 - Apesar dessas conclusões, é importante a noção de que a transparência não será a solução para todos os problemas. Como sublinha Ringel (2018: 2), o impacto mensurável da transparência continua a ser relativamente ambíguo e até frustrante, sobretudo se comparado com as expectativas que lhe estão associadas.

Uma outra linha de investigação tem procurado identificar dimensões e indicadores de transparência, com vista à construção de instrumentos que possibilitem a mensuração. Vejamos três exemplos.

O primeiro estudo a analisar, realizado por três investigadoras portuguesas (Tomásia Ornelas, Ana Maria Bandeira e Deolinda Meira, 2017), teve por objetivo principal “averiguar qual o nível de transparência das IPSS na Região Autónoma da Madeira (RAM)”. E concluiu o seguinte:

- a. 56% das entidades registadas como IPSS, até 31 de maio de 2017, possuíam sítio institucional eletrónico. Enquanto 44% das entidades não criaram o seu sítio para assim cumprirem com as suas obrigações.
- b. 79% das IPSS não publicaram as contas no respetivo sítio.
- c. Todas as IPSS que publicaram as suas contas seguiram o regime da normalização contabilística para as ESNL.
- d. Só uma entidade é que publica as suas contas há 5 anos no respetivo sítio. As restantes publicam as contas há menos tempo.

Soldi et al. (2018) procuraram ir mais longe. Com o objetivo de conhecer o nível de transparência das organizações filantrópicas de São Paulo, apresentaram um conceito de transparência multidimensional, assente em quatro critérios ou dimensões:

- a. Divulgação financeira;
- b. Disponibilidade de informações estratégicas, operacionais e administrativas aos diferentes públicos;
- c. Acesso às instalações físicas;
- d. Divulgação dos nomes dos membros da administração.

Para além da identificação de critérios ou dimensões, foram também criados indicadores – e cada indicador recebeu uma pontuação de 0 (inexistente) a 5 (atendimento pleno). Com base nessa estrutura, foi criada uma escala de transparência, assente no nível de cumprimento dos critérios estabelecidos – variando de 0% (nenhum critério cumprido) a 100% (cumprimento pleno):

- 0% a 30% - não é transparente;
- 31% a 70% - parcialmente transparente;
- 71% a 100% - transparente.

Tondolo et al. (2018) desenvolveram, também, “um constructo para mensurar a transparência no Terceiro Setor”. Numa primeira aproximação, defendem que a transparência está “atrelada basicamente a três conceitos contábeis, os quais são: (i) disclosure, que significa a evidência e/ou divulgação de informação na organização; (ii) compliance, se refere a conformidade legal na organização; e (iii) accountability, se refere a prestação de contas da organização” (2018: 4).

O instrumento que propõem apresenta quatro dimensões: transparência na prestação de contas, transparência em gestão e resultados, transparência em nível inicial de atendimento e transparência em aspetos legais. Sendo que cada dimensão comporta vários indicadores.

5.2.2. TRANSPARÊNCIA ORGANIZACIONAL. UM CONCEITO MULTIDIMENSIONAL

Com base no exposto, pretende-se agora apresentar um instrumento que permita avaliar o grau de transparência de cada organização da economia social; de alguns setores ou famílias; e de toda a economia social. Esse instrumento assenta em quatro pressupostos essenciais:

- a. Existência de um conceito de transparência multidimensional;
- b. Existência de indicadores específicos para a economia social;

- c. Diferenciação de peso ou relevância quer das dimensões, quer dos indicadores (consoante a sua importância relativa para o objetivo transparência);
- d. Criação de uma escala de transparência.

Vejam os cada um desses pressupostos isoladamente. A primeira tese que aqui se defende é a de que a transparência organizacional assenta em mais do que um pilar ou dimensão – é um conceito multidimensional. Defende-se, também, que o conceito assenta nos mesmos pilares ou dimensões, independentemente do tipo de organização em causa: do setor público, social ou privado lucrativo. E que tais pilares são os já apresentados por Pratas (2013: 40-41):

- Disclosure;
- O do diálogo;
- O da proximidade.

Defende-se, em segundo lugar, que cada um desses pilares ou dimensões integra vários elementos (indicadores), que lhes dão corpo e substância. E que esses elementos são diferentes, consoante o tipo de organização em causa (setor público, setor privado lucrativo e economia social). A especificidade própria de cada setor gera diferenças – e diferentes indicadores.

Relativamente à economia social, propõe-se um quadro de análise com 12 indicadores – em que cada dimensão integra quatro, a saber:

- a. Disclosure:
 - Divulgação da informação (obrigatória);
 - Divulgação da informação (voluntária);
 - Direito de acesso pelos associados;
 - Direito de acesso pelos particulares.
- b. Diálogo:
 - Realização de assembleias gerais;

- Desenvolvimento de projetos que promovam a participação;
- Sistema de governo que promove o controlo;
- Produção de relatórios de desempenho.

c. Proximidade:

- Proximidade dos associados e utentes;
- Abertura das instalações ao público;
- Existência de Portais e páginas web e/ou Facebook;
- Disponibilização de informação de proximidade.

Apesar de todos desempenharem um papel significativo na promoção da transparência, de todos serem indutores de abertura, há alguns elementos ou indicadores que têm uma maior preponderância ou importância. Não distinguir e tratar tudo por igual é distorcer a análise – e os resultados dessa análise. Propõe-se, assim, a seguinte diferenciação:

a. Disclosure:(40%):

- Divulgação da informação (obrigatória e voluntária) – 20%;
- Direito de acesso pelos associados – 10%;
- Direito de acesso pelos particulares – 10%.

b. Diálogo (30%):

- Realização de assembleias gerais – 10%;
- Desenvolvimento de projetos que promovam a participação – 5%;
- Sistema de governo que promove o controlo – 10%;
- Produção de relatórios de desempenho – 5%.

c. Proximidade (30%):

- Proximidade dos associados e utentes – 10%;
- Abertura das instalações ao público – 5%;
- Existência de Portais e páginas web e/ou Facebook – 10%;
- Disponibilização de informação de proximidade – 5%.

Duas notas mais. A primeira para apresentar a escala de transparência. A avaliação de cada organização, nos vários indicadores referidos,

vai conduzir a um determinado resultado: de 0% a 100%. É preciso criar uma escala que permita a leitura destes resultados. Propõe-se uma escala com quatro escalões principais:

- De 0% a 24% - Pouco ou nada transparente
- De 25% a 49% - Parcialmente transparente
- De 50% a 74% - Transparente
- De 75% a 100% - Muito transparente

A segunda nota é para reforçar uma das conclusões referidas por Heald (2006b: 59): em geral, se uma organização estiver num nível baixo de transparência, aumentá-la terá consequências positivas. No entanto, se o nível já for elevado, reforçar a transparência pode alterar a relação entre custos e benefícios – e pode ter um impacto negativo. Deste modo, uma organização muito transparente pode ter que repensar a sua política de abertura, de modo a condicionar tais efeitos negativos.

5.3. O CASO DAS ASSOCIAÇÕES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO DO CONCELHO DE LOURES

5.3.1. NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA

Os resultados revelam o seguinte:

- A grande maioria das associações é parcialmente transparente (75,2%);
- Só cerca de $\frac{1}{4}$ (22,7%) são transparentes;
- E nenhuma é muito transparente (gráfico 5.3.1.1)

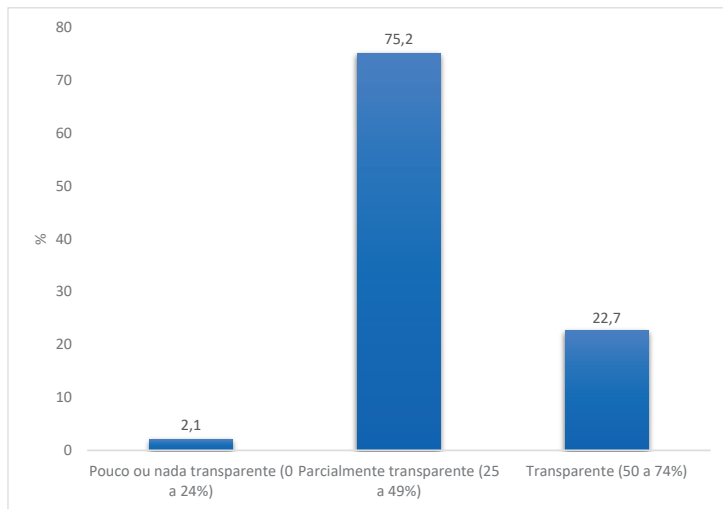


GRÁFICO 5.3.1.1 - Nível de transparência

Se observarmos a média por tipo de associação (tabela 5.3.1.1), é possível concluir-se o seguinte:

- As associações de bombeiros e proteção civil e as associações de solidariedade social são as que têm as médias mais elevadas;

- b. As associações de cariz ambiental são as que têm a média mais baixa;
- c. As associações desportivas, culturais/recreativas de escuteiros/escoteiros, de moradores e de juventude têm resultados semelhantes;
- d. Nas várias tipologias associativas, as médias estão (em todos os casos) acima dos 40%.

| | Média | Desvio-padrão | n |
|----------------------------|---------|---------------|-----|
| Solidariedade Social | 46,6875 | 6,03524 | 8 |
| Desportiva | 43,0603 | 8,86303 | 58 |
| Cultural/Recreativa | 43,75 | 8,29865 | 52 |
| Ambiental | 41,5 | 0,70711 | 2 |
| Escoteiros/Escuteiros | 44,3333 | 9,12414 | 9 |
| Moradores | 44,75 | 3,30404 | 4 |
| Bombeiros e Proteção Civil | 46,5 | 8,72926 | 6 |
| Juventude | 43 | 7,07107 | 2 |
| Total | 43,773 | 8,25281 | 141 |

Tabela 5.3.1.1 – Média por tipo de associação

Numa primeira aproximação (a justificar ainda maior aprofundamento), pode dizer-se que as associações de maior dimensão – com maior orçamento e estrutura – são as que têm as médias mais elevadas (é o caso das associações de bombeiros e de solidariedade social).

As associações de solidariedade social e as de bombeiros e proteção civil são também, em regra, as que obtêm maior financiamento público. O que é também um indício: o de que o financiamento público pode estar a contribuir para o nível de transparência. Os resultados obtidos não são, todavia, conclusivos. A questão será retomada no ponto 5.3.3.

Aprofundando um pouco mais, vejamos agora os resultados relativos a três dos indicadores utilizados: os meios de comunicação utilizados; o tipo de planos e relatórios elaborados; e o número de assembleias gerais realizadas nos últimos dois anos.

No que respeita às tecnologias de informação e comunicação, observa-se que perto da totalidade das associações utiliza telefone e o e-mail para comunicar (94% e 92%, respetivamente). Em termos de redes sociais, o Facebook é a rede mais utilizada (82%). Cerca de 34% das associações têm também um site, 14% recorrem ao Instagram e outros 14% a Blogs. Por fim, menos de 5% afirmam usar a Newsletter como meio de comunicação.

As associações de cultura, recreio e desporto devem realizar, pelo menos, uma assembleia geral, em cada ano, para análise e aprovação do balanço – ou relatório e contas (n.º 1 do artigo 173.º do Código Civil). Vejamos, pois, se essa obrigação legal está a ser cumprida; e se as associações estão a ir para além desses “mínimos legais”.

No que respeita à realização das assembleias, verificou-se que a grande maioria das associações está a cumprir a lei. E a maioria realiza mais do que uma assembleia por ano (gráfico 5.3.1.2). Apesar disso, há 3,5% que afirmam não ter realizado qualquer assembleia geral nos últimos dois anos.

Verifica-se, por outro lado, que a esmagadora maioria das associações elabora relatórios de atividades (e balanços) anuais (82,3%). Não obstante, merece reparo o facto de haver ainda um número significativo de associações que não cumpre a lei (17,7%). Verifica-se, por outro lado, que muitas associações já estão a implementar boas práticas de

reporting (gráfico 5.3.1.3): elaboração de relatórios de avaliação de resultados (47,5%) e de impacto (24,1%). E a grande maioria (87,9%) possui plano de atividades – apesar de não ser obrigatório.

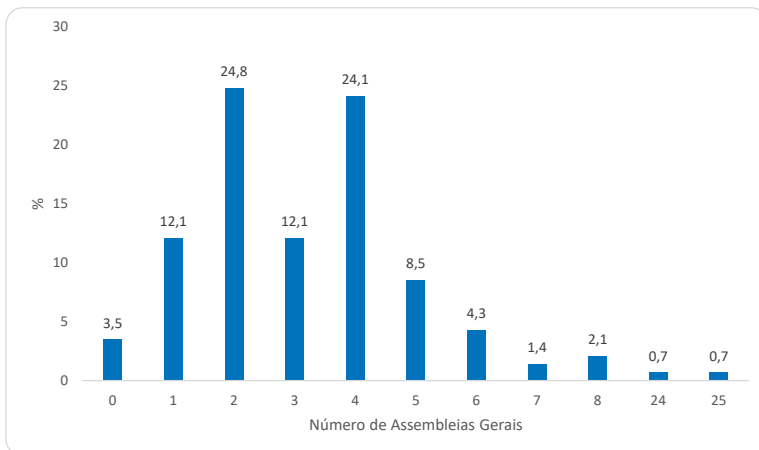


GRÁFICO 5.3.1.2 - Número de assembleias gerais nos últimos dois anos (N=133)

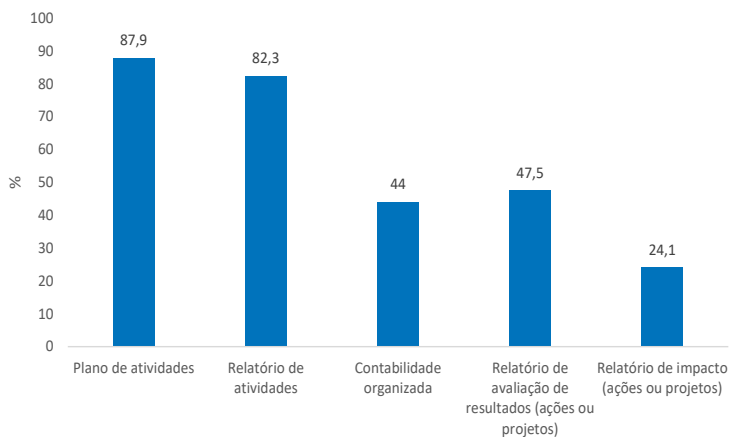


GRÁFICO 5.3.1.3 - Planos e relatórios (N=138)

5.3.2. A PERCEÇÃO DOS DIRIGENTES

Com base no inquérito por questionário aos presidentes da direção, foi possível compreender a perceção dos mesmos quanto à transparência: cerca de 99% afirma que as suas associações são transparentes (33,6%) ou muito transparentes (65%) – ver gráfico 5.3.2.1.

Se compararmos a perceção de transparência (gráfico 5.3.2.1) com o nível real (gráfico 5.3.1.1), é claro o desfazamento existente: a perceção dos dirigentes está muito acima da transparência efetivamente verificada. Podem avançar-se como possíveis explicações para esse desfazamento:

- a. Em primeiro lugar, a importância que os presidentes da direção atribuem à transparência – determinante para a sustentabilidade e credibilidade da associação (ver gráfico 5.3.2.2);
- b. Em segundo lugar, a perceção da transparência com base num conceito minimalista – unidimensional (e pouco exigente).

Nos casos em que os presidentes responderam que a associação é muito transparente/transparente, pediu-se que fundamentassem a sua resposta – indicando as principais práticas implementadas. A grande maioria identificou a apresentação do relatório de contas aos associados como a principal prática de transparência (127 respostas) – ver gráfico 5.3.2.3.

Movimento Associativo Popular no Concelho de Loures 2019

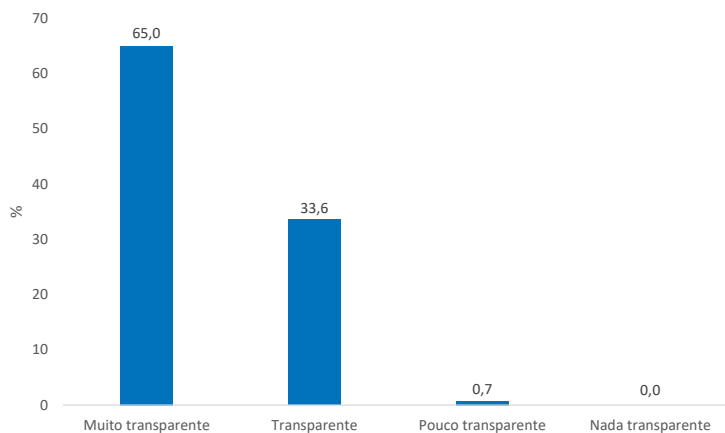


GRÁFICO 5.3.2.1 - Perceção de transparência (N=136)

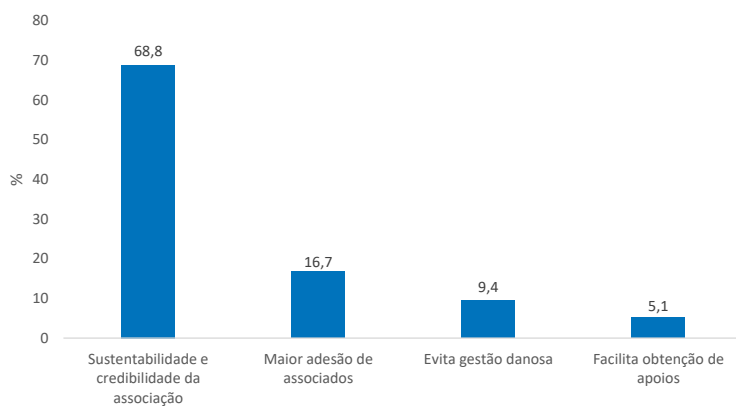


GRÁFICO 5.3.2.2 - Benefícios da transparência nas associações (N=138)

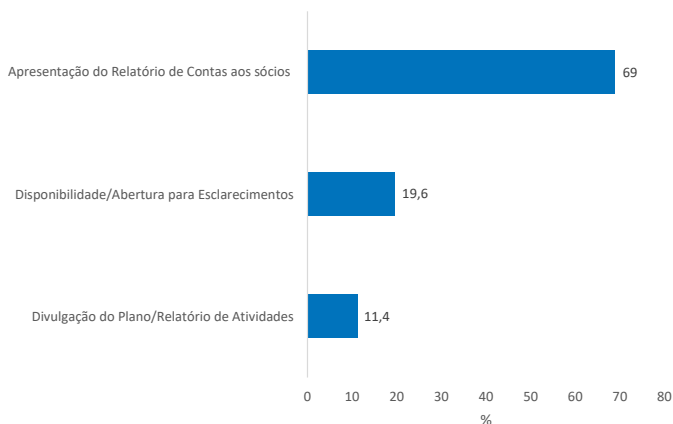


GRÁFICO 5.3.2.3 - Práticas que justificam a qualificação como “Muito transparente” ou “transparente” (N=135)

Pode, assim, concluir-se que, atualmente, o principal obstáculo à transparência nas associações de cultura, recreio e desporto é a (in) capacitação dos dirigentes – uma perceção errada (ou insuficiente) do que é a transparência organizacional. E não a resistência à transparência (pouco relevante, como se pode observar através do gráfico 5.3.2.2); ou os custos da transparência – que nem se colocam, face à adoção de um conceito minimalista de transparência.

5.3.3. INDUTORES DE TRANSPARÊNCIA

A transparência organizacional depende do jogo concertado entre indutores e obstáculos – ou seja, do respetivo “habitat”. Neste quadro, decidiu avaliar-se a influência – nas organizações em apreço – de quatro indutores principais: antiguidade, dimensão, financiamento público e obrigações legais.

A existência de obrigações legais tem efeitos no nível de transparência das associações – podendo ter mais ou menos impacto (em função do nível de cumprimento da lei). No caso das associações de cultura,

recreio e desporto, pode dizer-se que o legislador foi pouco exigente:

- a. Limitou-se a estabelecer um modelo de governação que promove o controlo.
Existem três órgãos obrigatórios: assembleia geral, conselho fiscal e administração (ou direção). A direção é fiscalizada pelo conselho fiscal e pela assembleia geral (artigos 162.º e 172.º do Código Civil).
- b. A promover o acesso aos documentos por particulares (mas apenas nos casos em que a atividade da associação seja financiada maioritariamente por dinheiros públicos).
Veja-se o n.º 2 do artigo 4.º da Lei de Acesso aos Documentos Administrativos – LADA (Lei n.º 26/2016, de 2 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto).
- c. E a estabelecer a obrigatoriedade de realização de uma assembleia em cada ano, para aprovação do balanço (n.º 1 do artigo 173.º do Código Civil).

A obrigação legal referida na alínea a) tem um grau de acolhimento positivo, mas muito aquém do desejado: por norma, os conselhos fiscais “fiscalizam pouco”; e as assembleias gerais reúnem menos vezes do que seria desejável (ver ponto 5.3.1). A obrigação da alínea b) é uma flor na lapela da transparência: a maior parte das associações em estudo têm apoios, mas não são financiadas maioritariamente por dinheiros públicos; para além disso, a maior parte dos cidadãos continua a não compreender o papel que lhe cabe no processo de controlo democrático (Sousa e Triães, 2008: 71). Diferente é a situação relativa à última obrigação: a grande maioria das associações de cultura, recreio e desporto realiza pelo menos uma assembleia em cada ano, para aprovação do balanço (ver ponto 5.3.1).

Para perceber se a transparência nas associações de cultura recreio e desporto se encontra relacionada com outros indutores, procedeu-se aos seguintes cruzamentos: entre antiguidade e transparência (indutor antiguidade); número de frequentadores e transparência (indutor

dimensão); e principal fonte de financiamento e transparência (indutor financiamento público).

Mediante a observação das tabelas de contingência, podemos concluir o seguinte:

- a. É de entre as “antigas” e “consolidadas” que existe o maior número de associações transparentes (ver tabela 5.3.3.1); o que confirma a relação (ainda que estatisticamente moderada) do indutor antiguidade;
- b. As associações de maior dimensão (utilizando-se aqui como indicador o nível de frequência das respetivas instalações) são tendencialmente mais transparentes – ver tabelas 5.3.3.2 e 5.3.3.3 (e também a tabela 5.3.1.1);
- c. Não se conseguiu – através do cruzamento referido – demonstrar a existência de uma relação entre o financiamento público e a transparência (tabela 5.3.3.4). Apesar de haver indícios nesse sentido (ver ponto 5.3.1), os dados recolhidos não são conclusivos.

Movimento Associativo Popular no Concelho de Loures 2019

| % | Pouco ou nada transparente (0 a 24%) | Parcialmente transparente (25 a 49%) | Transparente (50 a 74%) | Muito transparente (mais de 75%) | Total | <i>n</i> |
|----------------------------------|--------------------------------------|--------------------------------------|-------------------------|----------------------------------|-------|----------|
| Muito antiga (anterior a 1891) | -- | 100 | 0 | -- | 100 | 2 |
| Antiga (1892 a 1933) | -- | 62,5 | 37,5 | -- | 100 | 16 |
| Consolidada (1934 a 1973) | -- | 53,3 | 46,7 | -- | 100 | 30 |
| Recente (1974 a 2007) | -- | 83,6 | 16,4 | -- | 100 | 55 |
| Muito recente (posterior a 2008) | 7,9 | 84,2 | 7,9 | -- | 100 | 38 |

TABELA 5.3.3.1 - Cruzamento entre antiguidade e transparência organizacional⁹ (N=141)

| % | Pouco ou nada transparente (0 a 24%) | Parcialmente transparente (25 a 49%) | Transparente (50 a 74%) | Muito transparente (mais de 75%) | Total | <i>n</i> |
|---|--------------------------------------|--------------------------------------|-------------------------|----------------------------------|-------|----------|
| Pouco frequentada (até 49 pessoas) | 3,2 | 82,3 | 14,5 | -- | 100 | 62 |
| Algo frequentada (50 a 199 pessoas) | -- | 81,1 | 18,9 | -- | 100 | 53 |
| Frequentada (200 a 500 pessoas) | -- | 46,7 | 53,3 | -- | 100 | 15 |
| Muito frequentada (mais de 500 pessoas) | 9,1 | 45,5 | 45,5 | -- | 100 | 11 |

TABELA 5.3.3.2 - Cruzamento entre frequentadores (semana) e transparência organizacional¹⁰ (N=141)

9 - V de Cramer = 0,313 e Sig = 0,008; R de Pearson = -0,282

10 - V de Cramer = 0,258 e Sig = 0,005; R de Pearson = 0,243

Câmara Municipal de Loures

| % | Pouco ou nada transparente (0 a 24%) | Parcialmente transparente (25 a 49%) | Transparente (50 a 74%) | Muito transparente (mais de 75%) | Total | <i>n</i> |
|---|--------------------------------------|--------------------------------------|-------------------------|----------------------------------|-------|----------|
| Pouco frequentada (até 49 pessoas) | 3,5 | 86 | 10,5 | -- | 100 | 57 |
| Algo frequentada (50 a 199 pessoas) | 1,6 | 73,8 | 24,6 | -- | 100 | 61 |
| Frequentada (200 a 500 pessoas) | -- | 44,4 | 55,6 | -- | 100 | 14 |
| Muito frequentada (mais de 500 pessoas) | 2,1 | 75,2 | 22,7 | -- | 100 | 9 |

TABELA 5.3.3.3 - Cruzamento entre frequentadores (fim-de-semana) e transparência organizacional¹¹ (N=141)

| % | Pouco ou nada transparente (0 a 24%) | Parcialmente transparente (25 a 49%) | Transparente (50 a 74%) | Muito transparente (mais de 75%) | Total | <i>n</i> |
|-----------------------|--------------------------------------|--------------------------------------|-------------------------|----------------------------------|-------|----------|
| Financiamento público | 2,2 | 73,3 | 24,4 | -- | 100 | 45 |
| Financiamento privado | 2,1 | 75,8 | 22,1 | -- | 100 | 95 |

TABELA 5.3.3.4 - Cruzamento entre o tipo da principal fonte de financiamento e transparência organizacional¹² (N=140)

11 - V de Cramer = 0,225 e Sig = 0,026; R de Pearson = 0,314

12 - V de Cramer = 0,027 e Sig = 0,951.

5.4. NOTAS FINAIS

Apesar da perceção muito otimista dos presidentes da direção, a grande maioria das associações de cultura, recreio e desporto é (apenas) parcialmente transparente – cerca de 75%. Há ainda um caminho a percorrer para que a maioria dessas associações passe para a categoria seguinte: a de transparente.

Não obstante o exposto, existem muitas associações que (apesar de serem parcialmente transparentes) estão já muito perto da categoria seguinte. Como referido, nas várias tipologias associativas as médias estão (em todos os casos) acima dos 40% (tabela 5.3.1.1).

Será que é possível fazer alguma coisa para incrementar a transparência nestas associações? Como? Por quem? A resposta a estas questões pressupõe a prévia identificação de indutores e obstáculos – e a sua análise. A este propósito, importa recordar algumas das conclusões a que se chegou:

- a. A antiguidade constitui um indutor (moderado) de transparência;
- b. A dimensão também constitui um indutor (moderado) de transparência;
- c. As obrigações legais constituem um indutor (forte) de transparência;
- d. Atualmente, o principal obstáculo à transparência é a (in)capacitação dos dirigentes – uma perceção errada (ou insuficiente) do que é a transparência organizacional.

Perante este quadro, pode agora concluir-se que a promoção da transparência nas associações de cultura, recreio e desporto passa por duas linhas de intervenção complementares:

- a. Revisão da legislação associativa
 - Alteração à LADA – permitindo o acesso pelos particulares a toda a informação relativa à utilização/aplicação de dinheiros públicos (Pratas, 2020: 61).
 - Alteração à LADA – prevendo a obrigatoriedade de divulgação do plano de atividades e balanço de todas as associações que tenham acordos de colaboração com entes públicos.
 - Alteração ao Código Civil – garantindo aos associados um direito de acesso à informação de acesso livre.
 - Alteração ao Código Civil – prevendo a obrigatoriedade de realização de pelo menos duas assembleias gerais por ano (uma para aprovação do plano de atividades e outra para aprovação do balanço).
- b. Capacitação dos dirigentes

Realização de ações de formação sobre o tema – para que os dirigentes discutam e reflitam sobre as diversas dimensões da transparência organizacional (e sobre as várias instituições da democracia associativa).

BIBLIOGRAFIA:

Amaro, Rogério Roque (2016), “A sustentabilidade das organizações da economia solidária – proposta de conceptualização e de avaliação”, *Revista de Economia Solidária*, n.º 10, pp. 99-123.

Auger, Giselle A. (2014), “Trust Me, Trust Me Not: An Experimental Analysis of the Effect of Transparency on Organizations”, *Journal of Public Relations Research*, n.º 26, pp.325-343.

Bobbio, Norberto (1988), *O Futuro da Democracia*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

Britton, Robert A. (2008), “Making disclosure regulation work in the nonprofit sector”, *University of Illinois Law Review*, 1, pp. 437-458.

Cardoso, Gustavo (2005), “Internet: uma tecnologia de poder”, em Gustavo Cardoso, Susana Nascimento, Ângela Morgado e Rita Espanha (orgs.), *Democracia Digital. Eleitos e Eleitores na Era da Informação*, Oeiras, Celta Editora, pp.219-226.

Carvalho, Amélia Oliveira (2016), *Transparência na Prestação de Contas das Fundações: abordagem teórica e empírica*, Tese de Doutoramento em Gestão. Especialização em Contabilidade e Controlo de Gestão, Porto, Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

Chevallier, Jacques (1988), “Le mythe de la transparence administrative”, em *Information e Transparence Administratives*, Paris, Presses Universitaires de France, pp. 239-275.

Costa, Fabrícia Cláudia Martins (2015), *Mais transparência, mais donativos? A relação entre o Fundraising, a Accountability e o seu reflexo nos donativos*, Dissertação de Mestrado em Economia Social, Porto, Universidade Católica do Porto.

Di Maggio, Paul J. e Walter W. Powell (1983), “The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields”, *American Sociological Review*, volume 48, n. ° 2, pp. 447-160.

Ebrahim, Alnoor (2003), “Making sense of accountability: Conceptual perspectives for northern and southern nonprofits”, *Nonprofit Management and Leadership*, 14 (2), pp. 191-212.

Heald, David (2006a), “Varieties of Transparency”, em Christopher Hood e David Heald (orgs.), *Transparency. The Key to Better Governance?*, Nova Iorque, Oxford University Press, pp.25-43.

Heald, David (2006b), “Transparency as an Instrumental Value”, em Christopher Hood e David Heald (orgs.), *Transparency. The Key to Better Governance?*, Nova Iorque, Oxford University Press, pp. 59-73.

Ornelas, Tomásia, Ana Maria Bandeira e Deolinda Meira (2017), “Transparência das IPSS na Região Autónoma da Madeira: estudo empírico”, disponível em https://www.occ.pt/dtrab/trabalhos/xviici-ca//finais_site/196.pdf [consultado em setembro de 2019].

Pfeffer, J. e G. R. Salancik (1978), *The External Control of Organizations: A Resource Dependence Perspective*, Nova Iorque, Harper & Row.

Pratas, Sérgio Manuel (2013), *Transparência do Estado, Administração Aberta e Internet*, Lisboa, Editora INA.

Pratas, Sérgio Manuel (2020), *A (nova) Lei de Acesso aos Documentos Administrativos*, 2.^a edição, Coimbra, Almedina.

Ringel, Leopold (2018), “Boundaries of visibility in the age of transparency: An integrative conceptualization”, *Research in the Sociology of Organizations*, Volume 57, pp. 55-79.

Schnackenberg, Andrew K. e Edward C. Tomlinson (2016), “Organizational Transparency: A New Perspective on Managing Trust in Organization-Stakeholder Relationships”, *Journal of Management*, Vol. 42, nº 7, pp 1784-1810.

Soldi, Alexandra Ribeiro, Cláudia Regina Hatz, Gilmar Rinaldini dos Santos e Meyriane Martins da Silva (2018), “Transparência no terceiro setor: um estudo sobre as organizações filantrópicas”, disponível em <https://pt.scribd.com/document/66874957/terceirosetor009> [consultado em setembro de 2019].

Sousa, Luís de e João Triães (2008), “Corrupção e Ética em Democracia: o Caso de Portugal”, em Luís de Sousa e João Triães (eds.), *Corrupção e os Portugueses. Atitudes, Práticas, Valores*, Lisboa, Rui Costa Pinto Edições, pp.53-74.

Tondolo, Rosana da Rosa Portella, Vilmar António Gonçalves Tondolo, Maria Emília Camargo e Aléssio Bessa Sarquis (2018), “Transparência no Terceiro Setor: uma proposta de construto e mensuração”, disponível em: <http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/mostraucspgga/xvmostrappga/paper/viewFile/4073/1273> [-consultado em setembro de 2019].

Trapero, Florina Guadalupe Arredondo, Jorge de la Garza García e José Carlos Vásquez Parra (2014), “Transparencia en las organizaciones, una aproximación desde la perspectiva de los colaboradores”, *Estudios Gerenciales*, n.º 30, pp. 408-418.

Valencia, Luz Amira Rocha, Dolores Queiruga e Javier González-Benito (2015), “Relationship Between Transparency and Efficiency in the Allocation of Funds in Nongovernmental Development Organizations”, *Voluntas*, nº 26 (6), pp. 1-19.

ANEXO – GRELHA DE ANÁLISE

| Dimensão | Indicador | Pergunta | Grelha de análise |
|-------------------|-----------|-----------------|---|
| <i>Disclosure</i> | 1 | - | 0 (para todas). Nenhuma obrigação legal |
| <i>Disclosure</i> | 2 | 69 | - Não publicita nenhum dos documentos referidos: 0 - Publicita pelo menos um dos documentos referidos: 2 - Publicita dois dos documentos referidos: 4 - Publicita três dos documentos referidos: 6 - Publicita quatro dos documentos referidos: 8 - Publicita cinco ou mais dos documentos referidos: 10 |
| <i>Disclosure</i> | 3 | - | 4 (para todas). Acesso mediado pela assembleia (e não direto) |
| <i>Disclosure</i> | 4 | - | 4 (para todas). Ver n.º 2 do artigo 4.º da LADA |
| Diálogo | 5 | 26 | 2 pontos por cada assembleia realizada nos últimos 2 anos (até ao máximo de 10 pontos) |
| Diálogo | 6 | 70 | 1 projeto: 2,5 2 ou mais projetos: 5 |
| Diálogo | 7 | - | 6 (para todas). Ver artigos 162.º e 172.º do Código Civil |
| Diálogo | 8 | 19, 20, 21 e 22 | - Elabora relatório de atividades anual: 2 - Possui contabilizada organizada: 1 - Elabora relatório de resultados: 1 - Elabora relatório de impacto: 1 (soma os pontos) |
| Proximidade | 9 | 33, 36 | - Os associados residem maioritariamente na localidade onde a associação está sediada: 5 - Os associados residem maioritariamente na freguesia onde a associação está sediada: 2,5 - Os associados residem maioritariamente noutras freguesias do concelho: 1 - Os frequentadores residem maioritariamente na localidade onde a associação está sediada: 5 - Os frequentadores residem maioritariamente na freguesia onde a associação está sediada: 2,5 - Os frequentadores residem maioritariamente noutras freguesias do concelho: 1 - Os frequentadores/associados residem maioritariamente fora do concelho: 0 |
| Proximidade | 10 | 17.1 | - Sede aberta ao público durante a semana ou fim de semana: 3 - Sede aberta ao público durante a semana e fim de semana: 5 |
| Proximidade | 11 | 7, 8, 9, 11 | 2,5 por cada instrumento (até ao máximo de 10 pontos) |
| Proximidade | 12 | 6, 10 | Tem endereço de correio eletrónico: 1,5 Tem <i>newsletter</i> : 3,5 |

CAPÍTULO 6:

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS LOCAIS

*Alfredo Santos, Rita Romeiras e Sandra Bernardo, Câmara
Municipal de Loures*

Ao procedermos à análise das relações institucionais protagonizadas pelas associações e ao papel destas na definição das políticas públicas locais, no âmbito do Estudo ao Associativismo Popular no Concelho de Loures, desenvolvido em 2019, partiu-se da ideia que sustenta o desenvolvimento enquanto um processo que não se limita à satisfação das necessidades, ao crescimento económico, ou à prossecução do bem-estar. É exatamente através da harmonização destes fatores com as dinâmicas globais de estruturação e de transformação social, que se constroem caminhos e direções fundamentados.

Este processo deverá ter em conta que as formas de organização social são complexas e vulneráveis às transformações do Mundo em que vivemos, aos interesses quer do Estado, quer da sociedade civil, e mesmo às escolhas políticas que afetam diretamente a vida dos cidadãos.

De acordo com Isabel Guerra (2006:48), “a ação coletiva – e a sobrevivência coletiva – depende do funcionamento dos sistemas políticos, isto é, de todas as instâncias em que se encontra uma multiplicidade de interesses, através da representação e de processos decisoriais para a distribuição dos recursos.”

Para que tal se processe, há que concretizar a coordenação de forças entre diferentes organismos, serviços, nomeadamente serviços autárquicos, associações locais e recorrer a formas de cooperação interinstitucional como parcerias e partenariados.

Considera-se, portanto, que um Estado animador poderá desempenhar um papel fundamental na promoção de modalidades da vida associativa. Para esta reconstrução contribuem, como foi dito, as relações entre atores sociais essencialmente ao nível dos territórios, ainda que sejam necessárias políticas que extravasem o âmbito local.

É exatamente esta constatação quanto ao papel do Estado nos processos participativos dos territórios, que está plasmada na Constituição da República Portuguesa (CRP). Atentos ao artigo 2.º, é bem explícita a importância do aprofundamento da democracia participativa e, nos seus artigos 73.º e 79.º é garantida a responsabilidade do Estado na democratização do acesso à cultura e ao desporto em articulação, também, com as associações desportivas e culturais.

Percecionar de que forma as associações em Loures estão conectadas com outras organizações coletivas, como se imbricam no sistema político local e quais os seus níveis de participação, são os principais objetivos do presente capítulo.

Para melhor compreender os níveis de participação e ação coletiva, sistematizar-se-ão as filiações das associações populares do concelho de Loures, e identificar-se-ão as organizações a que estão associadas. Proceder-se-á igualmente à análise das relações das associações com outras entidades, quer numa vertente pública (poderes autárquicos - câmara municipal e juntas de freguesia) quer no que concerne a outras associações sem fins lucrativos ou a entidades privadas.

O enfoque na análise das questões de participação, ação coletiva e envolvimento com as políticas públicas locais, centrar-se-á na relação entre as associações e a Câmara Municipal de Loures, abrangendo as questões de participação em iniciativas promovidas pela autarquia, a perceção sobre os apoios do município ao associativismo, bem como a identificação de constrangimentos e forças neste processo coletivo.

6.1. FILIAÇÕES E ÂMBITO DAS ORGANIZAÇÕES

A filiação das associações em organizações que desenvolvem o seu trabalho em áreas de interesse comum, permite a sua valorização e reconhecimento, o envolvimento em projetos alargados, bem como a possibilidade de planear e executar atividades de uma forma integrada, através do conhecimento de outras experiências e realidades.

No concelho de Loures e tendo em consideração as 141 associações inquiridas, conclui-se que mais de 78% das mesmas são filiadas em alguma organização (observe-se gráfico 6.1.1).

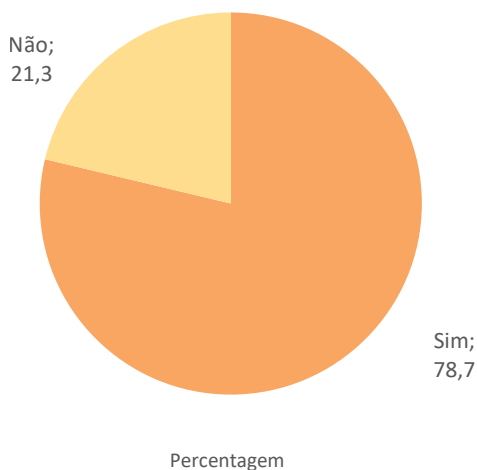


Gráfico 6.1.1 - Filiação em organizações

Se focarmos a análise no tipo de filiações que as associações de Loures estabeleceram (gráfico 6.1.2), destacam-se as organizações de âmbito nacional, uma vez que 55,6% das associações reportam estar filiadas em Confederação de Associações e/ou Federações Nacionais. Numa perspetiva regional, 33,7% das entidades inquiridas referem estar filiadas em organizações como a Associação das Colectividades do Concelho de Loures ou Associações e Federações do distrito de Lisboa. A categoria “outras” apresenta valores bastante mais baixos

(10,7%), representando essencialmente a filiação em estruturas e Federações Internacionais.

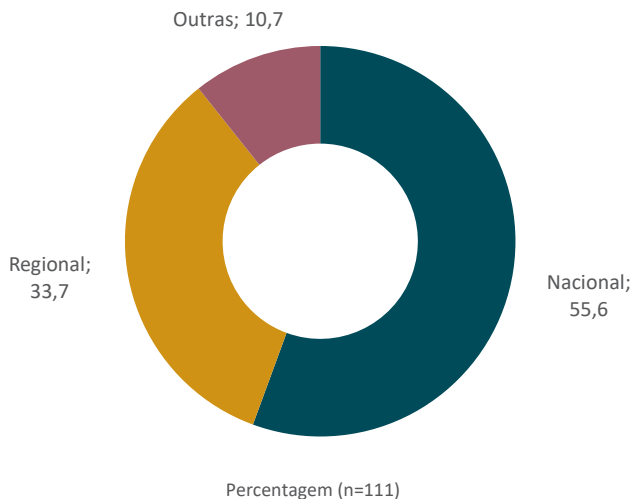


Gráfico 6.1.2 – Âmbito das organizações em que são filiadas

6.2. RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E PARTICIPAÇÃO EM AÇÕES E INICIATIVAS

A participação em ações, iniciativas promovidas por outras entidades¹³ e associações faz parte do quotidiano do movimento associativo popular de Loures, que não se limita, portanto, ao desenvolvimento de atividades internas de forma isolada. Neste âmbito, 80,1% das associações reportou participar em ações da Câmara Municipal de Loures, 68,1% em iniciativas promovidas pelas Juntas de Freguesia e perto de 60% em ações de outros congéneres da freguesia ou concelho (gráfico 6.2.1). A participação em ações/iniciativas de associações de âmbito regional/nacional e de federações aparecem de seguida, embora com

13 - Câmara Municipal de Loures (n=141), Junta de Freguesia (n=140), Federação de Associações (n=136), Federações Desportivas (n=135), Federações Culturais (n=133), Outras Associações da Freguesia ou do Concelho (n=138), Outras Associações (n=132).

valores menos preponderantes, assim como em ações/iniciativas de outras entidades onde se incluem os privados.

Apesar de ter sido observado que a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia são os principais parceiros do movimento associativo, detetam-se também relações horizontais, isto é, redes de trabalho conjunto com outros agentes congéneres, em que existe partilha quer ao nível das ideias, quer do poder decisório e que facilitam também a identificação dos problemas locais, bem como as estratégias possíveis para uma necessária transformação e mudança.

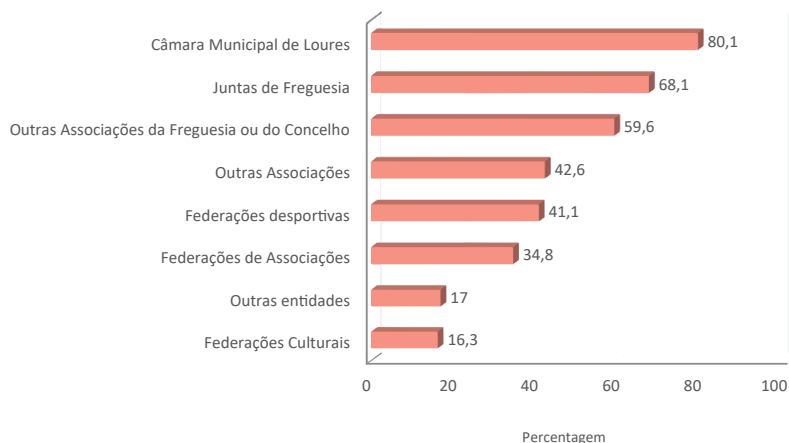


Gráfico 6.2.1 - Participação em ações/iniciativas de outras entidades

Quando solicitada uma autoavaliação face à participação das associações em projetos de outras entidades, as respostas permitem-nos concluir que genericamente consideram ter um desempenho muito positivo, com a classificação “bom” a igualar ou ultrapassar sempre os 50% em todas as categorias (gráfico 6.2.2¹⁴). Através de uma análise mais direcionada percebe-se que em relação às iniciativas promovidas pela CM de Loures, 84,1% das associações consideram a sua partici-

14 - Câmara Municipal de Loures (n=113), Junta de Freguesia (n=96), Federação de Associações (n=48), Federações Desportivas (n=58), Federações Culturais (n=23), Outras Associações da Freguesia ou do Concelho (n=83), Outras Associações (n=116).

pação como “boa” ou “muito boa”, sendo que apenas 15,9% reportam uma avaliação “razoável” ou “má”. No que concerne à avaliação que os respondentes fazem da sua participação nos eventos e ações das Juntas de Freguesia, Federações Desportivas, Federações de Associações, Federações Culturais, Outras Associações da Freguesia ou do Concelho, Outras Associações e de Outras Entidades, observa-se que são inequivocamente positivas, variando entre 81,2% e 91,3%.

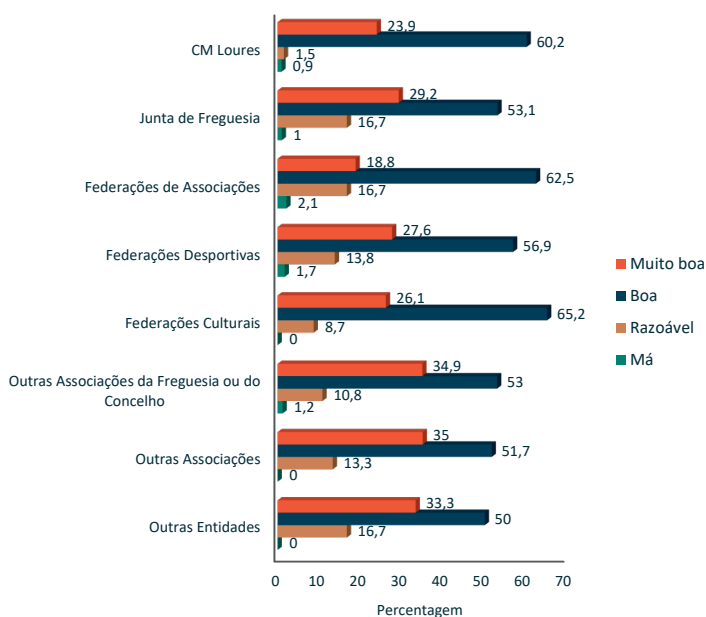


Gráfico 6.2.2 - Avaliação da participação

Ainda assim, quando se questionou sobre as razões que conduziram a uma avaliação da participação razoável ou má nestas interações externas, a maioria das respostas incidiu sobre a ideia de que as iniciativas em que participaram tiveram más condições e/ou estavam mal-organizados (17 respostas), ou sobre a falta de disponibilidade dos dirigentes para desfrutar das mesmas (11).

6.3. PARCERIAS

As dinâmicas do tecido associativo envolvem trocas entre membros e instituições, quer na divulgação das atividades e eventos realizados, quer para garantir a sustentabilidade da própria associação. As parcerias com outras entidades (congêneres ou não) são ferramentas importantes para um maior e melhor dinamismo do território e para responder às necessidades das associações e da comunidade.

Nesta perspetiva, entende-se que é através das interações que decorrem nas comunidades, que o associativismo se alimenta, sendo que em primeira instância é a materialização voluntária e livre da vontade de associação entre pessoas com interesses de partida comuns.

Redes densas de trabalho coletivo entre os diversos atores possibilitam não só criar um ambiente de maior criatividade, mas também dotar as associações e, conseqüentemente, as comunidades de uma maior resiliência. Na visão dos dirigentes, as parcerias servem muitas vezes para “construirmos pontes para caminhos comuns”, onde os apoios, especialmente os da autarquia, garantem, atualmente, uma “vitalidade e importância” imprescindíveis. A partilha de experiências gera mais diálogo entre as associações e fomenta uma aprendizagem mútua constante.

Em diversos casos, esta “simbiose” garante ainda a partilha de espaço para o desenvolvimento das atividades quando as associações não têm sede ou não possuem condições físicas para as realizar. Esta especificidade é particularmente importante para as associações que desenvolvem atividades desportivas, em que a Câmara Municipal de Loures, outras associações e escolas do município cedem espaços para o treino e para competições.

Como pode ser aferido no gráfico abaixo, as parcerias associativas são parte da realidade e das rotinas permanentes de 77,4% das associações inquiridas, nas suas mais variadas ações, atuações e finalidades.

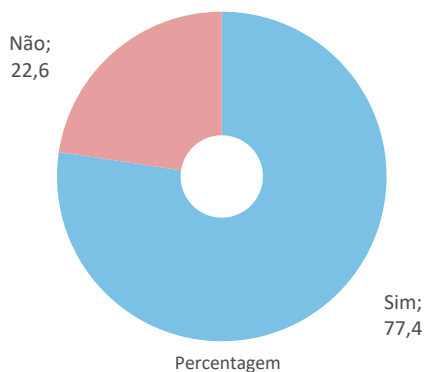


Gráfico 6.3.1 – Trabalho em parceria com outras organizações

A maioria das associações desenvolve o seu trabalho em parceria com outras organizações, nomeadamente com órgãos públicos locais como Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal de Loures, que assume um peso de 34,8%. (gráfico 6.3.2). Este facto reforça a ideia de que o poder local é o principal apoio do associativismo no Concelho sendo, por vezes, o único.

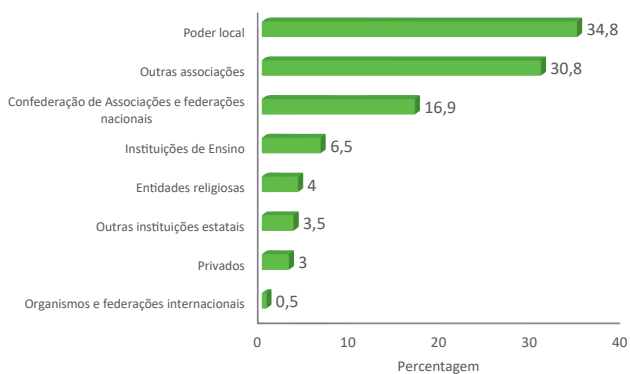


Gráfico 6.3.2 – Tipos de organizações e parcerias

A ligação entre o próprio movimento associativo constitui-se como segunda parceria que mais é promovida (30,8%). Aqui surgem associações do concelho, incluindo a Associação das Colectividades do Concelho de Loures, mas também do restante território nacional, já que as redes formadas pelo associativismo muitas vezes se estendem para lá da delimitação concelhia. Seguidamente surge a Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto e as federações desportivas e culturais (16,9%).

As instituições de ensino, entidades religiosas, forças de socorro e segurança, instituições estatais como o Instituto Português do Desporto e Juventude, o Alto Comissariado para as Migrações, o Instituto do Emprego e Formação Profissional, a ANACOM, o INATEL ou embaixadas e redes de emissores portugueses constituem a terceira força de parceria das associações (14%), muito aquém do poder local e das relações no interior do próprio movimento associativo.

Raras vezes referenciadas, são as parcerias com entidades privadas (3%), o que demonstra um baixo envolvimento deste setor com o campo associativo em Loures. Quando mencionados, o pequeno comércio e o grande retalho revelam-se aliados de apoio nas festas populares, através de doações em género.

Questionados sobre quais as vantagens que podem advir do estabelecimento de redes e parcerias, 40,8% dos inquiridos responderam que a principal vantagem tem a ver com a partilha de conhecimento, experiências e de recursos humanos, materiais e financeiros (gráfico 6.3.3). Em seguida surgiu a promoção, o desenvolvimento e o fortalecimento do associativismo (35,4%). De facto, durante as entrevistas, não poucas vezes delineou-se a ideia de que essas parcerias possibilitam a manutenção da vida associativa, e que sem elas não seria possível competir. Os dirigentes acrescentam também, que estas ligações externas proporcionam “a possibilidade de fazer projetos que de outra forma não seriam possíveis”.

Para aproximadamente 16% dos Presidentes, o estabelecimento destas parcerias permite também a promoção de um associativismo mais interventivo e concertado, uma vez que dá lugar a uma maior conciliação e respeito entre as associações e respetivas agendas e a uma ação comunitária mais eficaz: “as vantagens são muitas. As parcerias são altamente benéficas para a comunidade. Ajudam à inserção e integração social, bem como a fazer com que haja menos criminalidade”. Finalmente, estas redes/parcerias possibilitam a angariação de diversos tipos de apoio (inclusive financeiro) para o desenvolvimento das associações e das suas atividades (7,6%).

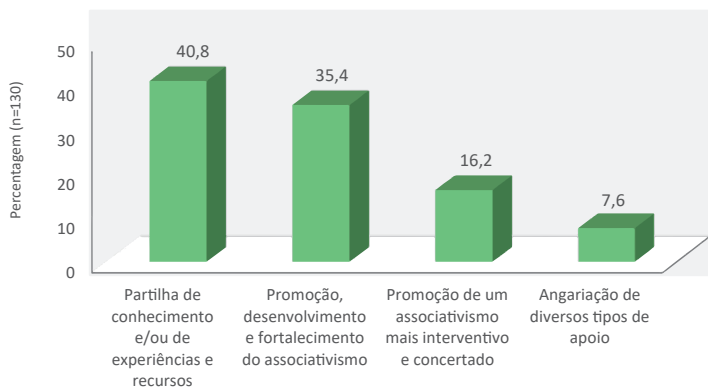


Gráfico 6.3.3 - Vantagens do estabelecimento de redes/parcerias entre organizações associativas

Por seu turno, quando analisada a opinião sobre os apoios concedidos por outras entidades ao associativismo (com exceção da CM Loures), grande parte dos Presidentes (61%) respondeu que considera que os apoios são reduzidos ou nulos e que, por isso, são insuficientes para a manutenção da atividade associativa (gráfico 6.3.4).

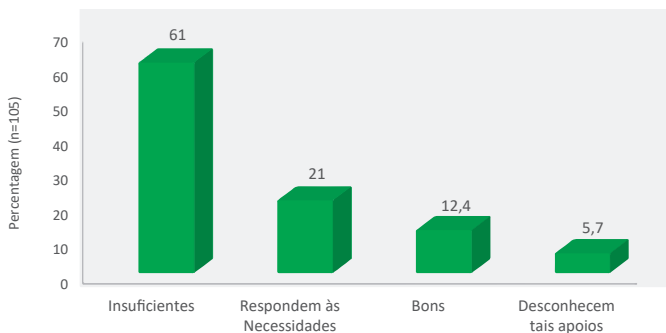


Gráfico 6.3.4 - Opinião sobre apoios concedidos por outras entidades ao associativismo

Um dos inquiridos referiu inclusive, que existe uma “visão muito estreita sobre o trabalho que é feito pelas associações, do seu impacto na população, nos milhares de voluntários que envolve, no dinheiro que poupa ao país e que não é encarado de forma justa” (dirigente de associação de moradores, mulher, 71 anos).

Para 21% dos Presidentes os apoios respondem às necessidades e pedidos, mas podiam ser mais. Defendem que o apoio atribuído, nomeadamente o financeiro “contribui bastante para a manutenção do espaço, para as despesas fixas (eletricidade, água), seguros e atividades”. Todavia, sentem que ainda “há pouca sensibilidade em apoiar as associações” da parte de entidades que não a Câmara Municipal de Loures e as respetivas Juntas de Freguesia.

6.4. RELAÇÃO COM A CM DE LOURES E PERCEÇÃO SOBRE AS POLÍTICAS AUTÁRQUICAS PARA O MOVIMENTO ASSOCIATIVO

Ao longo dos anos, o Poder Local em Loures tem vindo a olhar para o Movimento Associativo Popular (MAP) como parceiro estratégico na construção e desenvolvimento de políticas públicas identitárias, de coesão social e na democratização do acesso às práticas desportivas, culturais e recreativas. Reflexo desta visão são as iniciativas promovidas com e para o Movimento Associativo.

Esta parceria, na nossa opinião, assenta no respeito pela autonomia das instituições, na transparência quer do funcionamento quer da definição e aplicação de mecanismos de apoio, no cumprimento dos compromissos existentes entre as partes e numa dinâmica de proximidade e participação. São estes os princípios que originam a confiança na relação e levam ao desenvolvimento das políticas públicas e consequente intervenção local, que favorecem as populações.

Considerando a participação em eventos promovidos e organizados pela Câmara Municipal de Loures, a grande maioria das associações referiu ter estado envolvida em eventos de natureza cultural, recreativa e/ou desportiva organizados pela autarquia (85,2%), como por exemplo a Festa do Associativismo de Loures, as Festas de Loures, o Festival do Caracol Saloio, as Comemorações do 25 de Abril e a Festa do Vinho e das Vindimas. Ao nível do desporto destacam-se as referências de participação em iniciativas ligadas ao futebol, atletismo, artes marciais e ginástica (gráfico 6.4.1)¹⁵. Os Conselhos Municipais do Associativismo e Juventude, as ações formativas e reuniões de trabalho foram outras das ações referidas, embora com menor destaque (14,8%).

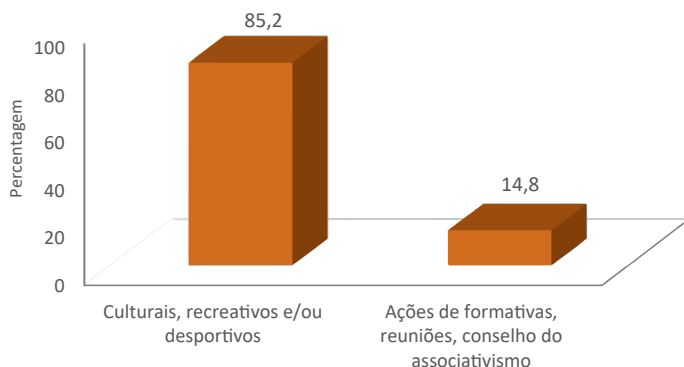


Gráfico 6.4.1 - Participação em eventos organizados pela Câmara Municipal de Loures

15 - Questão de resposta aberta, os valores apresentados reportam a frequência absoluta de vezes que cada categoria foi enunciada.

Entendeu-se de igual forma ser importante aferir junto das associações inquiridas quais as ações que na perspetiva dos seus dirigentes gostariam de ver promovidas pela Câmara Municipal de Loures. Dos que responderam a esta questão, vinte e oito entenderam que não deverão ser promovidas mais iniciativas (gráfico 6.4.2)¹⁶ uma vez que por um lado, já existe uma grande diversidade de atividades, pelo que um aumento de ações poderia potenciar a sobreposição das mesmas, inclusive com as iniciativas das próprias associações. Por outro lado, alguns dirigentes defendem que a Câmara deveria ter o papel de facilitadora e promotora das atividades, e não de assumir a iniciativa de concretização das mesmas, uma vez que essa responsabilidade deveria ser exclusiva do setor associativo.

Ainda em relação a esta questão, vinte e três dos inquiridos que integraram o presente estudo, referem que gostariam que a Câmara de Loures promovesse mais ações de âmbito cultural, recreativo e/ou desportivo, enquanto outras dezoito apontaram para que a autarquia promova encontros, torneios e espetáculos entre associações do mesmo tipo como por exemplo torneios de atletismo, encontro de bandas filarmónicas, espetáculos de dança, etc.

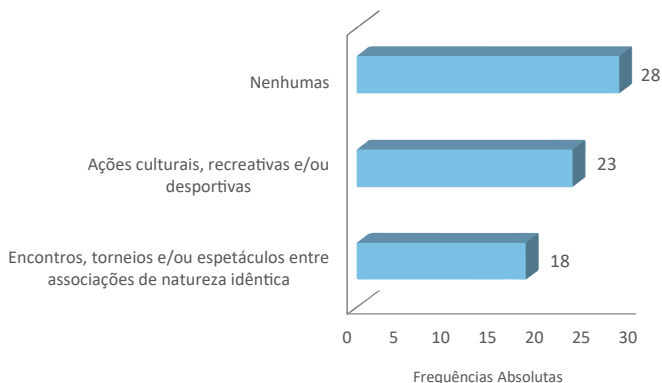


Gráfico 6.4.2 - Ações que gostariam de ver promovidas pela autarquia de Loures

16 - Idem.

Procurou-se igualmente compreender como se perceciona a relação entre as associações e a Câmara Municipal de Loures. Como é visível no gráfico 6.4.3, a maioria das associações assume ter uma relação “muito boa” ou “boa” (77,7%) com a autarquia. A percentagem de associações que reporta ter uma relação “má” com a edilidade é bastante baixa, alcançando apenas os 4,3%.

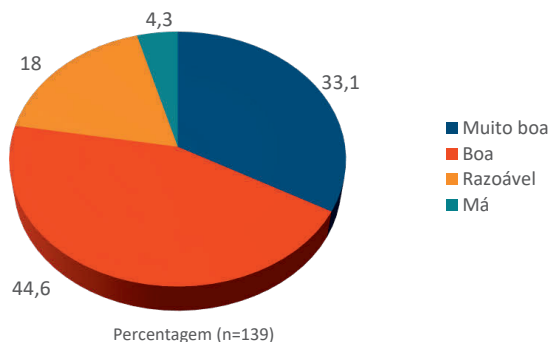


Gráfico 6.4.3 - Avaliação da relação entre a Associação e a Câmara Municipal de Loures

Posteriormente, quando foi proposto que se indicasse os três principais fatores¹⁷ que poderiam ser modificados para melhorar essa mesma relação, surgiram três grandes grupos de resposta, que se encontram vertidos no gráfico 6.4.4:

- a. a providência de maior apoio logístico, financeiro e/ou administrativo/jurídico (85 respostas);
- b. uma relação mais próxima da parte dos serviços técnicos camarários, na qual houvesse também mais comunicação e diálogo (44 respostas);

¹⁷ - Questão de resposta aberta, os valores apresentados reportam a frequência absoluta de vezes que cada categoria foi enunciada.

- c. uma maior rapidez de resposta aos pedidos efetuados pelas associações (9), nomeadamente de transporte para deslocações e atribuição de apoios/subsídios.

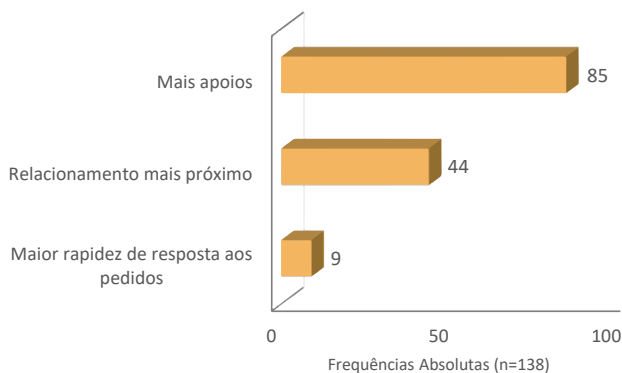


Gráfico 6.4.4 - Fatores que podem melhorar a relação

Em relação ao apoio concedido pela Câmara Municipal de Loures¹⁸ trinta e oito dos inquiridos consideram que é satisfatório e têm vindo a melhorar (gráfico 6.4.5). Salientam que a Câmara tem vindo a valorizar cada vez mais o associativismo, embora os apoios conferidos não cheguem ainda para que as associações possam desenvolver o seu trabalho como gostariam. Todavia, reconhecem que “a Câmara faz o que está ao seu alcance dentro do orçamento municipal”.

18 - Questão de resposta aberta, os valores apresentados reportam a frequência absoluta de vezes que cada categoria foi enunciada.

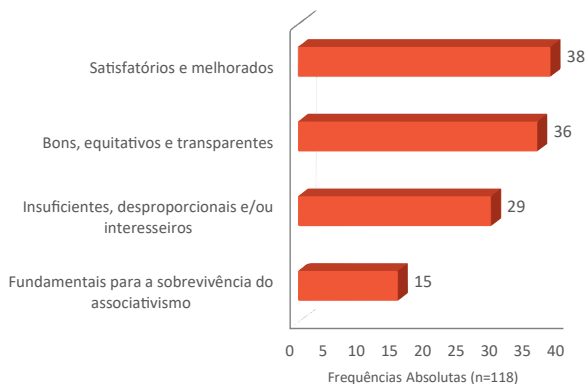


Gráfico 6.4.5 - Opinião sobre apoios concedidos pela Câmara Municipal de Loures

Enquanto que para trinta e seis associações os apoios provenientes da Câmara são bons, equitativos e transparentes, vinte e nove referem que os mesmos são insuficientes, desproporcionais e/ou “interesseiros”. Dentro deste último grupo, algumas associações assinalaram que os apoios são distribuídos de forma injusta, desigual e/ou por compadrio político: “não são equitativos no que respeita aos contributos que as associações dão às comunidades. Algumas [associações] recebem muito, em comparação com o que dão à comunidade”.

Existe também a opinião que estes apoios são fundamentais para a sobrevivência das associações, considerando, no entanto, que a gestão, por parte de quem os recebe, não é bem concretizada (15 associações). Na opinião destes inquiridos, estas situações são insustentáveis e têm impacto no apoio a todo o movimento associativo:

“Algumas associações fazem uma má gestão dos recursos que lhes são dados pela Câmara. As associações deveriam depender menos dos apoios de forma a terem rendimentos próprios para as atividades. Como não têm sustentabilidade, leva a que menos recursos estejam disponíveis por parte da Câmara para outras atividades mais importantes ou necessárias” (dirigente de associação cultural/recreativa, homem, 50 anos).

Com efeito, o reconhecimento por parte da gestão municipal quanto à importância do movimento associativo e de todo o trabalho desenvolvido com as comunidades do território, reflete-se nas políticas autárquicas e constata-se facilmente se observada no gráfico 6.4.6 a evolução das transferências de verbas para as associações ao longo dos últimos anos até 2019.

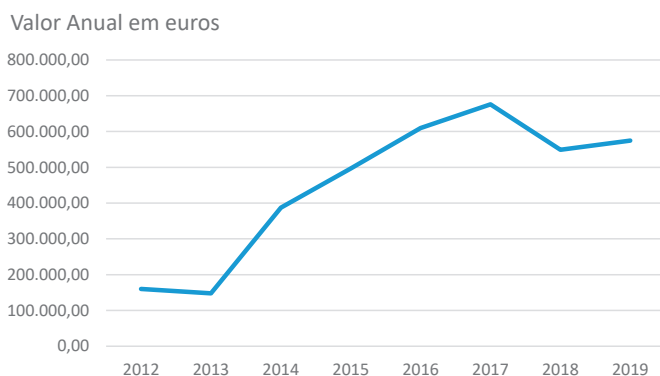


Gráfico 6.4.6 – Evolução das transferências municipais para o movimento associativo

De 2013 até ao momento, tem vindo a verificar-se uma tendência de incremento dos apoios financeiros ao Movimento Associativo. Esta tendência apresenta uma inflexão em 2018 por se ter concluído, em 2017, dois contratos programa¹⁹ com associações locais.

Por outro lado, o Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo tem vindo a ser reforçado, observando-se que evoluiu de uma dotação de 150.000,00€ em 2015, para 250.000,00€ em 2019.

19 - Contratos Programa estabelecidos com o Grupo Sportivo de Loures e com o Clube de Futebol de Santa Iria, que vigoraram entre 2013 e 2017, para a substituição dos pisos sintéticos dos seus parques desportivos, no valor anual de 153.207,20€.

Refira-se que o Município de Loures começou em 2019 um programa de substituição de pisos sintéticos a 10 anos, tendo nos dois primeiros anos, 2019 e 2020, significado um investimento próximo dos 750.000,00€, para cinco espaços desportivos.

Quanto à identificação dos aspetos positivos e negativos do apoio atribuído pela autarquia, um relevante número de inquiridos destacou a disponibilidade, a abertura e proximidade entre os técnicos municipais e as associações (106 respostas). Foram também valorizados como um incremento positivo os apoios pontuais (logísticos, financeiros, administrativos/jurídicos) (94 respostas); a criação do Espaço A como um veículo privilegiado de contacto com as associações através de um apoio diário e de ações de formação (15 respostas) (leia-se o gráfico 6.4.7).

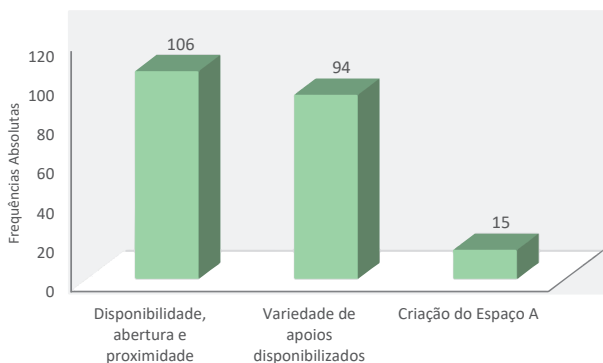


Gráfico 6.4.7 - Aspetos positivos do apoio da Câmara Municipal de Loures

Estes aspetos positivos valorizados pelos dirigentes associativos, constituem-se na prática como uma linha de trabalho prioritária para o Município, a par da oferta de serviços dedicados ao MAP, “Espaço A”, Técnicos de Zona e Técnicos de Plano de Intervenção Municipal, criar espaços e momentos que possam aprofundar essa intervenção, destacando-se, entre outros, os Conselhos Municipais do Associativismo e da Juventude, enquanto potenciadores da reflexão para a definição das políticas públicas participadas, a Festa do Movimento Associativo, enquanto instrumentos de valorização global da associação ou as mais variadas ações que permitem levar ao público as atividades culturais, desportivas e recreativas que cada uma das associações promove.

Entre os aspetos negativos surge a ideia de que os apoios cedidos pela Câmara Municipal Loures não são, ainda assim, suficientes para fazer face às despesas (57 associações); falta apoio para as deslocações das associações (16 resposta); demora na obtenção de resposta aos pedidos das associações (16 respostas) e verifica-se ainda excesso de burocratização dos pedidos (4) (gráfico 6.4.8).

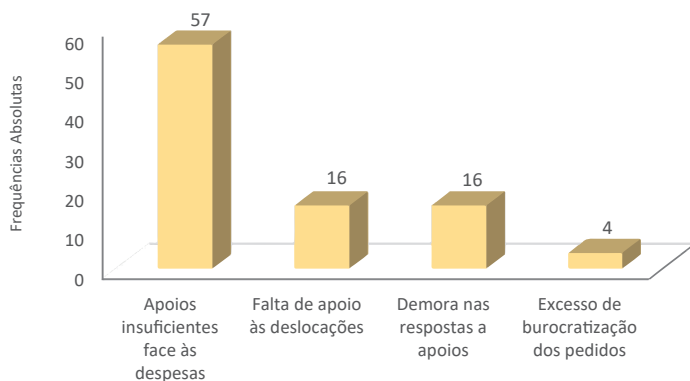


Gráfico 6.4.8 - Aspetos negativos do apoio da Câmara Municipal de Loures

Esta constatação de que os apoios atribuídos pela CM Loures são, em alguns casos, insuficientes, remete para as questões já analisadas que têm a ver com a sustentabilidade e também para o facto de estar interiorizada a ideia de que é competência quase exclusiva da autarquia assegurar as despesas regulares das associações.

6.5. REFLEXÕES FINAIS

Não obstante os resultados, é importante relembrar que a iniciativa para a realização do presente estudo é municipal, investimento este que demonstra por si só o reconhecimento do papel das associações para o desenvolvimento do território e da sua contribuição para uma participação mais ativa da população na comunidade.

O conhecimento da realidade e a vontade explícita de adequar as medidas das políticas autárquicas às necessidades e à realidade aferida, contribui para travar os processos de individualização, facilitando o agrupamento em organizações comunitárias, que com o decorrer do tempo geram um sentimento de pertença e também uma identidade cultural (Castells, 2007).

Aperfeiçoar e limar a relação entre a autarquia e adequar as respetivas políticas municipais dirigidas ao movimento associativo, é sem dúvida o reconhecimento de que “as comunidades locais, construídas através da ação coletiva e preservadas pela memória coletiva, constituem fontes específicas de identidade.” (Castells, 2007: 81).

Na esteira desta reflexão, Rui Banha (2001: 135), no diagnóstico Sociocultural de Loures refere que “(...) as associações assumem-se como espaços de ancoragem das identidades, por serem um elemento de identificação e de criação de identidade local. (...) A dimensão sociocultural constitui uma metodologia participativa de resposta à despersonalização e à individualização em desfavor da sociabilização pública, sendo este um fator de estruturação de uma comunidade territorial (Diagnóstico Sociocultural: 135-136).

É sem dúvida à escala local que se revelam as potencialidades e acontecem os problemas, bem como as estratégias para os solucionar, sendo que as associações são atores fundamentais de proximidade na construção de toda uma dimensão territorial, que pode e deve introduzir renovação na conceção das políticas públicas (Romeiras, 2010).

Partindo deste pressuposto, o Estudo “Associativismo Popular no

Concelho de Loures”, veio revelar, em consonância com o que já havia sido concluído por Maria da Conceição Bárbara (1989), aquando das Jornadas de Reflexão “Loures Presente e Futuro”²⁰, que as autarquias são a mais relevante parceria do MAP, e em conjunto desempenham um importante papel de intervenção na vida local.

Decorridos 31 anos, outro dos pontos comuns com as conclusões das Jornadas acima referidas, é a quase total ausência de envolvimento da governação central nos projetos e vida das associações (note-se que as parcerias com o Estado foram muito pouco expressivas neste estudo), enquanto que os poderes de governação local, assumem um papel fundamental na valorização do Movimento Associativo Popular. Apoio este concretizado não só com a disponibilização de recursos financeiros, mas, e acima de tudo, nas dimensões de divulgação, formação e de responsabilização, contribuindo deste modo para a interiorização dos valores de cidadania, de cooperação, de procura individual e coletiva para uma melhor qualidade de vida.

Tal como foi reconhecido pelos dirigentes associativos, e em harmonia com as conclusões de Carlos Vieira de Faria (2009), só um contacto de proximidade pode de facto gerar as condições necessárias para uma verdadeira governança, ou seja, a criação de nós de interação, que implica a mediação e a coordenação não só entre as diferentes instituições públicas, mas também entre todos os atores sociais locais que queiram influenciar a construção do bem comum, “entre diferentes culturas e dinâmicas”.

Uma governança eficaz só se consegue, no entanto, se nos processos de desenvolvimento territorial for tido em consideração um conceito de extrema importância: o “capital social”, que de acordo com João Seixas (2008:183), é “a capacidade de perceção, de apropriação e de valorização de determinados valores cívicos por parte de uma comunidade - valores como a confiança, as expectativas coletivas, os sentidos de direitos e deveres, valores, por sua vez ligados a estruturas e

20 - Primeiras Jornadas de Reflexão promovidas pelo município de Loures, em 1989, depois de uma análise e debate sobre a realidade e perspetivas de desenvolvimento nos domínios da Cultura, Desporto, Juventude, dos Tempos Livres e do Património.

redes de inclusão e de exclusão socio-territorial -, sendo, sem dúvida, um campo relativamente complexo de medir ou avaliar, não deixa no entanto, de ser reconhecida como coluna vertebral na estruturação de um panorama de boa governação de uma cidade”. Será por certo este o caminho a seguir no concelho de Loures, e são estes alguns dos valores que estão já presentes e continuarão a fazer parte da relação que a autarquia constrói todos os dias com o Movimento Associativo local.

A potencialidade detetada em Loures no presente estudo, quanto à mais valia das relações de proximidade, valoriza a importância do trabalho dos técnicos municipais, que se pode observar quando cento e seis dos inquiridos destacam como fator positivo na relação com a Câmara, a disponibilidade, abertura e proximidade dos seus profissionais.

De acordo com os resultados do estudo aos dirigentes associativos, estamos perante uma participação despida do seu significado político, cujo principal móbil é o “gosto”, o envolvimento com a associação e com as atividades que esta desenvolve.

A história do associativismo mostra-nos que, com alguma frequência, os dirigentes associativos são confrontados com constrangimentos ao desenvolvimento do seu trabalho altruista e voluntário, na gestão das associações. Se considerarmos por exemplo a última década, verifica-se com facilidade que alguns desses constrangimentos decorrem do contexto social, como são exemplo a crise financeira de 2010 que levou à intervenção da Troika em 2011, ou a atual pandemia da COVID 19. Outros obstáculos surgem pelo notório desconhecimento dos legisladores sobre a importância da esmagadora maioria deste setor nas comunidades em que se inserem, o que resulta muitas vezes em legislação que estabelece imposições não adequadas às necessidades reais. Refira-se como exemplo a aplicação do Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE), que se destina a cumprir a quarta diretiva europeia contra o branqueamento de capitais, quando uma das principais preocupações manifestada pelos dirigentes passa por encontrar soluções para as dificuldades de gestão corrente das associações e Colectividades.

Não obstante os constrangimentos, verifica-se um esforço de adaptação ao contexto económico, social e político. Retem-se, desta forma, um ensinamento que o MAP nos deixa, fruto do seu trabalho coletivo para cada um dos momentos difíceis que viveu e vive: soube, e sabe reinventar-se, encontrar novas respostas, lançar novos desafios e manter a sua intervenção livre, democrática e solidária junto das comunidades.

Numa perspetiva municipal, entende-se que da ação e da relação das associações com a Câmara Municipal, o retorno social decorrente da intervenção do Movimento Associativo Popular em Loures é muito superior ao investimento feito pelo Município, constituindo-se a convergência entre as duas partes, como um dos alicerces fundamentais do Ágora da Democracia.

BIBLIOGRAFIA

Banha, Rui (coord. científico), Eugénia Abrantes, Humberto Martins, Paula Correia, Sandra Marques Pereira, Dinis Fonseca, Carla Matias, Susana Neves, Isabel Pires (2001), Diagnóstico Sociocultural de Loures – I – Contextualização Sócio-Espacial e Enquadramento Teórico Metodológico, Carta Cultural, Loures, Edição Câmara Municipal de Loures.

Bárbara, Maria da Conceição (1990), “A Animação como forma de participação no Desenvolvimento” Comunicação em Jornadas de Reflexão Loures Presente Futuro. Tomo 5 – Comunicações da Secção Juventude, Cultura e Tempos Livres, Loures, Edição Câmara Municipal de Loures.

Castells, Manuel (2007), A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. O poder da identidade, vol. II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Faria, Carlos Vieira (2009), As Cidades na Cidade. Movimentos Sociais Urbanos em Setúbal 1966 – 1995, Lisboa, Esfera do Caos.

Guerra, Isabel Carvalho (2006), Participação e Acção Coletiva. Interesses, Conflitos e Consensos, Estoril, Príncipe Editora.

Romeiras, Rita Mégre (2010), O Diálogo entre território (relacional) e quotidiano das famílias realojadas na Quinta da Fonte. Trajetórias de inclusão ou de exclusão?, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, dissertação de mestrado com orientação de Maria José Queirós.

Seixas, João (2008),” Estruturas e dinâmicas do capital sócio-cultural em Lisboa – um novo paradigma urbano”, em Manuel Villaverde Cabral, Filipe Carreira da Silva e Tiago Saraiva (orgs), Cidade e Cidadania, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 117-128.

CAPÍTULO 7:

ASSOCIATIVISMO POPULAR EM LOURES: O QUE MUDOU?

*Eugénia Abrantes e Luís Gomes,
Câmara Municipal de Loures*

Conforme referido no primeiro capítulo, o estudo que deu origem à presente publicação, além de consubstanciar um retrato atualizado do campo associativo popular em Loures e dos respetivos líderes, visa também perceber como evoluiu esta realidade, decorridos cerca de 30 anos desde o último trabalho de investigação neste âmbito realizado no Concelho (Banha, 1994).

Tratando-se de uma análise comparativa, importa fazer desde logo algumas ressalvas. A primeira prende-se com a impossibilidade de abranger a globalidade das dimensões, pois os dois estudos não são sobreponíveis; a segunda, com o facto de as considerações que iremos fazer serem suportadas pelos dados tratados ao longo dos capítulos anteriores, pelo que em grande parte terão já sido necessariamente abordadas; e por fim, com a necessidade de ter sempre subjacente o respetivo contexto, não podendo fazer-se uma observação direta e simplista da realidade, uma vez que o percurso do movimento associativo em Loures reflete e é reflexo, naturalmente, das alterações na organização e dinâmicas sociais, face às transformações históricas, territoriais, demográficas, culturais e políticas.

O campo de observação é hoje diferente a vários níveis, começando pelas alterações no espaço e suas funções, nomeadamente, a partição do Concelho de Loures, que anteriormente integrava sete freguesias que hoje pertencem ao município de Odivelas, e as mudanças no tecido económico, com o conseqüente aumento das migrações pendula-

res, a conversão de bairros operários em zonas dormitório e a reconfiguração das profissões e da estrutura de classes, até às transformações demográficas, com o aumento da imigração e o envelhecimento populacional. Estamos, assim, perante uma realidade onde coabitam diversas comunidades e culturas, com novas sociabilidades, relações identitárias, necessidades e expectativas diferenciadas.

7.1. AS ASSOCIAÇÕES

Parte integrante deste cenário, o movimento associativo também mudou. Algumas estruturas desapareceram, outras nasceram e outras, ainda, reconfiguraram-se, adaptando-se aos novos tempos.

Esta mudança traduz-se, desde logo, no modo como se tipificaram as associações nos dois estudos. Dada a especificidade dos fins subjacentes à sua génese, em 1989/90, a classificação das entidades repartia-se entre as coletividades, de cariz desportivo, cultural e de lazer/mistas e as outras associações, contemplando as que visavam prestar serviços à comunidade ou agir em prol da defesa de determinados interesses, deixando-se de fora, por opção, os escuteiros e as associações de idosos.

Em 2019, adotou-se a designação global de associações, pois foram consideradas todas aquelas cujo objeto social principal se prende com o desporto, cultura, recreio e juventude ou que, não tendo sido criadas com tais objetivos, promovem atividade relevante nestes domínios. Não foram abrangidas as associações de idosos, pais e IPSS, mas incluíram-se os escoteiros/escuteiros e associações com fins ambientais/patrimoniais.

A distribuição por tipo é globalmente semelhante à realidade anterior, com uma predominância das estruturas originalmente vocacionadas para a promoção do desporto, cultura e recreio e entre estas a destacarem-se as de âmbito desportivo, seguidas das culturais/recreativas, cuja subida é significativa (9% em 1989/90 e 37% em 2019). Este facto espelha a capacidade de adaptação e a importância do movimento associativo concelhio na promoção de redes de proximidade, sociabilidade e reforço da identidade local.

Apesar de alguma diferenciação no modo de classificação, não se verificam diferenças assinaláveis nos restantes tipos de associação, excetuando-se as novidades resultantes da inclusão dos escuteiros/escoteiros, que congregados com as restantes associações vocacionadas para a juventude, representam cerca de 7% dos inquiridos e o surgimento de entidades orientadas para a defesa do ambiente e património, que correspondem a 1,4% do conjunto.

No cômputo geral, podemos concluir que o movimento associativo não só se diversificou, como cresceu no Concelho. Senão vejamos, das 201 entidades inquiridas em 1989/90, 70 não são contabilizáveis para a presente comparação, já que 61 estavam sediadas no atual território de Odivelas e 9 encontravam-se inativas, pelo que o universo a considerar se reduz para 131. Atualmente, de um total estimado de cerca de 200 associações, aproximadamente 160 estão ativas e entre estas, das 141 que responderam ao inquérito, 48% foram fundadas entre 1991 e 2018.

Estes dados são demonstrativos da vitalidade e dinâmica do movimento associativo no Concelho, pois ainda que em número o aumento não seja muito elevado, o facto de cerca de metade das estruturas existentes ter surgido no período que medeia os dois estudos, revela a capacidade de renovação desta realidade.

Ao crescimento verificado na última década, não será certamente alheia a política de incentivo ao movimento associativo popular que a Câmara Municipal de Loures tem vindo a prosseguir.

A distribuição espacial deste crescimento, que se repercute também ao nível da instalação de delegações no Concelho (dos 20 casos identificados, apenas 5 optaram por abrir delegações fora do Concelho e existem 2 entidades sediadas noutros locais, com delegações em Loures), traduz maior uniformização, não obstante a zona Oriental continuar a liderar em número de associações (gráfico 7.1.1)

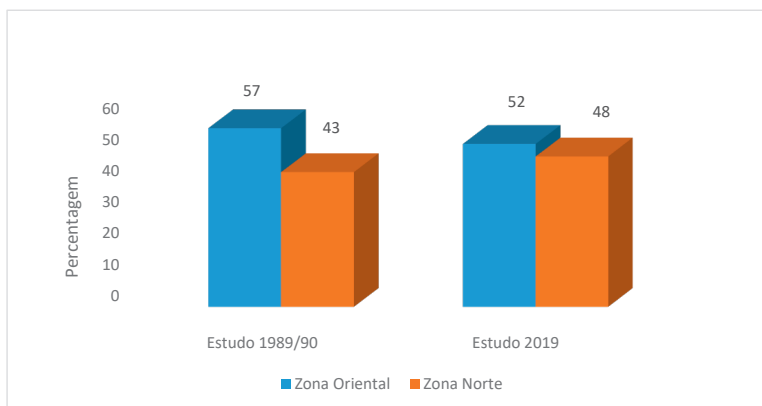


Gráfico 7.1.1 – Distribuição das associações por zonas

É ao nível da formalização, da organização e do caminho para uma maior transparência, que se começam a denotar maiores diferenças passados 30 anos, em parte fruto das exigências legais e fiscais e dos normativos que regulam a atribuição de apoios, nomeadamente municipais, entretanto instituídos (a nível local, o Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, Acordos de Colaboração e Contratos Programa de Desenvolvimento Desportivo em diversas áreas e modalidades e o Registo Municipal de Associações de Loures e nacional, por exemplo, o Registo Central de Beneficiário Efetivo). Assim, atualmente, a quase totalidade tem estatutos publicados em Diário da República e mais de 1/4 possui estatuto de utilidade pública, número que tende a crescer, pois algumas entidades aguardam a sua atribuição. Por outro lado, apenas uma minoria elaborava planos e relatórios de atividade, enquanto hoje a larga maioria planeia e monitoriza a sua ação e em muitos casos, avalia os respetivos resultados (47,5%) e impacto (24%) (gráfico 7.1.2).

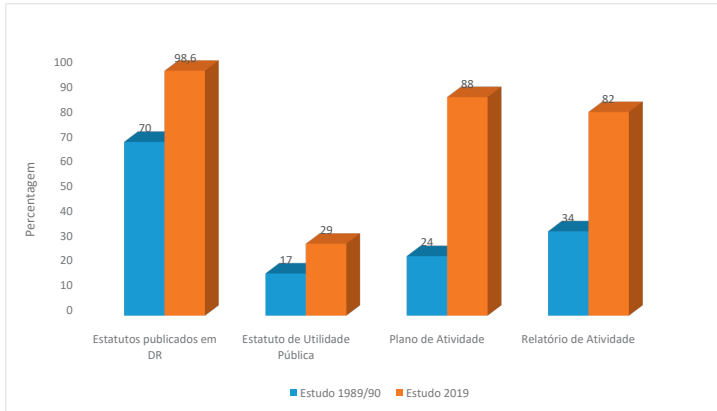


Gráfico 7.1.2 – Formalização e organização

Quanto aos recursos para funcionamento e começando pelos espaços próprios, não houve alterações significativas. Mais de 80% das associações têm sede, embora menos sejam proprietárias das instalações. O regime predominante de utilização atualmente é o de cedência, enquanto em 1989/90 era o de arrendamento (gráfico 7.1.3).

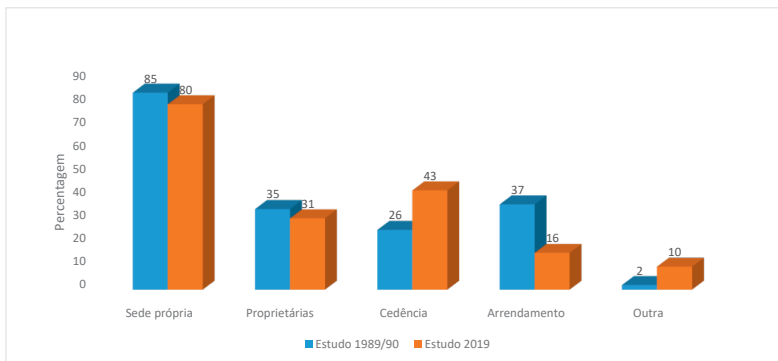


Gráfico 7.1.3 – Sede e regime de utilização

A Câmara Municipal de Loures apresenta-se hoje como a principal entidade responsável pela cedência de instalações ao movimento associativo, seguida das Juntas de Freguesia e de sócios/dirigentes. Em 1989/90, a Câmara partilhava esta responsabilidade de forma equilibrada com entidades particulares e Juntas de Freguesia (gráfico 7.1.4).

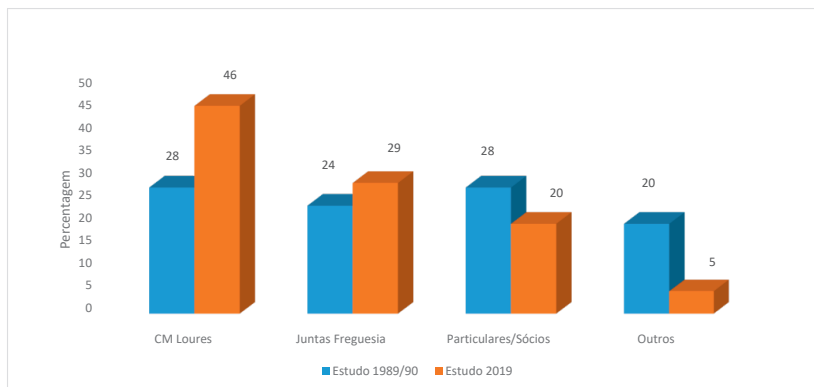


Gráfico 7.1.4 – Entidade de cedência de sede

Quando não existe sede, as associações continuam a recorrer sobretudo a espaços particulares para o respetivo funcionamento.

A posse de viaturas registou um aumento superior a 50%, sendo hoje referida por 34,5% das entidades inquiridas.

Ao nível financeiro, verifica-se que as associações mantêm a sua autonomia. Contudo, embora as receitas próprias²¹ continuem a ser a sua principal fonte de financiamento, assumem hoje uma expressão menor. Refira-se que a quotização representa atualmente 21% das receitas, enquanto anteriormente apenas 9%, o que estará provavelmente relacionado com o facto de cerca de 88% das associações inquiridas requererem pagamento de quotas por parte dos associados (gráfico 7.1.5).

21 - A fim de possibilitar a comparação entre os dois estudos, consideraram-se como receitas próprias, a atividade regular e pontual, a quotização e a exploração direta ou concessão de bar/restaurante.

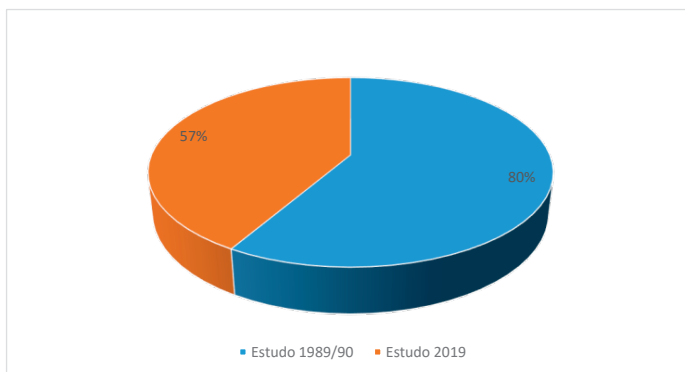


Gráfico 7.1.5 – Peso das receitas próprias

A dinâmica destas entidades, traduzida na sua atividade regular e em ações pontuais, correspondendo ao cumprimento dos fins que as originaram, constitui também importante fator de sustentabilidade.

Os apoios/subsídios, segunda principal fonte de financiamento, provenientes da Câmara Municipal de Loures e outras entidades, que representavam anteriormente 20%, ultrapassam agora os 40% (gráfico 7.1.6). Importa salientar que para este incremento contribui, sobretudo, a política de apoios ao movimento associativo promovida pela Câmara Municipal de Loures (22% das verbas de que hoje dispõem, contra 9%, anteriormente), entidade à qual maioritariamente continuam a recorrer, o que reforça a importância deste pilar para o funcionamento do movimento associativo popular.

Destacam-se aqui, além dos apoios financeiros, os técnicos, os logísticos, a cedência de transportes e de instalações, a criação de órgãos específicos neste âmbito, como o Conselho Municipal do Associativismo e o Conselho Municipal da Juventude, um Gabinete de Apoio – Espaço A, o Portal do Movimento Associativo, o Projeto de Salvaguarda dos Arquivos das Associações e um conjunto de iniciativas nas quais os agentes são protagonistas, de que é maior exemplo, a Festa do Movimento Associativo, que acontece anualmente.

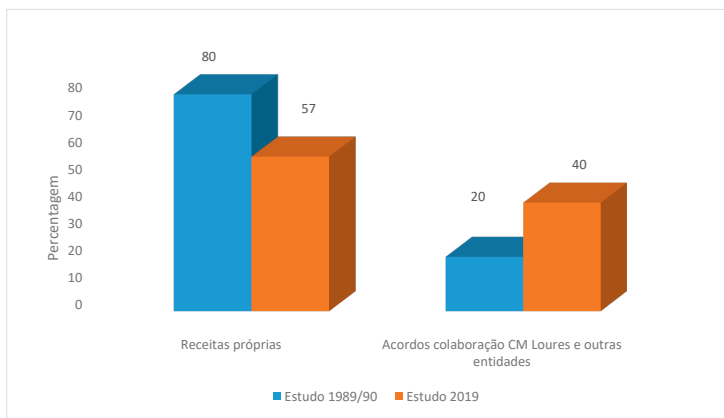


Gráfico 7.1.6 – Principais fontes de financiamento

Em relação ao perfil dos associados e com base na perceção dos dirigentes, continua a observar-se uma predominância do sexo masculino, proveniente na quase totalidade do Concelho, sobretudo da freguesia/localidade em que a associação está sediada e com idades entre os 30 e os 64 anos. Contudo, o facto de cerca de 50% dos dirigentes referirem não existir diferenciação de género, pode indiciar um aumento da participação feminina, o que nos leva a inferir que a mudança da participação da mulher na sociedade se manifesta também na forma como se tem apropriado do espaço público da associação, participando cada vez mais nas atividades, sejam elas de carácter cultural ou desportivo.

Importa também salientar que mais de 2/3 das entidades tem atividade aberta à população, sendo, segundo os dirigentes, a prática e oferta cultural, recreativa e desportiva, o convívio/lazer e a prestação de alguns serviços, consoante o tipo de entidade, os principais motivos de visita às associações.

A passagem de 30 anos revela assim que, ainda que em moldes diferentes, a importância do movimento associativo, enquanto rede de suporte, elo de ligação e espaço de encontro/convívio das populações, continua a ser uma realidade.

Ainda assim, a informação disponível indica que o associativismo continua a viver do voluntariado e generosidade dos seus intervenientes. Apenas cerca de 30% dos respondentes afirma ter pessoal remunerado na associação, face a aproximadamente 55% que no estudo anterior referiram ter pessoal com algum tipo de compensação pelos serviços prestados.

A dinâmica destas associações traduz-se também na forma como se relacionam com os seus pares e outras entidades no âmbito da sua intervenção.

Conscientes das potencialidades do trabalho em parceria, 3/4 dos inquiridos afirma praticá-lo regularmente com diversas entidades, das quais se destacam a Câmara Municipal de Loures, as Juntas de Freguesia e outras associações.

A participação em ações/iniciativas promovidas por outros é também frequente. Comparativamente a 1989/90, verifica-se que a Câmara Municipal de Loures continua a ser a principal promotora das atividades externas em que as associações se envolvem, tendo as Juntas de Freguesia passado a ocupar o segundo lugar, que anteriormente pertencia às suas congéneres.

A filiação em organizações, sobretudo de âmbito nacional e regional, mas também local, é outra realidade que já vem dos anos 80 (perto dos 80%, em ambos os períodos). Estes intercâmbios e colaboração, permitem criar sinergias, otimizar recursos, permitem uma maior divulgação da sua atividade e produção de receitas, pelo que são valorizados pelos dirigentes inquiridos.

Toda esta dinâmica é hoje facilitada e impulsionada, num mundo cada vez mais globalizado em que o acesso permanente à informação é determinante, o recurso às tecnologias da informação e comunicação é transversal à maioria das associações, cujos dirigentes afirmam usar a internet diariamente, realidade bem distinta da que se vivia aquando da realização do estudo anterior. A par do telefone, o correio eletrónico é hoje o principal meio de comunicação utilizado. As redes

sociais, sobretudo o Facebook, são uma novidade face a 89/90, bem como a existência de sites, blogs e até newsletters, outros dos sinais dos tempos que fazem a diferença passados trinta anos e que permitem às associações um potencial acrescido de divulgação da sua atividade, de captação de frequentadores, maior proximidade e relacionamento externo.

Contudo, persistem ainda muitos constrangimentos no funcionamento das associações. Neste âmbito, a principal referência foi a carência de recursos humanos, nomeadamente professores, formadores e técnicos das mais diversas áreas, bem como a falta de tempo dos dirigentes voluntários e a necessidade de renovação destes. As dificuldades de disponibilidade de membros para integrarem os órgãos sociais, traduz-se no reforço da tendência para a existência de listas eleitorais únicas (em 89/90, representavam 88% dos casos e em 2019, 96%) e na duração dos mandatos, que aumentou para 2 anos, na maioria dos casos, enquanto que em 1889/90 era geralmente de 1 ano, o que atualmente só se verifica em 13% das associações inquiridas.

A inadequação dos espaços físicos, quer ao nível das sedes, quer de infraestruturas para o desenvolvimento das atividades, é outro dos problemas referidos.

As questões ligadas ao financiamento, seguidas das jurídicas, administrativas e de gestão das associações, bem como logísticas, nomeadamente, o acesso a materiais específicos para o desenvolvimento das atividades e transportes, são também apontados pelos inquiridos, ainda que em menor número.

Em 1989/90 as dificuldades eram similares, variando a hierarquização das respostas. A falta de recursos físicos/instalações e equipamento, surgia em primeiro lugar, seguida da escassez de meios financeiros e só em terceiro lugar era referida a insuficiência de recursos humanos, principalmente professores e animadores e de direção. Verificaram-se também algumas referências à insuficiência de material/equipamento e de meios de transporte (gráfico 7.1.7).

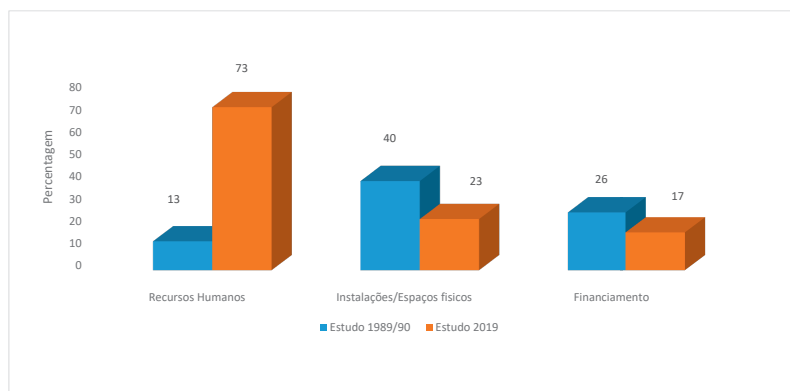


Gráfico 7.1.7 – Três principais dificuldades

Quando questionados sobre a classificação por ordem de importância, as dificuldades financeiras assumem a primeira posição, seguidas das ligadas às instalações, material informático e deslocações. Menor importância assumem os recursos humanos administrativos e técnicos.

Entre os fins para os quais o apoio financeiro serviria, destacam-se, em 2019, o desenvolvimento, melhoramento das atividades e eventos promovidos, a construção e/ou manutenção dos espaços físicos e a aquisição de equipamentos específicos para as atividades e eventos.

Em 89/90, os apoios mais solicitados eram destinados a construção ou remodelação de sedes/outras instalações, equipamento e técnicos, correspondendo estes fins a 2/3 dos apoios considerados necessários.

A formação, sendo pouco referida espontaneamente em termos de prioridades, quando abordada especificamente, era considerada necessária pela maioria, principalmente para animadores e dirigentes, nas áreas desportiva, administrativa e cultural.

Atualmente, as necessidades formativas mantêm-se, sobretudo para dirigentes, sendo por vezes também mencionada para o pessoal técnico. As áreas mais indicadas são a administrativa, contabilidade e/ou jurídica.

ca, gestão de conflitos, liderança e comunicação e Tecnologias da Informação e da Comunicação. O aumento de importância dada atualmente a áreas como a contabilidade, fiscalidade ou a jurídica, traduz também o aumento de responsabilidade individual e a maior complexidade que hoje temos na gestão de uma associação de caráter popular. Requer por isso uma maior capacidade de resposta dos seus dirigentes face a uma cada vez mais intrincada teia legislativa, por exemplo.

7.2. OS LÍDERES

Ao longo destas últimas três décadas a composição e características dos órgãos sociais também se alteraram.

Apesar da comparação entre os dois estudos não poder ser efetuada diretamente em relação a alguns dos indicadores, pois os universos inquiridos não são coincidentes (o conjunto dos dirigentes, no estudo de 1989/90 e o conjunto dos presidentes da direção, no estudo atual), parece-nos importante a referência a esses dados, uma vez que apontam tendências significativas nas alterações sociodemográficas ao longo dos últimos trinta anos.

Os dirigentes associativos mudaram, a par da sociedade, detendo capital escolar mais elevado ou com maior presença de mulheres, como veremos mais à frente.

Tal como já foi referido em outros capítulos e também no estudo de 89/90, é possível delinear um esboço da evolução do perfil feminino da dirigente associativa, tendencialmente mais jovem e mais instruída que os seus pares do sexo masculino.

Contudo, quando falamos do fenómeno associativo e dos seus principais protagonistas, continuamos a falar de um universo eminentemente masculino, tal como em muitas outras facetas da nossa sociedade. Este facto está diretamente relacionado com o papel social da mulher e com a forma como este se articula com a participação feminina no espaço público. Mas se os números continuam a demonstrar a menor participação da mulher no dirigismo associativo, eles mostram

igualmente que está em curso uma mutação e que a presença das mulheres é cada vez mais efetiva.

No início da década de 90, o estudo do Associativismo em Loures, indicava que apenas 2% dos cargos de presidente eram ocupados por mulheres. Trinta anos depois, as mulheres representam 17% dos presidentes das associações. No estudo anterior, para além da percentagem no cargo de presidente, indicava também que ao nível do conjunto dos órgãos sociais o peso das mulheres era de 6%. O estudo atual não permite quantificar este dado. No entanto, o conhecimento que temos do tecido associativo no concelho de Loures, aponta para uma percentagem significativamente mais elevada (gráfico 7.2.1).

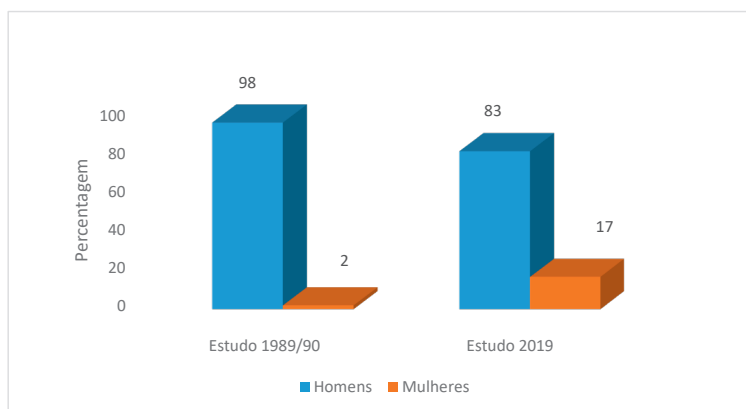


Gráfico 7.2.1 – Presidentes por sexo

No que diz respeito à idade, podemos comparar a média etária da globalidade dos dirigentes no final da década de oitenta, aproximadamente 40 anos, com a média etária dos presidentes atuais, que é de 54 anos. Consideramos que na base deste acréscimo estão, por um lado, a subida na média etária dos dirigentes associativos e, por outro, o facto de tendencialmente a idade dos presidentes ser mais elevada que a média dos dirigentes que ocupam outros cargos que, aliás, já era visível no estudo anterior, que apontava um reforço do escalão dos 45 aos 64 anos, à medida que se subia na hierarquia dos corpos sociais.

Relativamente ao número de mandatos que os dirigentes associativos tinham cumprido em 1989/90 e ao que cumprem atualmente, verificamos que parece continuar a existir uma certa renovação no dirigismo associativo, uma vez que tal como acontecia no estudo anterior, é significativo o peso dos presidentes atuais que estão no seu primeiro ou segundo mandato – 45%. Em 1990 era de cerca de metade dos dirigentes. Mas se a renovação é uma evidência que se repete nos dois estudos, constata-se que a experiência no dirigismo é um fator que se destaca quando falamos dos cargos de maior responsabilidade, com 55% dos presidentes a terem agora 3 ou mais mandatos, tal como acontecia com 45% dos casos no estudo anterior.

Em relação à profissão dos presidentes das associações populares de Loures, poder-se-á afirmar que nos últimos trinta anos e comparativamente com os dirigentes à época, se assistiu a um crescimento do conjunto das profissões que requerem mais especialização e maior capacitação técnica.

Atualmente, destacam-se as profissões de nível intermédio (27%), as que estão relacionadas com o poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos (18,5%) e ainda, os especialistas das atividades intelectuais e científicas (17%). No estudo anterior, os três principais grupos de profissões dos dirigentes associativos eram os trabalhadores da produção nas indústrias (44,6%), o pessoal administrativo (18,9%) e as profissões científicas, técnicas e artísticas (17,3%).

Para além de acompanhar a mudança que se assistiu a nível do país, com o crescimento de atividades que requerem mais capital escolar, o facto de se ter complexificado o desempenho do dirigismo associativo nas suas diversas valências, terá “convocado” para o seu exercício dirigentes mais qualificados.

Naturalmente, a comparação relativamente à classe social de pertença dos presidentes atuais e dos dirigentes do final dos anos oitenta, reflete o que atrás foi dito.

Tal como é referido no início do capítulo 4, muito do que fazemos e

pensamos é condicionado pela posição ocupada nas estruturas sociais a que pertencemos e a classe social é um indicador fundamental na análise de como nos posicionamos no relacionamento com os outros nos vários papéis que assumimos. Em trinta anos muito mudou em relação à classe social dos dirigentes associativos. Em 1989/90, destacavam-se, com 44,3%, os dirigentes pertencentes ao operariado da indústria e pequena burguesia executante, com 24,5%. Hoje, surgem com maior peso os profissionais técnicos e de enquadramento, com 37,4% e os empresários, dirigentes e profissionais liberais, com 29%. Operários, são atualmente 11,5% dos presidentes.

No tempo que passou desde o estudo anterior, assistiu-se, assim, a uma reconfiguração do posicionamento social dos dirigentes associativos, identificando-se um distanciamento relativamente às origens do fenómeno associativo popular, na tradição industrial e junto do operariado. Mas este distanciamento não parece conferir qualquer afastamento dos objetivos que sempre estiveram na base da criação das associações, (simplicadamente, a defesa dos interesses de uma comunidade), apenas acompanha as alterações a que a sociedade portuguesa tem assistido, como por exemplo, a maior escolarização da população ou a terciarização do tecido económico.

A esta alteração, não será com certeza alheia a já referida complexificação no exercício das funções de dirigente, especialmente nos cargos com maior responsabilidade como é o caso dos presidentes e desta forma existir uma procura, consciente ou inconsciente, com legitimação dos elementos com maior capital escolar, técnico ou estatuto social, a serem chamados a exercer estes cargos, com instrumental benefício para a gestão da associação.

7.3. NOTAS FINAIS

A terminar este capítulo, em que se pretendeu sintetizar algumas das principais diferenças entre o movimento associativo de Loures do final da década de oitenta do século passado e o atual, não podemos ignorar que, já após a recolha de dados no terreno e durante a preparação desta publicação, o mundo enfrenta uma pandemia que alterou

e continuará a alterar significativamente a nossa sociedade e a forma como nos relacionamos e interagimos.

Naturalmente, a vida associativa em Loures, para além da paragem prolongada nas suas diversas atividades culturais, desportivas e recreativas, terá novos desafios a ultrapassar. O maior deles será o de encontrar estratégias para que não seja travada a vontade de projetar o futuro, manifestada pelos dirigentes em ambos os estudos. Em 1989/90, 53% dos inquiridos e mais de 90%, em 2019, afirmaram ter projetos a curto e médio prazo, quer em termos de melhoria das condições de funcionamento, quer da qualidade e diversidade da sua atividade, revelando assim um reforço da vitalidade do movimento associativo popular concelhio, não obstante todas as necessidades e dificuldades.

A forma como a situação de emergência sanitária que atravessamos se irá refletir no fenómeno associativo, parece-nos uma realidade que importa analisar a breve trecho, dando continuidade a este estudo, no sentido de perceber os impactos e as estratégias encontradas pelos protagonistas associativos para a adaptação a uma eventual “nova normalidade” na sua atividade e funcionamento.

A resiliência que o movimento associativo tem evidenciado ao longo dos tempos, sobretudo perante crises e adversidades e que está subjacente a toda a informação vertida no presente estudo, será certamente o maior garante do futuro destas estruturas.

BIBLIOGRAFIA

Banha, Rui (1994), O Associativismo em Loures – Retrato das Associações Voluntárias com Atividades Culturais, Recreativas e Desportivas – 1989/90, Loures, Câmara Municipal de Loures.

POSFÁCIO

*Luís Capucha e Nuno Nunes, CIES-Iscte, Iscte-Instituto
Universitário de Lisboa*

Com muita frequência se formam convicções e partilham opiniões baseadas em observações parciais e distorcidas de determinadas realidades. Tal é o caso da imagem que prevalece com frequência sobre o associativismo e a sua suposta crise atual. Esta ideia é comum mesmo entre aqueles que, paradoxalmente, se envolvem na atividade associativa como parte importante da sua vida e das suas práticas de participação.

Essa imagem é o resultado da idealização de um passado glorioso que supostamente teria perdido dinâmica e se encontra em processo de decomposição. O fenómeno está longe de se circunscrever ao associativismo. É mesmo muito mais generalizado e antigo do que muitas vezes se imagina. A “áurea mediocritas”, um tempo passado de felicidade, ideal na sua mediana simplicidade, ficou até registada na história da literatura medieval como uma fonte de inspiração para poetas antigos. Também eles acreditavam que se tinha perdido no seu tempo a ingenuidade de uma humanidade primitiva mais verdadeira e preñhe de felicidade. A modernidade, ao acelerar a História e ao produzir as mudanças sociais, económicas, políticas e culturais radicais de que é feita, criou espaço para o florescimento desse tipo de idealizações.

Raramente, porém, quem as constrói e reproduz se dá ao trabalho de verificar como eram de facto, e não na imaginação, as realidades idealizadas. Regressemos ao associativismo. Seria fácil há 50, 100 ou mais anos encontrar quem dirigisse as associações? A dificuldade em encontrar pessoas capazes e disponíveis para se entregar por inteiro a essa tarefa era maior do que hoje? Quantos jovens (descontado o fenómeno do alongamento da esperança média de vida) eram dirigentes associativos? Provavelmente poucos e talvez menos do que hoje, dado que a própria juventude era uma condição rara e breve para a esmagadora maioria das classes populares. As associações em qualquer dessas

alturas germinavam como espigas de trigo por todo o lado? Então, porque são tão raras e notáveis as que persistem? Seria o tecido associativo tão diversificado como hoje? Queixas a respeito da crise do associativismo e da dificuldade em encontrar dirigentes são coisas que também abundavam nesses outros tempos.

Um pouco de reflexão em torno de questões como estas e outras chegariam para percebermos que há muita precipitação no julgamento da crise do associativismo. É possível, e até avisado, afirmar que a melhor prova do dinamismo do atual associativismo é essa capacidade de se diversificar e se transformar ao atravessar os tempos. A dinâmica implica alterações e mudanças que muitas vezes se confundem com a “crise”. O associativismo hoje, pelo menos no concelho de Loures – acreditamos que esta asserção se estende por todo o país e mais além, embora só possamos falar do que estudámos, e a verdade é que o estudo sobre o associativismo em Loures é pioneiro – é uma realidade viva e dinâmica. Muito diversificada, quer quanto aos objetos, quer quanto às atividades e aos protagonistas. É assim diferente do que foi há 50, 100 ou mais anos. Até do que foi há 30, 20 ou 10 anos. E assim teria de ser, porque se assim não fosse, é porque tinha definhado, esclerosado e tenderia a desaparecer. Na verdade, uma prática que se mantém inalterada está condenada a esfumar-se na bruma dos tempos.

Uma das dinâmicas típicas da modernidade tem sido a crescente “individualização” das sociedades. Há muito que se fala mesmo da “sociedade dos indivíduos”. Alguns estudiosos chegam a falar da emergência de sensibilidades narcísicas, articuladas com transformações nos modos de exercício do poder político e das formas do trabalho nas sociedades contemporâneas. Pese embora o exagero de algumas destas perspetivas, há algum fundo de verdade. Num primeiro olhar, nesse facto se fundaria a crise do associativismo. Afinal, a semântica do conceito remete para coletivos humanos agindo concertadamente na prossecução de fins comuns. O contrário do individualismo?

Porém, talvez estejamos apenas perante uma inflexão parcial das associações, menos centradas na comunidade – pese embora muitas com esta orientação continuem pujantes e centrais para a vida das

comunidades mais enraizadas nos seus territórios, parecendo ser necessária alguma permanência e estabilidade das vizinhanças para que os cumprimentos fugazes se transformem em instituições coletivas – e mais centradas nas necessidades dos indivíduos. Aliás, esse tipo de lógica deu origem à criação de muitas associações nos tempos mais recentes. Não é o anúncio do fim do associativismo, mas apenas a sua metamorfose adaptativa ao contexto cultural mais vasto. Não resulta de um recuo do social, mas de uma outra orientação dos processos interativos. O coletivo não desaparece, apenas muda em parte as suas prioridades, dedicando-se talvez um pouco mais do que antes aos desejos dos membros individuais. Nesse sentido até talvez se tenha democratizado, pois muitas vezes em nome do coletivo se expressavam de facto motivações particulares das elites locais ou profissionais, ao passo que hoje cada vez mais as associações respondem às motivações de todos os seus membros consideradas nas suas particularidades individuais. O normal é que o associativismo se adapte e molde aos tempos. É feito por pessoas e as pessoas vivem num determinado contexto espaço-temporal, a que não podem fugir e que preside à lógica da sua ação, mesmo quando disso não se apercebem e julgam ser determinadas apenas pelo seu livre-arbítrio. Será livre, mas apenas para arbitrar entre as opções que se abrem no quadro das regras, dos recursos e dos objetivos atingíveis em cada momento.

Não há leis a determinar o percurso das instituições, embora esse percurso condicione sempre as opções de futuro, dependentes parcialmente de escolhas anteriores. Mas saber se o presente de um determinado fenómeno representa um avanço ou um retrocesso em relação ao seu passado é algo que carecerá de investigação e análise específica. Isso mesmo ficou amplamente demonstrado com o estudo publicado neste livro sobre o associativismo popular em Loures.

A perspetiva que aqui defendemos – no essencial, a de que a vitalidade do associativismo implica a sua transformação, que às vezes se confunde com desvanecimento só porque mudaram um pouco as feições – não implica que se desconsidere o facto de existirem episódios que mudam de forma súbita o curso dos acontecimentos.

Tal pode ser o caso da crise aberta com a pandemia da COVID-19. A pandemia criou dificuldades com que não contávamos nem podíamos prever, mas criou um quadro muito interessante de observação do modo como até os mais rotineiros protocolos de interação entre as pessoas se modificam em situações imprevistas. E como se encontram soluções para ultrapassar as dificuldades e atingir os objetivos. Realidades que uma vez mais revelam como é incerto o futuro, mesmo que em parte previsível, e como as pessoas e as instituições tendem a encontrar novas saídas perante ameaças e adversidades que se lhes colocam no caminho.

A pandemia teve um impacto significativo na vida associativa. A redução ao mínimo indispensável dos contactos sociais constitui uma forte contrariedade para o associativismo, que vive precisamente da troca, do encontro, da vontade de fazer juntos, da partilha de objetivos e de ação em comum. Por isso as atividades das associações sofreram uma fortíssima retração com a pandemia. Muitas dessas atividades estão há vários meses paradas. Seguramente isso resulta num rude golpe na sustentabilidade financeira das associações, que depende dessas atividades para suportar despesas que são fixas e não desaparecem totalmente com a pandemia. Para algumas, eventualmente, a viabilidade poderá estar em questão, tanto mais que, embora prestem serviços de grande utilidade económica, recreativa, cultural e social, não podem recorrer aos apoios disponibilizados pelo Estado para as empresas.

Numa perspetiva mais mediata, no médio ou no longo prazo, colocam-se também algumas interrogações. Será que o associativismo entrará agora na crise que os profetas do seu fim vêm anunciando há tanto tempo? Finda a crise pandémica, que hábitos serão rapidamente restaurados e quais os que poderão vir a transformar-se? Irão as associações sobreviventes retomar a sua atividade normal (elas que não estão habituadas a excessos nem grandezas, existindo na justa medida dos seus sócios e frequentadores) e outras surgirão para ocupar o espaço de uma ou outra que não resista, ou a mortalidade será uma tendência inultrapassável? Verificar-se-á uma grande mudança como a que se anuncia sob o título do “novo normal”, ou o sistema associativo mostrar-se-á resiliente e capaz de regressar rapidamente à situação pré-pandémica? A incerteza aumenta nesta perspetiva de médio

e longo prazo. Mas a verdade é que o associativismo já atravessou momentos semelhantes e foi singrando. Se a lógica de adaptação e ultrapassagem das grandes crises se mantiver como sempre se manteve, o mais provável é que continuemos a ter um associativismo vivo e ativo, ainda que transformado pela experiência e pelo ambiente que tiver, entretanto, sido criado.

Neste processo de adaptação será de ainda maior importância do que é hoje o apoio que a Câmara Municipal não deixará de dar às associações e aos seus dirigentes. Desse apoio dependerá, de facto, muito do futuro do associativismo e da sua capacidade para recuperar da crise. Como em tantos outros aspetos da nossa organização social, o apoio público prestado pela autarquia emerge como ainda mais estratégico do que já era antes.

Este livro sobre o Associativismo Popular do Concelho de Loures, constitui uma enorme mais-valia para a investigação sociológica, fundamental e aplicada, relativa à problemática do associativismo popular nas sociedades contemporâneas, observável não apenas à escala do Concelho de Loures e das suas associações, mas também a outras escalas, locais, regionais, nacionais e internacionais. Quer isto dizer que o enraizamento social do associativismo popular, ainda presente na vida dos dias de hoje, não como uma realidade em vias de extinção, mas naturalmente - e tal como a maioria dos fenómenos sociais - em transformação social adaptativa, inspira a sociologia e as ciências sociais a replicarem este estudo noutros concelhos, regiões e países.

O associativismo, e mais especificamente a sua matriz popular, dos pontos de vista teórico, analítico e empírico, assume uma enorme importância estratégica na produção de conhecimento científico sobre o social. As perspetivas produzidas ao longo deste livro revelam-nos a fecundidade do objeto de estudo “associativismo popular”, observável sob múltiplos ângulos e abordagens, mutuamente enriquecedores para a investigação científica e para a produção de políticas públicas locais. Mais uma vez vale a pena realçar a visão que a Câmara Municipal de Loures teve ao desafiar o CIES-ISCTE para esta investigação sobre o associativismo popular.

Neste livro esboçamos alguns horizontes de produção teórica, que já nos desvelam importantes inquietações sobre o atual e futuros rumos das nossas sociedades, nomeadamente as que dizem respeito à construção de solidariedades, sociabilidades, interações, capital social, coesão e integração social em sociedades cada mais individualistas e competitivas; as que se referem às culturas populares, classes sociais, estruturas e desigualdades sociais; e finalmente, em relação aos alicerces construtores de ação coletiva, dinâmicas dos atores coletivos, instituições, políticas públicas e processos de desenvolvimento e mudança social.

As associações populares do Concelho de Loures são bastante resilientes, elas enfrentam dificuldades quotidianas inerentes ao posicionamento subalterno que ocupam na sociedade, mas constituem uma enorme riqueza social para as populações, enquanto espaços de integração comunitária, solidária, desportiva, cultural e social. Enquanto tal, elas constituem um parceiro fundamental de consolidação de políticas públicas locais culturais, desportivas, de juventude e de coesão social. A sua presença à microescala do território, ou seja, no bairro, localidade e/ou freguesia, permite-lhes uma ligação às populações que deve continuar a ser incentivada, enquanto parceiro estratégico de serviço público.

As transformações ocorridas com a Revolução de 25 de Abril de 1974 dinamizaram bastante o associativismo popular do Concelho de Loures, pelo que a sua “juventude”, pós-25 de Abril e com associações criadas já no século XXI, o caracterizam como um associativismo diverso e aberto à sociedade, e sobretudo assente no voluntariado, ou seja, trata-se de um associativismo não profissionalizado, como acontece em alguns países, o que implica um redobrado apoio a todas as atividades que ele desenvolve.

É significativa a atividade cultural, desportiva, social e comunitária que o associativismo popular do Concelho de Loures dinamiza. O seu cariz “popular” faz recair sobre ele acrescidas responsabilidades de inclusão social, partilhadas com o poder local e a maior parte das vezes sem o apoio do Estado central e do setor privado da economia, o que significa que serão bem-vindos todos os apoios institucionais

necessários à sustentabilidade das associações, já no decorrer da crise pandémica que estamos a viver.

Esta sustentabilidade organizacional, institucional e financeira manifesta-se nas dificuldades em recrutarem mais sócios e dirigentes, em não serem apoiados pelo Ministério da Cultura, por não usufruírem de muitos apoios potencialmente ao seu dispor. Para apoios, investimentos e projetos que as associações ambicionam, a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia constituem os seus principais parceiros. Nem todas as dificuldades sentidas pelas associações envolvem apenas carências de tesouraria, o aprofundamento de parcerias múltiplas, uma melhor divulgação das atividades das associações e apoios em recursos humanos e administrativos figuram como necessidades apontadas para a construção do futuro.

Por parte das associações, também são visíveis carências de capital social, nomeadamente nas dificuldades em renovarem os seus órgãos sociais, pelas dificuldades que sentem em envolverem as populações na vida associativa e até, por vezes, em não compreenderem como as deverão auscultar, saberem o que sentem e precisam, problema transversal à sociedade contemporânea, fruto da profunda crise de confiança e de distanciamento social que a maioria das democracias contemporâneas hoje sofre. Um dos mecanismos para resolver este problema poderá ser a realização regular de inquéritos às populações, de modo a aproximá-las das suas associações e instituições públicas.

Os Presidentes de Direção das associações constituem uma mais-valia para o desenvolvimento do Concelho de Loures. Este estudo contraria a tese do envelhecimento irreversível do movimento associativo popular, ou seja, ele não morrerá devido à longevidade, na idade e nos cargos, por parte dos seus dirigentes. O recrutamento social de dirigentes para as associações até denota alguns sinais de vitalidade, apesar das dificuldades sentidas pelas associações. Cada associação e cada dirigente constituem realidades muito específicas, cada caso é um caso quanto ao modo como os processos de recrutamento se desenrolam, mas estes serão mais fáceis proporcionalmente a melhores condições de relacionamento social nas redes de relações locais que cada

associação conseguir capacitar, ou seja, em desenvolver capital social inclusivo no meio social no qual se insere. O fechamento social será nocivo, quer para a associação, quer para os seus parceiros associativos e institucionais.

Os Presidentes de Direção do associativismo popular do Concelho de Loures possuem maiores recursos educativos, económicos e digitais que a média da população portuguesa, tendência já verificada noutros estudos realizados à escala da Área Metropolitana de Lisboa e à escala europeia. As classes mais desfavorecidas estão cada vez mais excluídas da participação política, sindical e associativa, uma tendência transversal que perturba uma sociedade verdadeiramente democrática, e que coloca acrescidos desafios aos atores coletivos/associações e às instituições democráticas. Esta é uma tendência difícil de combater, mas uma das possíveis soluções poderá passar, precisamente, pela capacidade de o campo associativo popular conseguir aproximar-se de camadas da população que hoje se encontram muito afastadas da participação local.

Apesar das dificuldades vividas pelos Presidentes de Direção, na verdade o associativismo parece providenciar bem-estar a quem o vive, pela sensação de utilidade, enriquecimento da sua experiência de vida, valorização pessoal, consciência sobre a comunidade onde está inserido e pelo desenvolvimento de atividades que de outro modo não realizariam. Estes resultados, para além de muitos outros revelados ao longo do livro, demonstram que o investimento público no associativismo popular continua a fazer todo o sentido.

Há 30 anos a Câmara Municipal de Loures promoveu um estudo pioneiro sobre o movimento associativo no concelho de que o que agora se realizou é uma atualização. Um estudo realizado numa determinada altura não será nunca definitivo. Pelo contrário, uma boa parte da sua utilidade resulta das pistas que abre e dos desenvolvimentos que sugere.

Um primeiro desenvolvimento possível remete para a análise qualitativa do associativismo popular no concelho de Loures. O estudo

que agora se concluiu obedeceu a uma lógica extensiva e quantitativa capaz de fornecer os traços estruturais da realidade. Mas fica por focar em profundidade e com minúcia a lógica de um leque mais alargado de atores, observar as suas práticas e compreender as motivações do seu envolvimento. Tratar-se-ia fundamentalmente de perspetivar a realidade vivida pelas associações e pelos seus diferentes agentes.

O segundo resulta da vantagem que existe em manter a informação atualizada. Como vimos, as tecnologias são hoje uma realidade presente nas associações, incluindo as mais antigas e tradicionais. Isso é um adquirido. Mas elas abrem hoje caminhos para a gestão das políticas públicas que muito interessaria percorrer. A gestão com qualidade das políticas públicas implica cada vez mais aceder a informação atempada e tão completa quanto possível – respeitando os limites do que verdadeira e realmente importa – sobre o modo como as realidades evoluem. Implica também a capacidade de transformar essa informação em conhecimento e inteligência, monitorização e planeamento. O trabalho agora realizado criou uma base informativa que pode ser potenciada com a construção de um sistema de informação on line, o qual aliás poderia igualmente servir de ferramenta de trabalho das próprias associações, assim contribuindo não apenas para a governança local, mas para a própria modernização das associações.

O terceiro tem a ver com a utilização do conhecimento agora disponibilizado ao público. O saber só tem interesse se for apropriado pelas pessoas, contribuindo para aumentar a sua capacidade reflexiva. Este livro que agora foi dado à estampa deve servir o objetivo de ser apropriado pelos agentes numa perspetiva estratégica da promoção do seu envolvimento informado. Que ele sirva para estimular o debate e a reflexão em torno dos temas que aborda, é o desejo do editor e dos autores. Só assim ele terá valido a pena.

ANEXO 1 - Inquérito às Associações

ESTUDO AO MOVIMENTO ASSOCIATIVO DE LOURES - INQUÉRITO ÀS ASSOCIAÇÕES

(Instrução geral: Informar os inquiridos de que, para todas as questões, poderão indicar as opções N/S ou N/R, devendo, nesses casos, introduzir-se o código respetivo)

I - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE (PRÉ-PREENCHIMENTO PELO MUNICÍPIO - CONFIRMAÇÃO PELA ASSOCIAÇÃO)

| | | |
|---|------------------------|--|
| 1. Denominação | | |
| 2. Morada da Associação | <hr/> <hr/> | |
| 3. Delegações Não <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> | Morada (s) <hr/> <hr/> | |
| 4. Código Postal | - | |
| 5. Telefones | | |
| 6. Correio Eletrónico | | |
| 7. Endereço Web | | |
| 8. Facebook | | |
| 9. Instagram | | |
| 10. Outras ligações Web. Quais | | |

Movimento Associativo Popular no Concelho de Loures 2019

| | |
|----------------|--|
| 10. Newsletter | |
|----------------|--|

| | |
|----------|--|
| 11. Blog | |
|----------|--|

| | |
|--------------|--|
| 12. NIPC/NIF | |
|--------------|--|

| | |
|---|--|
| 13. N.º Identificação da Segurança Social | |
|---|--|

| |
|---------------|
| Notas: |
|---------------|

II - CARATERIZAÇÃO INSTITUCIONAL (PRÉ-PREENCHIMENTO PELO MUNICÍPIO - CONFIRMAÇÃO PELA ASSOCIAÇÃO)

14. Data da Fundação _____ / ____ / _____
(ano) (mês) (dia)

(Assinalar com x)

15. Estatutos/Escritura Pública

Sim Não

16. Declaração de Utilidade Pública

Sim Não

(Solicitar cópia da última versão caso a CML/DCDJ não disponha em arquivo)

16. Quais as principais finalidades da Associação (Por ordem decrescente de importância, correspondendo 1 à mais importante e assim sucessivamente)

1. _____
2. _____
3. _____

Câmara Municipal de Loures

| | | | | | | | | | |
|--------------------|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
| | | | | | | | | | |
| Total | | | | | | | | | |
| Total Geral | | | | | | | | | |

24. Duração de cada mandato da Direção _____ ano(s)

25. Data da última Assembleia Geral Eleitoral ____/____/____

26. Quantas assembleias gerais se realizaram nos últimos 2 anos civis _____

27. A população pode assistir às assembleias gerais Sim Não (Assinalar com x)

28. Quando decorreram as últimas eleições (mês e ano)? ____/____

29. Quantas listas concorreram às últimas eleições _____

(Assinalar com x)

29.1. Se concorreu apenas uma lista, verificaram-se dificuldades na sua constituição? Sim Não

29.1.1 Se Sim, quais as principais dificuldades

29.2 Caso não tenha concorrido nenhuma lista, qual a solução encontrada para a gestão da associação?

| 30. Nº de Colaboradores/Funcionários por função | | | Remuneração | | Foram contratados /solicitada a colaboração nos últimos 3 anos? | |
|---|---------------|---------------|-------------|------|---|------|
| Função | Tempo inteiro | Tempo parcial | Sim | Não | Sim | Não |
| | (Nº) | (Nº) | (Nº) | (Nº) | (Nº) | (Nº) |
| Professor | Feminino | | | | | |
| | Masculino | | | | | |
| Ensaíador | Feminino | | | | | |
| | Masculino | | | | | |
| Maestro | Feminino | | | | | |

Movimento Associativo Popular no Concelho de Loures 2019

| | | | | | | | |
|---|-----------|--|--|--|--|--|--|
| | Masculino | | | | | | |
| Treinador | Feminino | | | | | | |
| | Masculino | | | | | | |
| Formador | Feminino | | | | | | |
| | Masculino | | | | | | |
| Administrativo | Feminino | | | | | | |
| | Masculino | | | | | | |
| | Masculino | | | | | | |
| Técnico Desportivo/ Técnico Cultural | Feminino | | | | | | |
| | Masculino | | | | | | |
| Outra. Qual _____ _____ | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |

31. Total de encargos anuais com pessoal _____ €

VI - Sócios

32. Sócios da Associação: (2)

(2) Instrução - Caso não saibam, perguntar se, maioritariamente, os sócios são...; questão de resposta múltipla, caso o número seja equilibrado)

| Sexo (assinalar com X) | Idade (assinalar com X) | | | |
|---------------------------|----------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------|
| | Até aos 14 anos | Dos 15 aos 29 anos | Dos 30 aos 65 anos | Mais de 65 anos |
| Feminino | | | | |
| Masculino | | | | |

33. Os sócios residem: (assinalar com X)

1. Maioritariamente na localidade onde a Associação está sediada
2. Maioritariamente na freguesia onde a Associação está sediada
3. Maioritariamente noutras freguesias do Concelho

Quais? _____

Câmara Municipal de Loures

4. Maioritariamente noutros Concelhos

Quais? _____

VII – FREQUENTADORES/PRATICANTES

34. Os frequentadores da Associação são maioritariamente: **(3)**

(3) Instrução - Caso não saibam, perguntar se, maioritariamente, os frequentadores são...; (entende-se por frequentadores: bar, sala convívio, espetáculos, atividades recreativas, praticantes de desporto; questão de resposta múltipla)

| Secção/Atividade | Sexo (assinalar com X) | | Idade (assinalar com X) | | | |
|------------------|---------------------------|----------|----------------------------|-----------------------|-----------------------|--------------------|
| | Masculino | Feminino | Até aos 14 anos | Dos 15 aos 29 anos | Dos 30 aos 65 anos | Mais de 65 anos |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |

35. N.º médio diário de pessoas que frequentam a Associação:

- durante a semana _____

- fim-de-semana _____

36. Os frequentadores da associação residem: (assinalar com X)

1. Maioritariamente na localidade onde a Associação está sediada

2. Maioritariamente na freguesia onde a Associação está sediada

3. Maioritariamente noutras freguesias do Concelho

Quais? _____

4. Maioritariamente noutro Concelho

Qual? _____

Movimento Associativo Popular no Concelho de Loures 2019

37. Para além da prática de atividades regulares, quais considera serem os principais motivos que levam à frequência desta Associação (Por ordem decrescente de importância, correspondendo 1 à mais importante e assim sucessivamente)

1. _____
2. _____
3. _____

VIII - FILIAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES

38. A associação é filiada em alguma organização? Sim Não

Se Sim, em quais:

1. De âmbito nacional

2. De âmbito regional

3. Outras

IX - SUSTENTABILIDADE

39. Entidades a que habitualmente solicitam apoio:

Câmara Municipal de Loures

| Entidade | Sim (x) | Não (x) | Tipo de apoio | Fins |
|--|------------|------------|---------------|------|
| Câmara Municipal de Loures <input type="checkbox"/> | | | | |
| Junta de Freguesia | | | | |
| Instituto Português do Desporto e da Juventude | | | | |
| Ministério da Cultura | | | | |
| Privados | | | | |
| Outra(s) Quais? _____ _____ | | | | |

40. A Associação tem conhecimento do Mecenato Desportivo ou Cultural como forma de apoio: (assinalar com X)

Sim Não

41. A Associação já alguma vez usufruiu do Mecenato Desportivo ou Cultural: (assinalar com X)

Sim Não

41.1 Se sim, de que entidades: (assinalar com X)

Empresas da Freguesia

Empresas do Concelho

Empresas de outras zonas do país

Movimento Associativo Popular no Concelho de Loures 2019

Quais _____

42. Nos últimos três anos, quais as cinco principais fontes de financiamento da atividade da Associação (por ordem decrescente de importância, correspondendo o número 1 à principal fonte de financiamento e assim sucessivamente):

- | | |
|--|--------------------------|
| Receitas de quotização | <input type="checkbox"/> |
| Receitas próprias (Festas, etc.) | <input type="checkbox"/> |
| Exploração direta de bar/restaurante | <input type="checkbox"/> |
| Concessão de bar/restaurante | <input type="checkbox"/> |
| Projetos | <input type="checkbox"/> |
| Acordos de colaboração/Contratos Programa Desenvolvimento Desportivo c/CMLoures | <input type="checkbox"/> |
| Acordos de colaboração/Contratos Programa Desenvolvimento Desportivo c/ outras entidades | <input type="checkbox"/> |
| Outros Subsídios/apoios | <input type="checkbox"/> |
| Outras fontes | <input type="checkbox"/> |

Quais? (Por ordem decrescente de importância)

Câmara Municipal de Loures

43. Os associados pagam quotas? (assinalar com X)

Não (Se não, passar à questão 46)

Sim

43.1 Valor mensal das quotas _____ €

43.2 Existem valores diferenciados de quotas? (assinalar com X)

Não

Sim

43.2.1 **Se sim:** (assinalar com x os casos em que se aplica e preencher os espaços em branco)

| Diferenciação de valores de quotas | Sim | Não |
|------------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Menos de ____ anos de idade | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Mais de ____ anos de idade | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Praticante | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Não praticante | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Outro. Qual _____ | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

44. No que diz respeito ao pagamento atempado das quotas: (assinalar com X)

1. Todos os sócios pagam

2. A maioria dos sócios paga

Movimento Associativo Popular no Concelho de Loures 2019

3. Cerca de metade dos sócios paga

4. A maioria dos sócios não paga

45. Se maioritariamente não pagam, quais considera serem as razões: (assinalar com X)

1. Dificuldades económicas

2. Desinteresse

3. Desatualização da lista de sócios

4. Outras

Quais?

46. Qual o volume de receitas no último ano (2018) _____

47. Qual o montante global de despesas no último ano (2018) _____

48. Como classifica a situação financeira atual da associação: (assinalar com X)

1. Muito positiva

2. Positiva

3. Preocupante

4. Muito preocupante

48.1 Caso considere a situação muito preocupante/preocupante, explicita os motivos da sua resposta:

49. Em caso de existência de dívida, quais as soluções a que a associação recorre?

X – INSTALAÇÕES/EQUIPAMENTOS

50. A Associação tem sede (4) Sim Não (assinalar com X)

(4) Instrução: Entende-se por sede as instalações em que a associação funciona.

1. Se, Sim, qual o regime de utilização: (assinalar com X)

1.1 Propriedade

1.2 Arrendamento

1.3 Cedência De uma entidade, qual _____

1.4 Outra Qual? _____

2. Se, Não:

2.1 Qual a principal razão _____

2.2 Onde funciona a Associação _____

2.2.1 Em que condições _____

51. Nos últimos 3 anos realizaram obras nas instalações|equipamentos da associação?

Sim Não (assinalar com X)

Se sim, quais?

Movimento Associativo Popular no Concelho de Loures 2019

52. Indique as características das instalações para atividades desportivas que a Associação utiliza:

| Instalações desportivas Cobertas | Sim (x) | Não (x) | | Regime de Utilização (x) | | | Avaliação do estado de conservação/manutenção (x) | | | | |
|----------------------------------|---------|---------|------------|--------------------------|-------------|-----------------------------|---|-----------|----------|----------|-----|
| | | | | Propriedade | Aluguer | Cedência (De quem/entidade) | Muito Bom | Bom | Razoável | Mau | |
| Pav. Desportivo | | | | | | | | | | | |
| Polivalente | | | | | | | | | | | |
| Ginásio | | | | | | | | | | | |
| Outra. Qual | | | | | | | | | | | |
| Descobertas | | | Iluminação | | Propriedade | Aluguer | Cedência (De quem/entidade) | Muito Bom | Bom | Razoável | Mau |
| | | | sim | não | | | | | | | |
| Polidesportivo | | | | | | | | | | | |
| Campo de Futebol | | | | | | | | | | | |
| Outra(s). Qual(is) | | | | | | | | | | | |
| _____ | | | | | | | | | | | |
| _____ | | | | | | | | | | | |

53. Indique as características das instalações para atividades culturais/recreativas que a Associação utiliza:

| Instalações culturais/recreativas | Sim (x) | Não (x) | Regime de Utilização (x) | | | Avaliação do estado de conservação/manutenção (x) | | | | |
|---------------------------------------|---------|---------|--------------------------|---------|-----------------------------|---|-----|----------|-----|--|
| | | | Propriedade | Aluguer | Cedência (De quem/entidade) | Muito Bom | Bom | Razoável | Mau | |
| Sala de Espetáculos c/ cadeiras fixas | | | | | | | | | | |

Câmara Municipal de Loures

| | | | | | | | | | |
|--------------------------------------|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
| Sala de Espetáculos/cadeiras fixas | | | | | | | | | |
| Palco clássico | | | | | | | | | |
| Teia | | | | | | | | | |
| Salas de apoio/camarins | | | | | | | | | |
| Cabine técnica/de projeção | | | | | | | | | |
| Sala de convívio | | | | | | | | | |
| Sala de jogos | | | | | | | | | |
| Biblioteca | | | | | | | | | |
| Outra(s). Qual(is) _____ _____ | | | | | | | | | |

54. Indique quantas viaturad, ano de matrícula e n.º de lugares, das viatura(s) que são da propriedade da Associação:

Total do n.º de viaturas _____

1 - Ano _____ Lugares _____

2 - Ano _____ Lugares _____

3 - Ano _____ Lugares _____

XI - CARACTERIZAÇÃO DAS ATIVIDADES

55. Relativamente às atividades promovidas pela Associação indique (**hipóteses de resposta em cartão**).

| Atividades | Sim (x) | Não (x) | Ano de início | Acompanhamento da atividade | | | Frequência | |
|------------|------------|------------|---------------|-----------------------------|-----------------------------|----------------|-------------|-------------|
| | | | | Prof. Téc. Qualif (nº) | Outro Agente N/Qualif. (nº) | Sem Orientação | Pontual (x) | Regular (x) |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |

Movimento Associativo Popular no Concelho de Loures 2019

56. As atividades estão reservadas a sócios? Sim Não (assinalar com X)

57. Desenvolvem modalidades/atividades federadas? Sim Não (assinalar com X)

Se Sim, quais?

58. Para além das atividades atuais, a Associação já promoveu outras com carácter regular:

Sim Não (assinalar com X)

58.1. Se sim, quais e por que motivos cessaram:

| Atividades regulares que cessaram | Porque cessaram |
|-----------------------------------|-----------------|
| A. | A. |
| B. | B. |
| C. | C. |
| D. | D. |

59. Destaque até 5 eventos organizados pela Associação:

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

Câmara Municipal de Loures

XII - RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

60. A associação participa em ações/iniciativas promovidas pelas seguintes entidades: (assinalar com X)

| Entidades | Avaliação da participação | | | | | |
|--|---------------------------|-----|-----------|-----|----------|----|
| | Sím | Não | Muito Boa | Boa | Razoável | Má |
| Câmara Municipal de Loures | | | | | | |
| Junta de Freguesia | | | | | | |
| Federações de Associações | | | | | | |
| Federação Desportivas | | | | | | |
| Federações Culturais | | | | | | |
| Outras associações da freguesia ou do concelho | | | | | | |
| Outras Associações | | | | | | |
| Outras Entidades. Quais: | | | | | | |
| _____ | | | | | | |
| _____ | | | | | | |
| _____ | | | | | | |

61. Nos casos em que a avaliação é razoável ou má, quais as razões:

62. Se participou em ações promovidas pela Câmara Municipal de Loures, quais:

63. Além das existentes, que outro tipo de ações gostaria de ver promovidas pela Câmara Municipal de Loures?

Movimento Associativo Popular no Concelho de Loures 2019

64. Como avalia, de uma forma geral, a relação entre a Associação e a Câmara Municipal de Loures:

(assinalar com X)

- 1. Muito boa
- 2. Boa
- 3. Razoável
- 4. Má

65. Quais os três principais fatores que poderiam ser modificados para melhorar essa relação:

- A. _____
- B. _____
- C. _____

66. Em relação ao apoio da CMLoures:

66.1. Quais os aspetos que se destacam pela positiva:

- A. _____
- B. _____
- C. _____

66.2. Quais os aspetos que se destacam pela negativa:

- A. _____
- B. _____
- C. _____

Câmara Municipal de Loures

XIII- FORMAÇÃO

67. Como é que a Associação se posiciona em relação à formação: (resposta múltipla, assinalar com X)

- 1. Fomenta a participação em ações de formação
- 2. Deixa a formação ao critério de cada indivíduo
- 3. Organiza ações de formação internamente
- 4. Sugere ações de formação de entidades externas
- 5. Considera que a formação não é uma prioridade
- 6. Outra.

Qual _____

| 68. Considera que existe necessidade de formação para: | | | |
|--|------------|------------|-------------------------|
| Destinatários: | Sim (x) | Não (x) | Se sim, quais as áreas: |
| Dirigentes | | | _____ _____ _____ |
| Técnicos | | | _____ _____ _____ |
| Animadores | | | _____ _____ _____ |
| Administrativos | | | _____ _____ _____ |

Movimento Associativo Popular no Concelho de Loures 2019

| | | | |
|---------------------------------------|--|--|--|
| | | | |
| Outro Pessoal (guardas, limpeza, etc. | | | |

XIV - TRANSPARÊNCIA

| 69. A associação disponibiliza publicamente a seguinte informação/documentação: | | | Se sim, quais os meios através dos quais é disponibilizada: (ex. sede /sitio internet/ blog, portal movimento associativo) |
|---|-------------|-------------|--|
| | Sim \$%& | Não \$%& | |
| Missão e valores da associação | | | |
| Estatutos | | | |
| Regulamentos internos | | | |
| Instrumentos de planeamento | | | |
| Relatórios e outra documentação de prestação de contas | | | |
| Atas da assembleia geral | | | |
| A composição dos órgãos sociais | | | |
| Informação sobre atividades desenvolvidas | | | |
| Outros documentos. Quais? | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |

| 70. Nos dois últimos anos, foram desenvolvidos projetos para a promoção da participação dos associados e comunidade? | | | |
|--|-------------|-------------|---------------------|
| | Sim \$%& | Não \$%& | Se sim, especificar |
| | | | |

Câmara Municipal de Loures

| | | | |
|--|--|--|--|
| Criação de fóruns ou grupos de discussão | | | |
| Caixa de sugestões | | | |
| Inquéritos à população | | | |
| Inquéritos aos associados | | | |
| Outros. Quais: _____ _____ | | | |

XV – NECESSIDADES/DIFICULDADES

| 71. Que necessidades de apoio sentem: | Sim (x) | Não (x) | Para que Fins |
|---------------------------------------|------------|------------|---------------|
| Recursos Financeiros | | | |
| Construção de instalações | | | |
| Obras em instalações | | | |
| Jurídico | | | |
| Equipamento técnico | | | |
| Material Informático | | | |
| Mobiliário | | | |
| Administrativo fiscal | | | |
| Recursos Humanos Técnicos | | | |
| Recursos Humanos Administrativos | | | |
| Outro(s). Qual(is)? _____ _____ | | | |

72. Quais são as principais dificuldades no funcionamento da Associação:

(Por ordem decrescente de importância, correspondendo 1 à mais importante e assim sucessivamente)

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

XVI - PROJETOS

73. A Associação tem projetos que gostaria de realizar a curto e médio prazo?

Sim Não (assinalar com X)

73.1– Se Sim, quais:

(Por ordem decrescente, correspondendo 1 à mais prioritária e assim sucessivamente)

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

74. Quais as principais necessidades para a concretização desses projetos

(Por ordem decrescente, correspondendo 1 à mais importante e assim sucessivamente)

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

Observações/Outras informações que considere de interesse e que não foram abordadas:

| |
|--|
| |
|--|

Câmara Municipal de Loures

| |
|--|
| |
|--|

| |
|------------------------------------|
| Reservado ao entrevistador: |
| Data: |
| Técnico: |
| Entrevistado(s): |

ANEXO 2 – Inquérito aos Presidentes da Direção

ESTUDO AO MOVIMENTO ASSOCIATIVO DE LOURES - INQUÉRITO AOS PRESIDENTES DA DIREÇÃO

(Instrução geral: Informar os inquiridos de que, para todas as questões, poderão indicar as opções N/S ou N/R, devendo, nesses casos, introduzir-se o código respetivo)

I – CARACTERIZAÇÃO

| | |
|--|---|
| 1 Associação a que pertence | _____ |
| 2 Idade | _____ anos |
| 3 Sexo (Assinalar com ☒) | Masculino <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> |
| 4 Freguesia de Residência | _____ |
| 5 Há quanto tempo reside nesta freguesia | _____ anos |
| | |

Movimento Associativo Popular no Concelho de Loures 2019

| | | | |
|--|--------------------------|--|---|
| 6. Concelho | | _____ | |
| Caso não resida no Concelho de Loures: | | | |
| 6.1 Já residiu? (Assinalar com <input checked="" type="checkbox"/>) | | Sim <input type="checkbox"/> Duração do período de residência (anos e meses) _____ Não <input type="checkbox"/> | |
| 7. Nacionalidade | | | |
| 8. Naturalidade | | | |
| 9. Anos de escolaridade completos com sucesso | | _____ | |
| 9.1 Nível de instrução mais elevado que completou | | _____ | |
| 10. Condição perante o trabalho/situação na profissão (Assinalar com <input checked="" type="checkbox"/>) | | | |
| Assinal e com x a situação o na profissão/condição perante o trabalho | Estudante | <input type="checkbox"/> | |
| | Exerce profissão | Patrão | <input type="checkbox"/> Nº de empregados _____ |
| | | Trabalhador por conta própria | <input type="checkbox"/> |
| | | Trabalhador no negócio/empresa da família | <input type="checkbox"/> |
| | | Trabalhador por conta outrem | <input type="checkbox"/> |
| | Desempregado(a) | <input type="checkbox"/> | |
| | Reformado(a) | <input type="checkbox"/> | |
| Doméstico(a) | <input type="checkbox"/> | | |
| 11. Atividade profissional principal (ou a última, se inativo) | | | |
| 11.1 Qual é/era a sua profissão principal? (descrever detalhadamente) | | _____ | |
| 11.2. Na sua profissão principal, o que é que faz/fazia, a maior parte do tempo? (descrever detalhadamente) | | _____ | |
| 11.3. Que formação ou qualificações são/eram necessárias para o exercício da sua profissão? (descrever detalhadamente) | | _____ | |
| 12. Estado civil (Assinalar com <input checked="" type="checkbox"/>) | | | |
| Assinal e com x o seu estado civil | Solteiro | <input type="checkbox"/> | |
| | Casado/União de facto | <input type="checkbox"/> | |
| | Separado/Divorciado | <input type="checkbox"/> | |
| | Viúvo | <input type="checkbox"/> | |

13. Quantas pessoas compõem o seu agregado familiar no total? (incluindo o próprio) _____

13.1. Assinalar com quem são:

Câmara Municipal de Loures

- Cônjuge/Companheiro (a)
- Filho(a)
- Pai
- Mãe
- Irmãos
- Outro(s) familiar(es)
- Outro(s) não familiar(es)

14. Com que frequência utiliza a internet, no computador ou noutros aparelhos, seja para trabalhar ou para fins pessoais? Assinalar com

1. Nunca
2. Só de vez em quando
3. Algumas vezes por semana
4. Na maior parte dos dias
5. Todos os dias

15. É, ou alguma vez foi, membro de um sindicato ou de uma associação profissional? Assinalar com

1. Sim, atualmente
2. Sim, no passado
3. Não

16. Quando o(a) sr(a) tinha 14 anos, o seu pai era: Assinalar com

1. Trabalhador por conta de outrem
2. Trabalhador por conta própria
3. Patrão
4. Não estava a trabalhar
5. Pai tinha falecido/estava ausente quando o entrevistado tinha 14 anos

16.1 Qual era a designação da profissão principal do seu pai? (descrever detalhadamente)

16.2. Na sua profissão principal, o que é que fazia o seu pai a maior parte do tempo? (descrever detalhadamente)

Movimento Associativo Popular no Concelho de Loures 2019

16.3. Que formação ou qualificações são/eram necessárias para o exercício da profissão do seu pai?

(descrever detalhadamente)

17. Caso esteja a desempenhar uma actividade profissional ou estudantil, de que forma consegue conjugar a actividade associativa com a vida profissional/estudantil? (Assinalar com ☒)

Muito bem

Bem

Razoavelmente

Mal

17.1 Se razoavelmente ou mal, porquê?

A. _____

B. _____

C. _____

II - Experiência e Dinâmica Associativa do Dirigente

| | |
|--|-------|
| 18. em que ano se tornou membro da direção da associação? | _____ |
| 19. é associado da associação? 19.1 Não <input type="checkbox"/> 19.2 Sim <input type="checkbox"/> Desde que ano | _____ |
| 20. anos de exercício do cargo diretivo: | |
| 20.1 consecutivos <input type="checkbox"/> | _____ |
| 20.2 não consecutivos <input type="checkbox"/> | _____ |
| 21. há quantos mandatos exerce este cargo | _____ |
| 22. número aproximado de horas que dedica à associação, por semana | _____ |

| | | | |
|--|-------|-------|-------|
| 23. Em que períodos da semana e do dia costuma dedicar-se à associação? (Assinalar com ☒) | | | |
| | Manhã | Tarde | Noite |
| Semana | | | |
| Fim de semana | | | |

Câmara Municipal de Loures

| | Assinalar com <input checked="" type="checkbox"/> | |
|---|---|-----|
| | Sim | Não |
| 24. É a 1ª vez que exerce um cargo diretivo numa associação? | | |
| 25. exerce alguma atividade remunerada no âmbito da atividade da associação (ainda que não em exclusivo)? | | |
| 26. exerce um cargo diretivo em mais associações? | | |
| 26.1 se sim, indique em quais: _____ _____ _____ | | |

27. Quais as razões por que se tornou membro da associação? (Por ordem decrescente de importância, correspondendo 1 à mais importante e assim sucessivamente)

| | |
|--|--|
| Para dar mais sentido à minha vida | |
| Por gostar da atividade | |
| Para ocupar os tempos livres | |
| Por insistência de outras pessoas/sócios | |
| Para poder usufruir dos serviços/apoio da associação | |
| Para defender os meus interesses | |
| Para poder candidatar-me aos órgãos sociais | |
| Para poder influenciar a acção da associação | |
| Para poder intervir na vida da freguesia | |
| Para ajudar os outros | |
| Por "carolice" | |
| Por uma sociedade melhor | |
| Outra(s) razão(es) Quais? _____ | |

28. Antes de pertencer aos Órgãos Sociais, qual a relação que tinha com a Associação? (Resposta múltipla, assinalar com)

- Tinha conhecimento da Associação
- Era sócio mas não frequentava/participava

Movimento Associativo Popular no Concelho de Loures 2019

- Apenas frequentava o bar da Associação
- Participava em algumas atividades
- Participava regularmente nas atividades
- Colaborava na organização das atividades
- Era responsável por algumas das atividades
- Outra. Qual ? _____

29. Se pertence, ou já pertenceu a outra(s) associação(ões) ou estruturas associativas, indicar de que tipo e em que qualidade: (Assinalar com)

| Associação | Sou um membro | Já fui membro | Sou um Presidente | Já fui Presidente | Pertenço ao órgãos sociais/ Direcção | Já pertenci ao órgãos sociais/ Direcção | Pertenço ao órgãos sociais | Já pertenci ao órgãos sociais |
|---------------------|---------------|---------------|-------------------|-------------------|--------------------------------------|---|----------------------------|-------------------------------|
| IPSS | | | | | | | | |
| Juvenil | | | | | | | | |
| Estudantes | | | | | | | | |
| Sindicais | | | | | | | | |
| Recreativa/cultural | | | | | | | | |
| Desportiva | | | | | | | | |
| Religiosa | | | | | | | | |
| Outra(s). Qual(is)? | | | | | | | | |
| 1 _____ | | | | | | | | |
| 2 _____ | | | | | | | | |

30. Quais as razões pelas quais se tornou membro do órgão diretivo da associação: (Resposta múltipla, assinalar com)

| | |
|-----------------------------------|--------------------------|
| Fundou a associação | <input type="checkbox"/> |
| Foi convidado | <input type="checkbox"/> |
| Por incentivo de outros membros | <input type="checkbox"/> |
| Não havia mais ninguém disponível | <input type="checkbox"/> |
| Era uma aspiração pessoal | <input type="checkbox"/> |

Câmara Municipal de Loures

| | |
|--|--|
| Porque gosta | |
| Porque reconhece a importância para a comunidade | |
| Outra razão. | |
| Qual? _____ | |

31. Em relação ao trabalho na associação sente-se: (Assinalar com ☑)

Muito satisfeito

Satisfeito

Pouco satisfeito

Insatisfeito

Muito insatisfeito

31.1. Se se sente pouco satisfeito ou insatisfeito, qual(is) a(s) principal(is) razão(ões):

A. _____

B. _____

C. _____

32. Quais as 5 principais características que considera que um dirigente associativo deve ter: (Assinalar com ☑)

Liderança

Dedicação

Empenho

Criatividade

Motivação

Solidariedade

Sentido de responsabilidade

Altruísmo

Capacidade de relacionamento

Honestidade

Movimento Associativo Popular no Concelho de Loures 2019

- Competência
- Conhecimentos técnicos
- Respeito pelas tradições associativas
- Abertura à mudança/inação
- Outras.
- Quais? _____
- _____
- _____

33. Costuma apresentar ideias/propostas na Associação? (Assinalar com ☒)

Sim Não

33.1. Se **Não**, porquê?

- As atividades existentes são as adequadas
- Dá oportunidade a que os outros expressem as suas propostas
- Tem pouca disponibilidade para apresentar propostas
- Outra razão
- Qual? _____

(Se respondeu **Não** passe para a Questão n.º 36)

33.2. Se **Sim**, indicar as que considera mais relevantes.

- a) _____
- b) _____
- c) _____

33.3. Quando apresenta propostas estas são aceites e concretizadas? (Assinalar com ☒)

Câmara Municipal de Loures

Sempre

Frequentemente

Raramente

Nunca

33.4 Ao preparar as propostas costuma trabalhar maioritariamente: (Assinalar com ☒)

Sozinho

Em grupo

34. Em relação aos actuais projetos da Associação sente-se: (Assinalar com ☒)

Muito Identificado

Identificado

Pouco Identificado

Nada Identificado

34.1 Se se sente **pouco ou nada identificado**, indicar as razões:

1. _____

2. _____

3. _____

35. Qual a palavra que melhor caracteriza as relações entre os elementos dos Órgãos Sociais: (Assinalar com ☒)

Amizade

Solidariedade

Indiferença

Conflito

Movimento Associativo Popular no Concelho de Loures 2019

36. Quem escolheu/formou a lista dos atuais corpos sociais?

37. Quem desempenha a maioria das funções de execução na associação? **Resposta múltipla, assinalar com ☒**

Os Dirigentes

Os Funcionários

Associados

Não associados

38. Os membros dos órgãos sociais, em particular da direção, são ativos/participativos?

A maioria Sim

A maioria Não Porquê?

39. Das seguintes afirmações indicar as **2** que considera que melhor refletem a atitude dos membros dos órgãos sociais: **(Assinalar com ☒)**

Abertos ao diálogo com os mais novos

Abertos ao diálogo com os mais velhos

Atentos às necessidades dos sócios mais novos

Atentos às necessidades dos sócios mais velhos

Abertos à delegação de mais responsabilidades aos mais novos

Abertos à delegação de mais responsabilidades nos mais velhos

Câmara Municipal de Loures

40. Desde que é membro da Direção desta Associação sente: (Assinalar com as suas opções)

Que ganhou mais consciência sobre a comunidade em que está inserido

Uma maior valorização pessoal

Um enriquecimento da sua experiência de vida

Que está a ser útil

Que pode desenvolver atividades que de outro modo não faria

Que tem mais prestígio junto de colegas e amigos

Outros

Quais? _____

41. Considera importante a existência de formação específica para as funções desenvolvidas pelos dirigentes associativos: (Assinalar com)

Não

Sim

41.1. Se sim, quais as áreas de formação que considera essenciais: (Resposta múltipla, assinalar com)

| | |
|--|--------------------------|
| Técnicas de Gestão, Contabilidade e Fiscalidade | <input type="checkbox"/> |
| Estratégias de Marketing | <input type="checkbox"/> |
| Legislação | <input type="checkbox"/> |
| Técnicas de animação sociocultural e dinamização de grupos | <input type="checkbox"/> |
| Técnicas de expressão e comunicação | <input type="checkbox"/> |
| Gestão de Conflitos e Liderança | <input type="checkbox"/> |
| Métodos e técnicas pedagógicas | <input type="checkbox"/> |
| Novas tecnologias de informação | <input type="checkbox"/> |
| Outra. Qual: _____ | <input type="checkbox"/> |

42. A Associação da qual é membro dirigente trabalha atualmente em parceria com outras organizações? (Assinalar com)

Movimento Associativo Popular no Concelho de Loures 2019

Não

Sim

42.1 Se sim com quais?

1. _____

2. _____

3. _____

4. _____

5. _____

43. Na sua perspetiva, qual/quais as vantagens que podem advir do estabelecimento de redes/parcerias entre as organizações associativas.

1. _____

2. _____

3. _____

44. Qual a sua opinião sobre os apoios concedidos pela CMLoures ao associativismo?

45. Qual a sua opinião sobre os apoios concedidos por outras entidades ao associativismo?

46. Em termos de funcionamento, considera que a associação de que é dirigente é:

46.1 Muito transparente

46.2 Transparente

46.3 Pouco transparente

Câmara Municipal de Loures

46.4 Nada transparente

46.1 Caso considere Muito transparente/transparente, indique as três principais práticas que justificam a sua resposta:

1. _____
2. _____
3. _____

46.2 Caso considere que existem aspetos que deveriam ser melhorados, indique quais:

1. _____
2. _____
3. _____

47. Na sua perspetiva, em que medida a transparência organizacional beneficia as associações?

48. O que pensa sobre o associativismo em Loures?

Observações/Sugestões:

